

# DIAGNÓSTICO SOCIAL | CASCAIS ORGANIZAÇÕES E REDE SOCIAL





DIAGNÓSTICO  
SOCIAL | CASCAIS  
ORGANIZAÇÕES  
E REDE SOCIAL

## Ficha Técnica

### Título

Diagnóstico Social | Cascais – “ORGANIZAÇÕES e REDE SOCIAL”

### Redação e adaptação de conteúdos

Isabel Baptista

### Colaboração

Câmara Municipal de Cascais – Susana Graça, Teresa Ramos e Teresa Vicente

### Design Gráfico

Implica Designers

### Data de Publicação

Novembro de 2018

### Nota

Os conteúdos baseiam-se nos relatórios produzidos para a Rede Social de Cascais pelo CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, no âmbito do “Lote 2. Carta Social” “Lote 3. Análise da rede de atores: organização, funcionamento e contributos”\* do Diagnóstico Social de Cascais, tendo sido adaptados pela Câmara Municipal de Cascais.

\* Volume 1. Análise dos atores e das estruturas de parceria da rede social  
e Volume 3: Avaliação do contributo para a coesão social: estudo de caso

# Índice

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>II.</b>	<b>ORGANIZAÇÕES</b>	<b>11</b>
<b>A.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES</b>	<b>12</b>
1.	Quem são, atualmente, as entidades que operam no território concelhio?	12
2.	Que atividades desenvolvem estas entidades?	17
3.	Como se organizam, ao nível da gestão, as entidades que intervêm no concelho?	19
4.	Como se organizam, ao nível dos recursos humanos, as entidades que intervêm no concelho?	23
5.	Que outros sistemas e políticas de gestão são mais comuns entre as entidades do setor social?	25
6.	Como se financiam as entidades que intervêm no concelho?	27
7.	Quais as principais potencialidades e constrangimentos que se colocam às entidades gestoras?	28
<b>B.</b>	<b>OFERTA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>30</b>
1.	Quantos são e quem gere os equipamentos coletivos de âmbito social no concelho de Cascais?	30
2.	Como se distribuem os equipamentos coletivos de âmbito social no território concelhio?	33
3.	Que tipo de equipamentos coletivos de âmbito social predomina no concelho?	34
4.	Quais as condições físicas de funcionamento dos equipamentos coletivos de âmbito social?	35
5.	Como se caracteriza a oferta de serviços nos equipamentos sociais do concelho?	38
6.	Como são financiados os equipamentos sociais do concelho?	40
7.	Como se perspetiva a possibilidade de investimentos futuros nos equipamentos sociais do concelho?	42

# III. REDE SOCIAL

43

## A. ATORES DA REDE SOCIAL 44

1. O que é a Rede Social? 44
2. Quem são, atualmente, as entidades que compõem a Rede Social de Cascais? 45
3. Quais os grupos populacionais abrangidos pela intervenção da Rede Social de Cascais? 47
4. Em que domínios atuam as entidades que integram a Rede Social de Cascais? 49
5. Qual a finalidade da intervenção desenvolvida pelas entidades da Rede Social de Cascais? 51
6. Quais as estratégias e fontes de financiamento a que recorrem as entidades da Rede Social de Cascais? 53
7. Quais os principais constrangimentos financeiros sentidos pelas entidades da Rede Social de Cascais? 55
8. Quais os impactos dos constrangimentos financeiros na sustentabilidade das entidades da Rede Social de Cascais? 57

## B. AVALIAÇÃO DAS REDES DE PARCERIA 59

1. Quais são atualmente as redes de parceria em funcionamento no concelho de Cascais? 59
2. Quais os grupos populacionais e áreas de atuação abrangidas pela intervenção das redes de parceria existentes? 61
3. Como se financiam as redes de parceria existentes no concelho de Cascais? 63
4. Quais os recursos disponibilizados pelas entidades e os benefícios resultantes da sua participação nas redes de parceria? 65
5. Quais os fatores-chave que caracterizam o desempenho das redes de parceria no território concelhio? 66
  - a. Linhas de orientação estratégica - entendimentos partilhados 67
  - b. Coordenação, responsabilização e partilha - equilíbrios necessários 69
  - c. Metodologias de planeamento e avaliação e processos de tomada de decisão: potencial para evoluir 70
  - d. Ação e resultados - continuidade e mudança 71
6. Quais as principais ameaças e oportunidades com que se deparam as parcerias no território concelhio? 72

# IV. CONTRIBUTOS PARA A COESÃO SOCIAL

76

1.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões tangíveis)	77
	a. Um acesso equitativo e não discriminatório	78
	b. Uma intervenção que reconhece a diversidade e respeita a dignidade	78
	c. Respeitar a autonomia das pessoas beneficiárias, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal	79
	d. Os limites de uma participação baseada numa efetiva partilha de poder	80
2.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões intangíveis)	81
	a. Um elevado grau de satisfação com as intervenções/respostas	81
	b. Uma melhor perceção sobre os problemas e sobre a ação necessária	82
	c. Promover a cooperação e o sentido de responsabilidade – uma tarefa inacabada	83
	d. Um reforço da confiança em si próprio/a e nas instituições	84
	e. Promover a solidariedade – da perceção das pessoas beneficiárias às práticas institucionais	85
3.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível das áreas de vida?	85
	a. Educação de crianças e jovens: um acesso incrementado com evidentes ganhos ao nível das competências pessoais e sociais	85
	b. Educação de adultos: um maior conhecimento e motivação para o trabalho, com ganhos efetivos no acesso a formação profissional ou programas de formação para pessoas adultas	88
	c. Emprego: prioridade na promoção do conhecimento e de competências no domínio do emprego	90
	d. Rendimentos: promover o acesso aos apoios existentes num contexto de rendimentos insuficientes	93
	e. Alimentação e consumo: promover um acesso digno aos bens alimentares, contribuindo para uma melhoria nos hábitos alimentares – limites da intervenção	96
	f. Saúde: promover o direito à saúde e o acesso aos cuidados	98
	g. Habitação: mudanças globalmente pouco expressivas ao nível da habitação	100
	h. Urbanismo: um maior sentimento de pertença à comunidade e um alargamento das relações sociais	102
	i. Acessibilidades: promover o conhecimento dos recursos e dos mecanismos facilitadores da mobilidade	104
	j. Cultura e lazer: impactos moderados na promoção do direito à cultura e ao lazer	105
	k. Informação e comunicação: promover o desenvolvimento de competências para uma defesa ativa de direitos	107
	l. Participação cidadania: mudanças pouco expressivas ao nível de uma participação cidadã	108



# I. Introdução

O Diagnóstico Social de Cascais (DSC) adotou o quadro de análise e o processo metodológico de avaliação da coesão social, desenvolvido no documento “*Concerted development of social cohesion indicators - methodological guide*”, e foi produzido a partir de quatro estudos.

Pretende-se que o DSC seja um instrumento de conhecimento público e útil para a ação dos atores que interferem e atuam na construção da coesão social em Cascais.

A partir dos estudos realizados no DSC foram produzidos documentos que organizam e sistematizam os dados:

- Em “**Diagnóstico Social de Cascais I Abordagem Metodológica e Concetual**” apresenta-se o referencial concetual que estruturou o desenho metodológico dos quatro estudos realizados, as metodologias de recolha de informação e produção de reflexão coletiva, traduzidas na participação de 1700 munícipes, 80 profissionais, 200 organizações e 14 eleitos locais.
- No documento “**Diagnóstico Social | Pessoas**” apresentam-se os dados dos estudos numa perspetiva das condições de vida dos munícipes, das suas aspirações e representações sociais.
- Em “**Diagnóstico Social | Organizações e Rede Social**” apresentam-se os dados dos estudos focados nos atores sociais que respondem às necessidades e aspirações das pessoas ao nível do bem-estar em Cascais.

Ao longo do presente documento poderá ter uma maior compreensão da ação das organizações, das respostas sociais e equipamentos existentes em Cascais e um conhecimento sobre as formas de funcionar e atuar das 200 organizações sociais. Apresentam-se ainda as formas de governança local, implementadas pela Rede Social de Cascais, e a avaliação dos impactos da ação das organizações concelhias no bem-estar dos munícipes de Cascais.



# II.

# Organizações

<b>A.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES</b>	<b>12</b>
1.	Quem são, atualmente, as entidades que operam no território concelhio?	12
2.	Que atividades desenvolvem estas entidades?	17
3.	Como se organizam, ao nível da gestão, as entidades que intervêm no concelho?	19
4.	Como se organizam, ao nível dos recursos humanos, as entidades que intervêm no concelho?	23
5.	Que outros sistemas e políticas de gestão são mais comuns entre as entidades do setor social?	25
6.	Como se financiam as entidades que intervêm no concelho?	27
7.	Quais as principais potencialidades e constrangimentos que se colocam às entidades gestoras?	28
<b>B.</b>	<b>OFERTA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>30</b>
1.	Quantos são e quem gere os equipamentos coletivos de âmbito social no concelho de Cascais?	30
2.	Como se distribuem os equipamentos coletivos de âmbito social no território concelhio?	33
3.	Que tipo de equipamentos coletivos de âmbito social predomina no concelho?	34
4.	Quais as condições físicas de funcionamento dos equipamentos coletivos de âmbito social?	35
5.	Como se caracteriza a oferta de serviços nos equipamentos sociais do concelho?	38
6.	Como são financiados os equipamentos sociais do concelho?	40
7.	Como se perspetiva a possibilidade de investimentos futuros nos equipamentos sociais do concelho?	42

## A. Caracterização das entidades



**A história da intervenção social no concelho de Cascais é uma história longa e dinâmica, que começa no século XIV; nela participam “muitos intervenientes, individuais e coletivos, públicos e privados, que isoladamente ou em colaboração, foram tecendo ao longo dos séculos as malhas de uma rede assistencial local especialmente rica e diversificada”.**

(Pacheco, 2018: 10)

**Figura 1** - Tombo de propriedades do Hospital de S. Domingos de Rana do século XVI. Arquivo Municipal de Sintra.

### 1. Quem são, atualmente, as entidades que operam no território concelhio?

Em 2016 foi recenseado um total de quase 200 entidades com responsabilidade na gestão de equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho

Em 2016 foram recenseadas 197 entidades com equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho de Cascais, cuja natureza jurídica atesta a permanência do dinamismo das instituições de natureza privada no território.

#### Entidades gestoras por natureza jurídica (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



*“(...) relativamente, por aqui existem mais obras de assistência que em grandes centros, tanto mais para louvar, porque são todas de natureza e iniciativa particular.”*

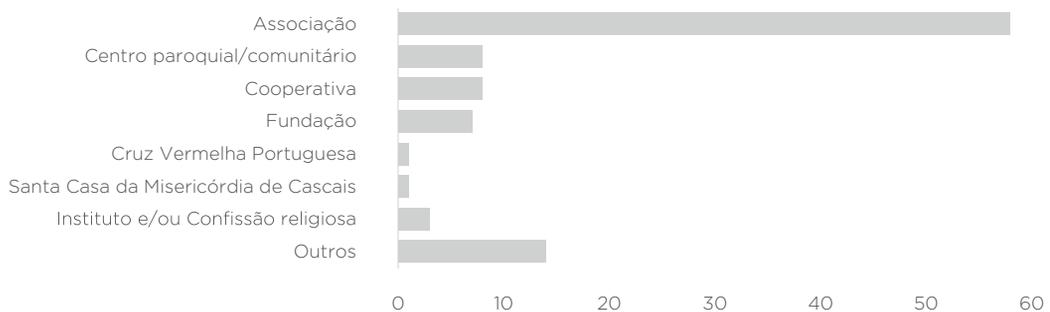
Jornal O Estoril, 1934 (citado em Pacheco, 2018: 162)

As **entidades privadas sem fins lucrativos** (privadas SFL) constituíam, assim, em 2016 a oferta mais numerosa, mas também aquela que apresentava a maior diversidade de tipologias, refletindo não apenas o crescimento do terceiro setor nos anos mais recentes, mas também a presença de elos de ligação entre o passado e o presente da intervenção social no concelho.

**As entidades privadas sem fins lucrativos representavam mais de 50% do total deste universo**

### Composição das entidades privadas SFL (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



*A presença de instituições de caráter assistencial no território concelhio data de finais da Idade Média, tendo porventura sido no interior do concelho que se localizou uma das mais antigas instituições de assistência do concelho – o Hospital de Alcabideche.*

(Pacheco, 2018)

A continuidade da presença no território de instituições como a Santa Casa da Misericórdia e de institutos e ou confissões religiosas constitui a marca da ancestralidade da intervenção no domínio social por instituições nascidas da iniciativa particular ou associativa. Simultaneamente, a presença marcante das associações, mas também dos centros paroquiais/comunitários, cooperativas e fundações, constitui o testemunho de uma época mais recente – pós década de 80 do século passado – caracterizada pelo crescimento e multiplicação de instituições sociais e da diversificação das suas intervenções.

Entre as 17 **entidades públicas** recenseadas marcavam presença três tipos de entidades: as autarquias locais (município e freguesias), os agrupamentos de escolas e outros organismos

**A maioria das entidades recenseadas tinha a sua sede no concelho de Cascais e uma intervenção concelhia.**

da Administração Pública (ACES -Agrupamento de Centros de Saúde e a DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências).

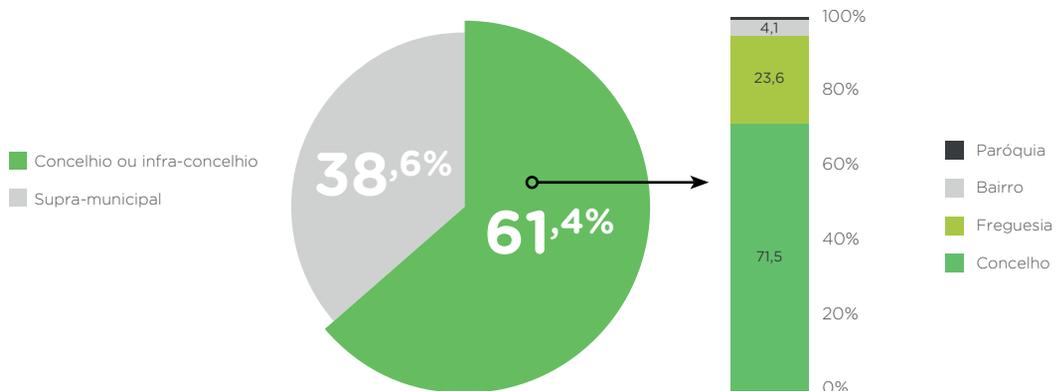
Pese embora as profundas transformações que marcaram a estruturação da intervenção social local a partir de 1974, importa realçar o papel determinante assumido pelas estruturas de governação local – nomeadamente a Câmara Municipal na intervenção pública no domínio social, desde as origens da intervenção assistencial no território.

Em 2016, a maioria das 197 entidades que operavam em Cascais (171) tinham a sua **sede** no concelho. As restantes estavam sediadas em Lisboa (20) ou nos concelhos de Oeiras (3), Loures (1), Amadora (1) e Sintra (1).

A escolha do concelho de Cascais como sede deste vasto universo de organizações responsáveis pela gestão de equipamentos, respostas e serviços sociais não significa porém uma circunscrição do seu âmbito de atuação ao território concelhio. Em 2016, mais de uma em cada três entidades que operavam no concelho referia que a sua intervenção se estendia ao nível supra municipal (com particular destaque para as privadas SFL). A maior parte das entidades referia, porém, ter uma intervenção restrita ao território concelhio, abrangendo normalmente a totalidade do concelho (71.5%). Menos são aquelas cujo âmbito de intervenção se limita à freguesia ou mesmo ao bairro. Apenas uma entidade referiu que o seu âmbito de intervenção era a paróquia.

### Âmbito geográfico de intervenção (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016

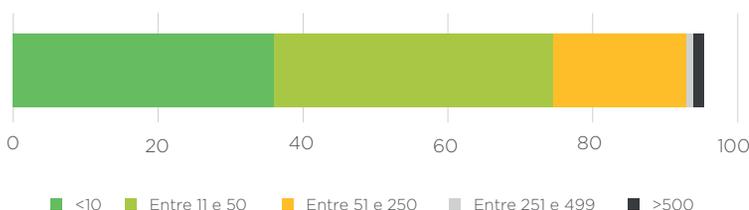


As 197 entidades que, em 2016, geriam equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho de Cascais, empregavam 6 445 trabalhadores/as que desenvolviam a sua atividade no concelho. As **peessoas empregadas** nestas entidades e a trabalhar no concelho representavam cerca de 8,3% do total da população empregada no setor dos serviços no concelho (2011).

A presença no concelho de um conjunto diversificado de entidades, quer ao nível da sua natureza e origem de implantação no território, quer do âmbito geográfico de intervenção resulta numa elevada heterogeneidade ao nível da sua **dimensão** enquanto entidades empregadoras. Porém, é possível identificar uma predominância de entidades de pequena ou muito pequena dimensão presentes no concelho (uma em cada três tem 50 ou menos trabalhadores/as ao serviço).

### Entidades por total de pessoal ao serviço (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**Predomínio de um conjunto de entidades de natureza diversificada, com predomínio de entidades de pequena ou muito pequena dimensão.**

As três entidades de maior dimensão - com mais de 500 pessoas empregadas independentemente de estarem ou não a trabalhar no concelho - eram a Câmara Municipal de Cascais, a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Duas outras entidades - ACES de Cascais e o Colégio Marista de Carcavelos tinham mais de 250 e menos de 500 trabalhadores/as.

**Presença de um pequeno número de entidades de grande dimensão.**

A **feminização do trabalho no setor terciário** constitui uma realidade à escala nacional que encontra correspondência ao nível do concelho e, com maior intensidade ainda, no universo de entidades que, em 2016, operavam em Cascais no setor social.

**Forte presença feminina no setor social no concelho, confirmando a presença tradicional de mulheres a trabalhar nestas atividades**

### Total de mulheres empregadas no setor terciário (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



### Pessoas entre os 20-64 anos empregadas em atividades de serviço social de natureza não residencial, por sexo, (%)

Eurostat, 2016



A presença de uma mão-de-obra predominantemente feminina a trabalhar no concelho em atividades do setor social confirma dados nacionais relativos a uma presença dominante de mulheres em atividades de prestação de serviços na área social: dados do Eurostat indicam que em Portugal as mulheres representavam 90% do total de pessoas empregadas em atividades de serviço social de natureza não residencial; na UE esse valor era de 83%.

A forte presença de mulheres neste tipo de atividades está patente em toda a história da intervenção social no concelho de Cascais. A autora de *Cascais Social História de um Percorso Secular* recorda-nos a presença de momentos-chave neste percurso de profissionalização no feminino:

*O Centro Social de Cascais acabaria por ser inaugurado a 3 de maio de 1940 (...) Note-se que a inauguração deste Centro em Cascais introduziu igualmente no concelho o contacto com uma nova realidade: a das Assistentes Sociais, corpo exclusivamente feminino formado pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa.*

(Pacheco, 2018: 164)

## 2. Que atividades desenvolvem estas entidades?

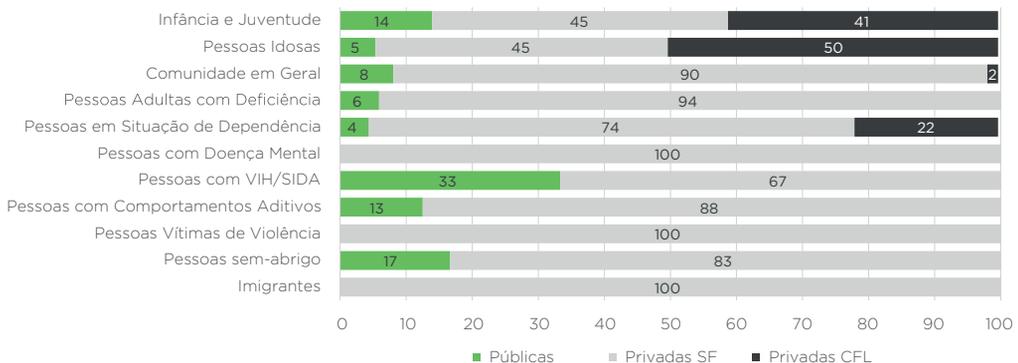
As entidades que, em 2016, eram responsáveis pela gestão de equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho de Cascais dedicavam-se a um leque muito abrangente de **atividades que se distribuía por um total de 11 domínios**, com uma presença mais forte de atividades no domínio da Infância e Juventude (115 atividades), Comunidade em Geral (62 atividades) e Pessoas Idosas (56 atividades).

**Em 2016, as entidades gestoras dedicavam-se a um leque abrangente de atividades com particular destaque para os domínios da Infância e Juventude, Comunidade em Geral e Pessoas Idosas**

Porém, a **distribuição de atividades consoante a natureza jurídica da entidade** responsável pela gestão dos equipamentos e serviços revela assimetrias significativas na sua concentração/dispersão pelos diferentes domínios de atividade.

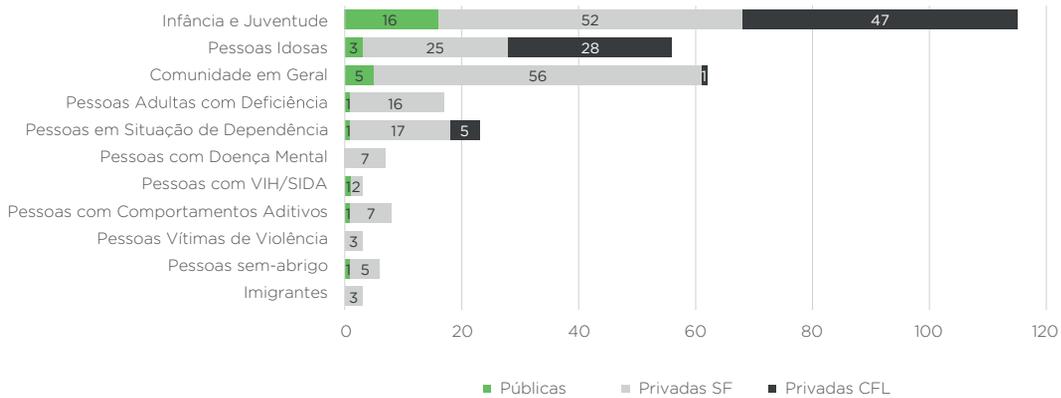
### Domínios de atividade das entidades com atuação no concelho (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



## Domínios de atividade das entidades com atuação no concelho (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**As entidades privadas SFL desenvolvem atividades em praticamente todos os domínios de intervenção, contrariamente às entidades privadas CFL que concentram a sua atividade maioritariamente em dois domínios: a infância e a terceira idade.**

A história da **intervenção social** no concelho de Cascais atesta a presença desde o século XVII de uma assistência que oscilaria entre a seletividade e a abrangência, estando a primeira muito orientada em função de grupos específicos, nomeadamente os “menores desprotegidos” e os pobres.

Encontramos aqui uma forte presença de atividades dirigidas à comunidade em geral direcionadas para o apoio a populações em situação de pobreza ou privação (ex. cantinas sociais, refeitórios, acompanhamento social, apoio em bens materiais).

Se os dados de 2016 nos permitem identificar algumas continuidades na presença de uma intervenção dirigida a grupos mais vulneráveis, a complexidade das problemáticas sociais e a profissionalização da intervenção social poderão explicar a presença de um leque mais alargado de temáticas.

De facto, a forte presença de atividades na esfera da infância e juventude e das pessoas idosas encontra a sua origem num período mais recente – sobretudo pós 1974 – onde as necessidades de apoio às famílias se viriam a concentrar nestas duas grandes áreas de intervenção, necessidades que se reforçaram nas décadas seguintes.

*Essas necessidades, num contexto pautado já por um visível envelhecimento da sociedade, pela progressiva desestruturação das redes familiares de apoio aos idosos e pela crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, requereriam, prioritariamente, respostas dirigidas aos dois extremos do ciclo de vida: infância e terceira idade.*

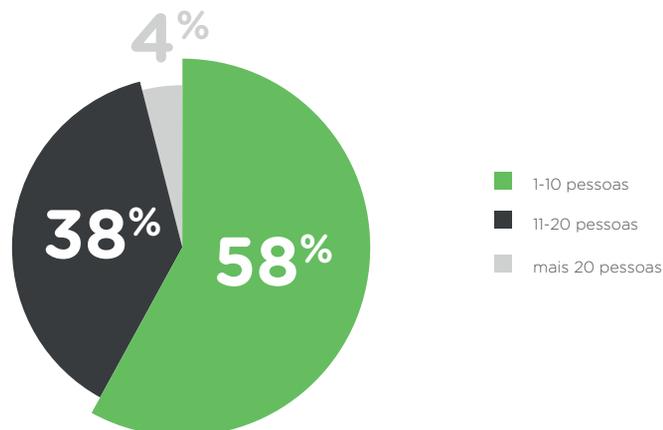
(Pacheco, 2018: 233)

### 3. Como se organizam, ao nível da gestão, as entidades que intervêm no concelho?

A forte presença de entidades sem fins lucrativos privadas a operar no território concelhio, com um claro predomínio das associações, parece contribuir para formas de gestão mais participadas, nomeadamente no que se refere à **dimensão dos corpos sociais e/ou órgãos de gestão**. Formas de gestão mais individualizadas parecem emergir nas entidades privadas com fins lucrativos.

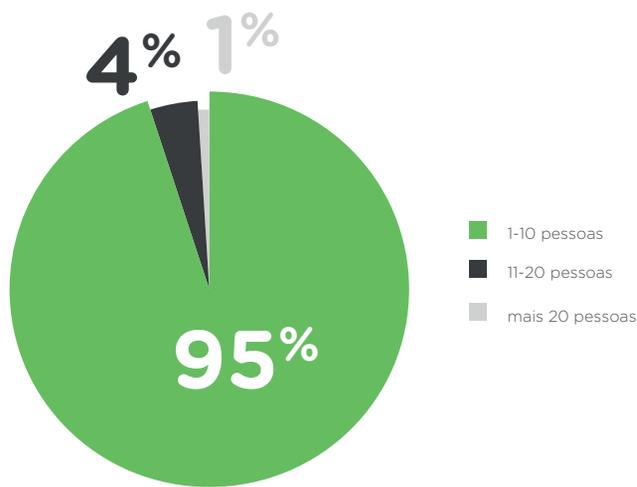
#### Entidades privadas SFL de acordo com a dimensão dos corpos sociais/orgãos de gestão (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



### Entidades privadas CFL de acordo com a dimensão dos corpos sociais/orgãos de gestão (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**À forte presença no concelho de entidades privadas SFL a operar na área social correspondem corpos sociais/órgãos de gestão mais numerosos**

Em mais de metade das entidades privadas SFL predominam corpos sociais/órgãos de gestão que envolvem entre uma a dez pessoas, sendo compostos maioritariamente por 5, 7 ou 9 pessoas. Apenas 4 destas entidades (Santa Casa da Misericórdia de Cascais, Casa Pia de Lisboa, TESE, Fundação Champagnat) apresentam corpos sociais/órgãos de gestão que envolvem um número elevado ou muito elevado de pessoas, oscilando entre 21 e 46 pessoas. Importa referir que todas elas têm um âmbito de intervenção supra-concelhio.

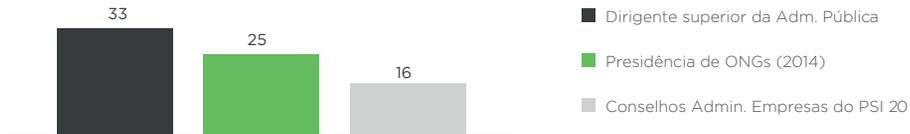
**Formas de gestão mais individualizadas caracterizam sobretudo as entidades privadas CFL.**

A quase totalidade das entidades privadas CFL tem órgãos sociais/órgãos de gestão de muito pequena dimensão, predominando entidades onde a gestão se concentra numa ou duas pessoas (56 das 72 entidades). Apenas 5 entidades têm órgãos de gestão compostos por 5 ou mais pessoas.

A presença de **mulheres em cargos de decisão**, quer no setor público, quer no setor privado (com ou sem fins lucrativos) continua, em Portugal, a revelar fortes desigualdades de género.

### Taxas de feminização em cargos de decisão (%) Portugal

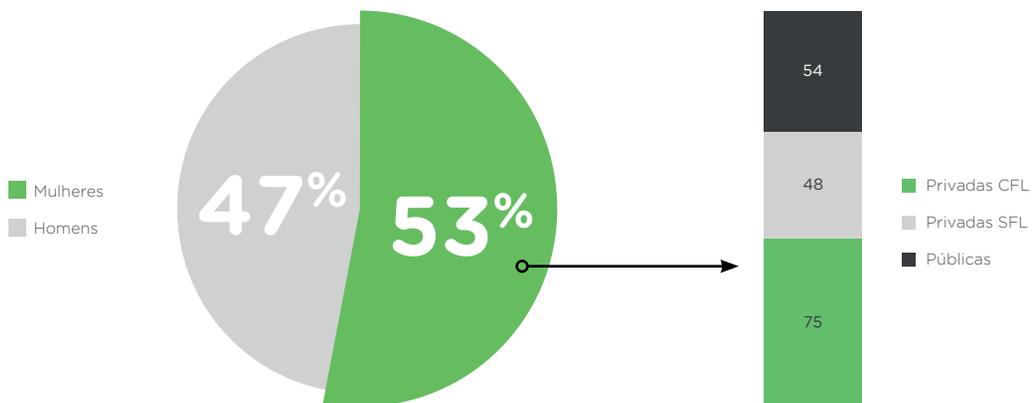
Igualdade de Género em Portugal, Boletim Estatístico 2017 e Diagnóstico das ONG em Portugal da UCP 2014



Em Cascais, porém, a presença de mulheres em cargos de decisão em atividades de natureza social é claramente superior: em 2016, a taxa de feminização dos corpos sociais das entidades que geriam equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho era 53%, sendo de assinalar algumas diferenças consoante a natureza jurídica da entidade.

### Composição dos corpos sociais, por sexo, e taxas de feminização dos corpos sociais, consoante a natureza jurídica da entidade (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**Em Cascais, em 2016, mais de metade das pessoas que compunham os corpos sociais das entidades que geriam equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho eram mulheres**

O papel das mulheres na gestão de equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho não é, todavia, um fenómeno recente.

*O Centro Social de Cascais acabaria por ser inaugurado a 3 de maio de 1940 sob orientação de duas figuras consideradas como pioneiras do trabalho social (a assistente Maria Leonor Correia Botelho e a educadora familiar Maria Emília da Câmara), servindo depois de modelo aos demais centros concelhios da organização.*

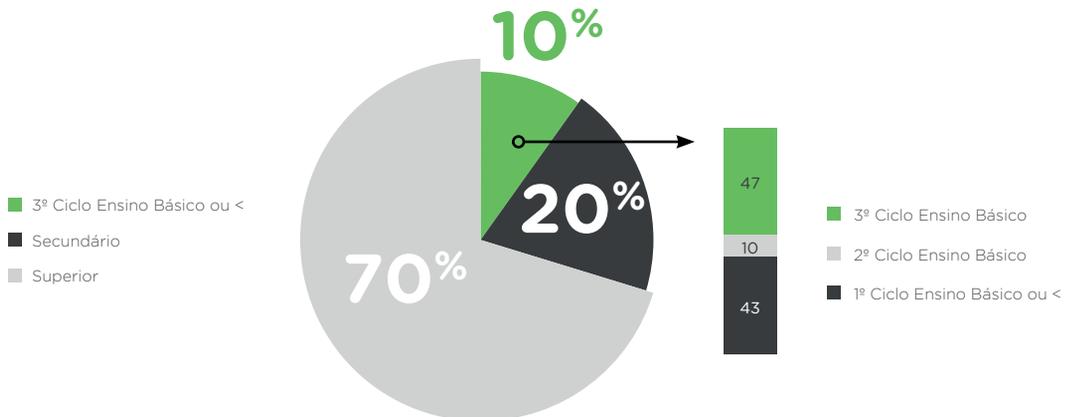
(Pacheco, 2018: 164)

**A maior parte das pessoas envolvidas no órgãos sociais/ gestão possuíam níveis de escolaridade elevados.**

A análise dos **níveis de escolaridade** das pessoas que, em 2016, participavam nos órgãos sociais/gestão das entidades presentes no concelho de Cascais evidencia o predomínio de níveis de escolaridade elevados: 71% das pessoas envolvidas nestes órgãos detinham um nível de ensino superior. Porém, persiste ainda um conjunto significativo de membros de órgãos sociais com níveis de escolaridade relativamente baixos, sobretudo tendo em conta as exigências crescentes e a complexidade da gestão de entidades que intervêm no domínio social: 10% das pessoas que integravam os órgãos sociais em 2016 tinham, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico e, entre estas, pouco menos de metade tinha o 1º ciclo do ensino básico ou menos.

### Composição dos corpos sociais, por nível de escolaridade, e desagregação dos níveis de escolaridade mais baixos (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



## 4. Como se organizam, ao nível dos recursos humanos, as entidades que intervêm no concelho?

A.4

A capacidade de desenvolver respostas de qualidade ao nível da intervenção social depende em grande medida das **políticas de recursos humanos** desenvolvidas, nomeadamente no que se refere à capacitação, formação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras.

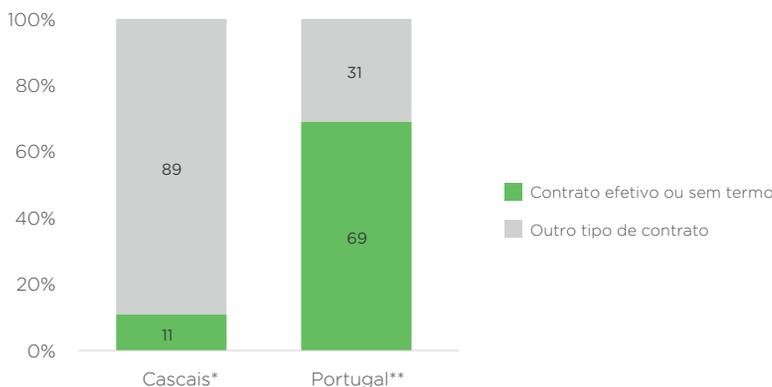
Os níveis elevados de **contratação** (3 em cada 4 entidades indicava ter contratado pessoal nos últimos 3 anos) verificados entre as entidades que, em 2016, operavam no concelho de Cascais ilustram, por um lado, a capacidade da economia social de promover e criar emprego mas, por outro lado, poderão indicar uma considerável rotatividade e precariedade laboral neste setor de atividade por parte das entidades presentes no território, nomeadamente no que se refere às contratações efetuadas nos últimos três anos (predomínio dos contratos a termo).

**Entre 2013 e 2015 a maior parte das entidades, reforçaram os seus recursos humanos através da contratação de pessoal.**

**Os contratos a termo certo constituíram a principal forma de contratação neste período (quase 60% do total de contratos).**

### Prevalência de contratos sem termo em Cascais e a nível nacional (%)

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016 e Franco 2015



\* Trabalhadores/as contratados nos últimos 3 anos pelas entidades privadas SFL

\*\* Amostra de 153 ONGs a nível nacional (Franco et al, 2015)

**Em 2016, o recurso ao voluntariado era uma realidade para pouco mais de metade das entidades recenseadas no concelho.**

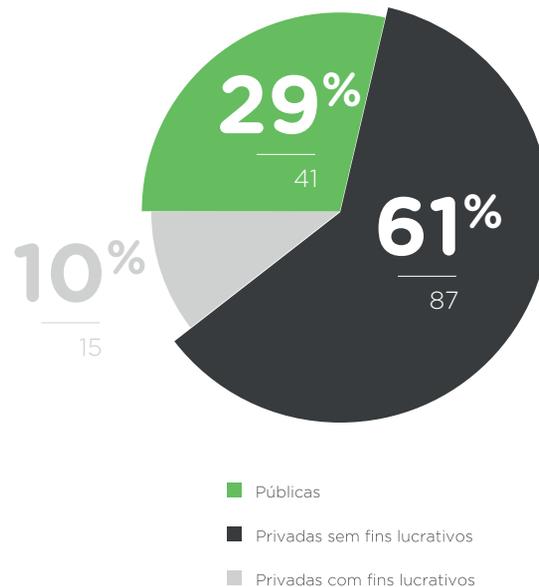
**A atividade voluntária era mais forte nas entidades privadas SFL, comparativamente às entidades privadas CFL**

A presença de **atividade voluntária** no concelho de Cascais marcou grande parte da história da assistência social no concelho quer de forma exclusiva, quer complementarmente à crescente profissionalização do serviço social (Pacheco, 2018). Em Portugal, há uma presença de voluntários/as em grande parte das ONG, embora em pequeno número em cada organização, e na generalidade dos casos sem contrato e sem formação para o voluntariado (Franco et al, 2015).

Em 2016, pouco mais de metade (55%) das entidades que geriam equipamentos e respostas sociais no concelho afirmava ter pessoas voluntárias a colaborar na organização, sendo esta presença diferenciada consoante a natureza jurídica da organização. A grande maioria das entidades privadas SFL (61%) afirmava ter pessoas voluntárias a colaborar na organização, contrariamente às entidades privadas CFL onde a existência de pessoas em regime de voluntariado era apenas referida por 10% das entidades inquiridas.

#### **Peso relativo das pessoas em regime de voluntariado, consoante a natureza jurídica da entidade (%), Cascais**

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



No que se refere à valorização dada ao voluntariado parece existir maior consenso: 3 em cada 4 entidades referia valorizar esta atividade. Porém, o enquadramento e regulação do voluntariado por parte das entidades revela fragilidades que importa salientar, nomeadamente atendendo a imperativos de natureza legal em vigor.

**Três em cada quatro entidades valorizam o trabalho voluntário, mas imperam fragilidades de enquadramento legal dos voluntários por parte das entidades.**

### Entidades que referem existência de elementos de enquadramento da atividade voluntária (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



De facto, a obrigatoriedade de realização de seguro para pessoas em regime de voluntariado (Dec. Lei 389/99) apenas era cumprido por 50% das entidades.

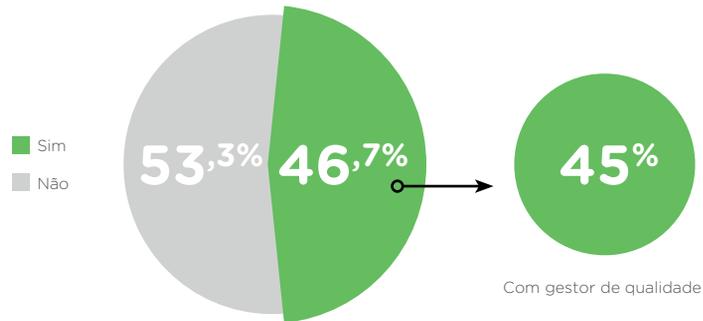
## 5. Que outros sistemas e políticas de gestão são mais comuns entre as entidades do setor social?

A presença de **sistemas de gestão de qualidade** nas entidades que operam no concelho parece revelar alguma capacidade de adaptação às novas exigências das políticas públicas em anos mais recentes no que se refere a um investimento acrescido na qualificação da atividade. Porém, os dados demonstram claramente a necessidade de um maior investimento neste domínio quer na implementação destes sistemas, quer ao nível da sua operacionalização efetiva no quotidiano da atividade desenvolvida.

**Em 2016, menos de metade das entidades que geriam equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho de Cascais tinha implementado sistemas de gestão de qualidade**

### Entidades com sistema de gestão de qualidade implementado e entidades que dispõem de gestor de qualidade (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016

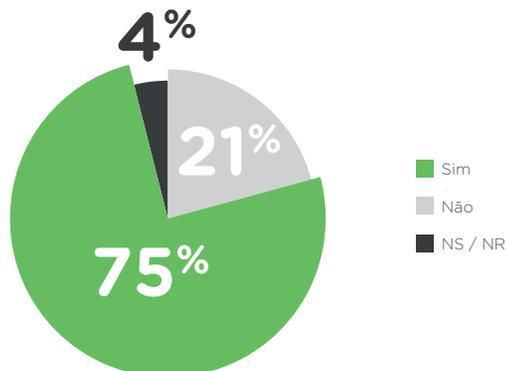


A preocupação com o desenvolvimento de uma política de proteção de dados para a grande maioria das entidades: em 2016, 3 em cada 4 entidades tinha implementada uma política de proteção de dados pessoais

Já no que se refere ao desenvolvimento de uma **política de proteção de dados pessoais**, existe uma clara preocupação com este aspeto fundamental dos direitos pessoais de utentes, a que não será naturalmente estranho a natureza dos serviços prestados que implicam frequentemente a recolha de informação pessoal e familiar com grande pormenor. Existem, porém, cerca de 40 as entidades que referem não ter uma política de proteção de dados implementada.

### Entidades com política de proteção de dados (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



## 6. Como se financiam as entidades que intervêm no concelho?

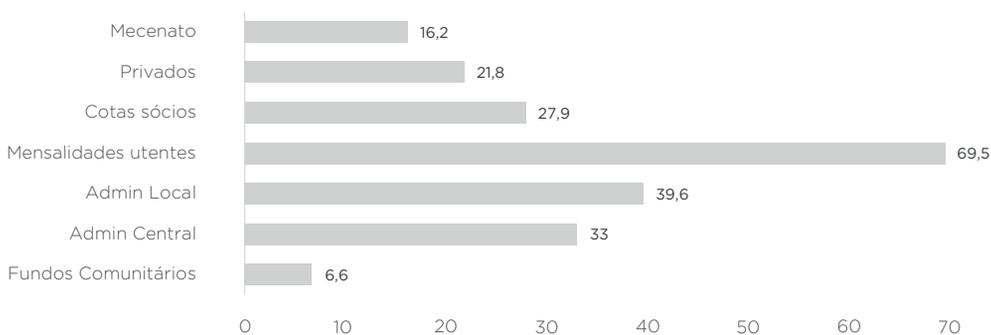
A.6

A análise da estrutura de **fontes de financiamento** para o funcionamento das entidades que gerem equipamentos e respostas sociais no concelho de Cascais revela simultaneamente a presença de várias fontes de financiamento de natureza diversa. Neste contexto, as mensalidades pagas pelos utentes representavam a fonte de financiamento mais referida pelo conjunto das entidades.

**Em 2016, as fontes de financiamento mais comuns ao universo de entidades a operar na área social eram as mensalidades de utentes e os fundos de natureza pública (Administração Local e Central)**

### Entidades segundo as fontes de financiamento (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



A Administração Central e a Administração Local são duas fontes de financiamento referidas por um número significativo de entidades o que evidencia a importância dos fundos públicos como garantia de sustentabilidade financeira das entidades gestoras de equipamentos, serviços e respostas sociais no concelho.

A desagregação dos fundos de financiamento pelo seu respetivo peso no funcionamento e sustentabilidade das entidades revela um panorama mais completo da importância real destas diferentes fontes de financiamento.

As mensalidades dos utentes surgem não apenas como a fonte de financiamento mais comum ao conjunto das entidades recenseadas, mas também aquela que assegura o financiamento total a um maior número de entidades (19,3%), sendo estas quase exclusivamente entidades privadas com fins lucrativos (69 num total de 74 entidades financiadas a 100% por este tipo de receitas).

### Entidades segundo as fontes de receita que financiaram o funcionamento em 2016, por proporção do total (%)

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**A importância das diversas fontes de financiamento no total de receitas das entidades varia significativamente quer em função da entidade financiadora, quer em função da natureza jurídica da entidade gestora**

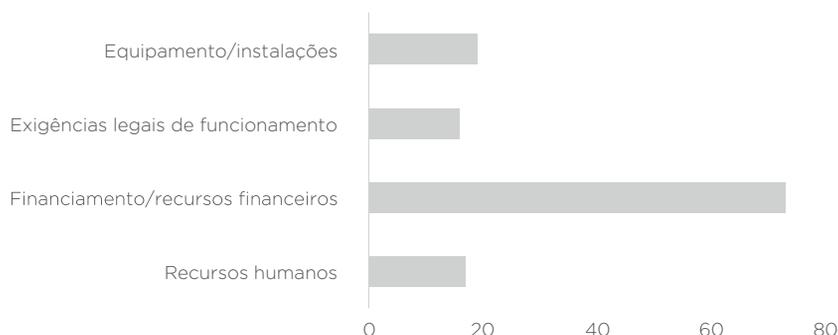
A Administração local financia um número alargado de entidades, embora esse financiamento represente normalmente uma proporção limitada do total de receitas (entre 1 a 25%). Já no caso da Administração Central, quando existe financiamento às entidades, ele tende a representar uma fatia importante do total de receitas (cerca de 10% das organizações referem que este financiamento representa entre 26% a 75% do total).

## 7. Quais as principais potencialidades e constrangimentos que se colocam às entidades gestoras?

A grande maioria das entidades que, em 2016, geria equipamentos e respostas sociais no concelho de Cascais identificava quer a existência de **constrangimentos ao exercício da sua atividade** (86%), quer de **potencialidades no desempenho das suas funções** (84%).

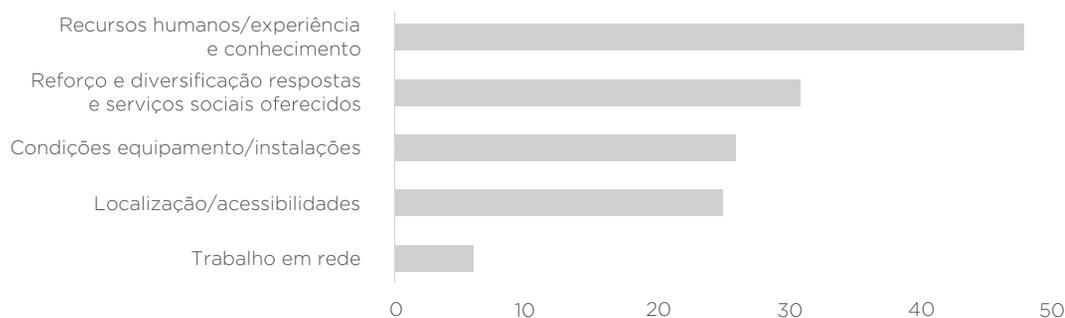
### Principais constrangimentos identificados (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



### Principais potencialidades identificadas (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



As dificuldades de financiamento emergem como o principal constrangimento identificado e traduzem sobretudo na diminuição do financiamento público, numa fraca diversificação de fontes de financiamento e na persistência de um frágil rigor na gestão financeira.

Ao nível das potencialidades destaca-se a qualificação, o saber acumulado e a experiência de terreno dos recursos humanos das entidades, a par com uma abrangente capacidade de resposta decorrente de investimentos realizados pelas entidades.

**As dificuldades de financiamento surgem como o principal obstáculo, sendo a qualidade dos recursos humanos a principal potencialidade identificada pela maior parte das entidades recenseadas**

## B. Oferta de equipamentos sociais



“Note-se que um dos traços mais característicos do período revolucionário consistiu na existência de um significativo movimento de iniciativa popular na área social com expressão ao nível da criação de equipamentos: de acordo com dados de 1978, os equipamentos sociais de iniciativa popular em Portugal representavam cerca de 30% na área da infância, 60% na área das crianças inadaptadas e deficientes e 8% na área dos idosos.”

(Pacheco, 2018: 233)

**Figura 2** - As instalações da Parada, em Cascais (futuro Museu do Mar) transformadas em Infantário Popular. 1974. Arquivo do Museu do Mar Rei D. Carlos, Cascais.

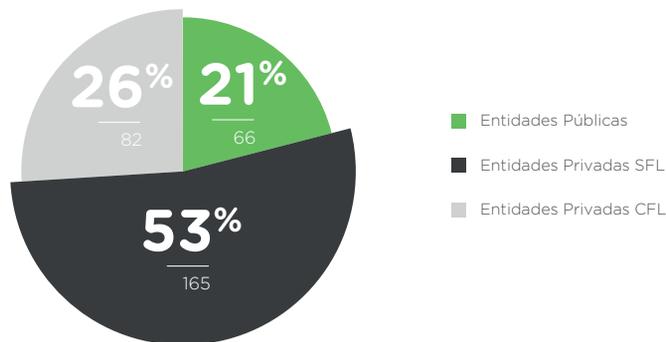
### 1. Quantos são e quem gere os equipamentos coletivos de âmbito social no concelho de Cascais?

Na última década registou-se um crescimento de 7% na oferta de equipamentos coletivos de âmbito social no território concelhio.

Em 2016, existiam 313 **equipamentos coletivos de âmbito social, no concelho de Cascais**, o que refletia um crescimento de 7% face à oferta disponível em 2005.

#### Equipamentos sociais segundo a natureza das entidades gestoras (% e nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



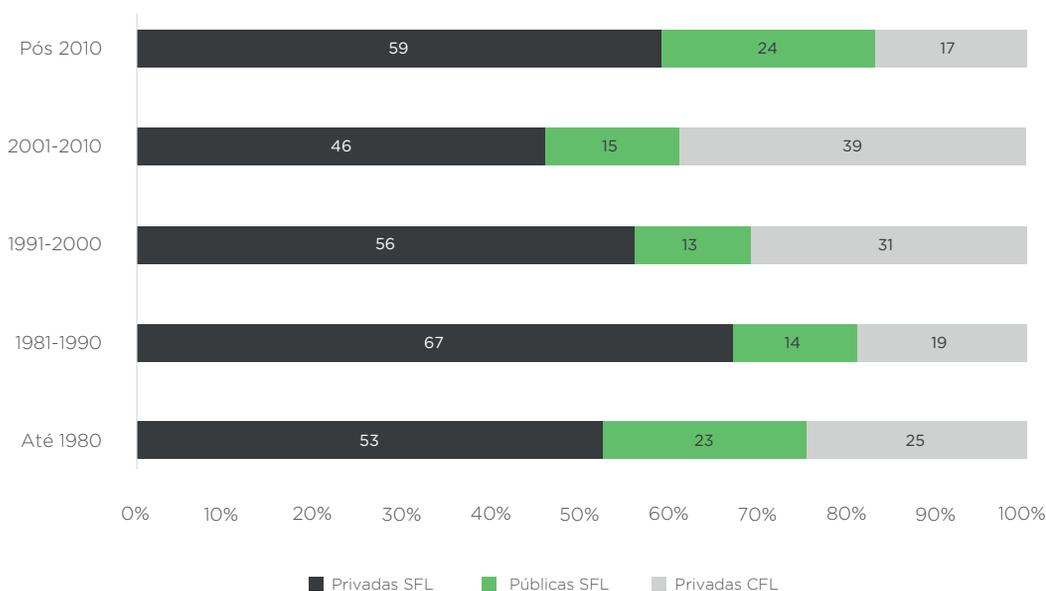
Em 2016, as entidades privadas sem fins lucrativos eram responsáveis pela **gestão** de mais de metade (59%) dos equipamentos sociais existentes no concelho, confirmando, assim, a importância do terceiro setor na oferta deste tipo de equipamentos.

**As entidades privadas SFL mantém um papel preponderante na gestão dos equipamentos sociais**

Esta forte presença do terceiro setor na gestão de equipamentos sociais em Cascais tem, aliás, sido uma constante no território concelhio. Entre os 40 equipamentos que entraram em funcionamento antes da década de 80, 53% eram geridos por entidades privadas sem fins lucrativos.

### Equipamentos sociais segundo o ano de entrada em funcionamento, de acordo com a natureza da entidade (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



Ao longo das décadas seguintes, apenas entre 2001 e 2010 se registou um maior equilíbrio entre as entidades privadas sem fins lucrativos e as entidades privadas com fins lucrativos na gestão dos equipamentos sociais que entraram em funcionamento durante esse período.

*“Ao nível da Câmara Municipal, a grande prioridade no domínio social durante o período compreendido entre finais da década de 70 e a primeira metade da década de 80 continuou a ser a habitação, mas também o apoio à criação de equipamentos nas áreas da infância, da terceira idade e, crescentemente, da deficiência, mantendo ainda a atribuição de subsídios de apoio ao funcionamento dos estabelecimentos existentes. A orgânica municipal refletia este tipo de intervenção muito centrada na questão dos equipamentos, registando-se em inícios da década de 80 a existência do SAES - Serviço de Apoio ao Equipamento Social.”*

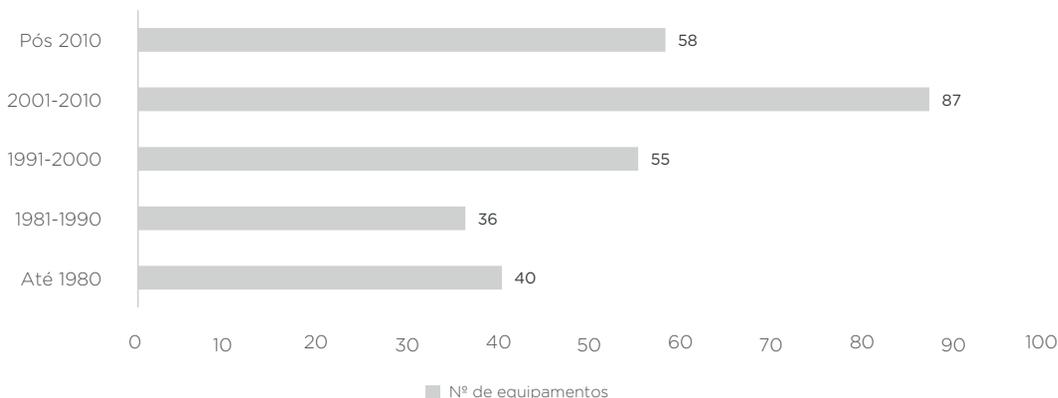
(Pacheco, 2018: 237)

**A primeira década do século XXI foi aquela onde se registou um maior número de equipamentos sociais a iniciar a oferta de serviços no concelho.**

Não obstante a longevidade de alguns equipamentos (40 equipamentos eram anteriores à década de 80), o segmento mais significativo de equipamentos sociais entrou em funcionamento entre 2001 e 2010 (30%), embora a década precedente (1991-2000) e a seguinte (2011-2015) tenham registado crescimentos da oferta muito significativos e muito idênticos (cerca de 20% em ambos os períodos).

### Equipamentos sociais segundo o ano de entrada em funcionamento (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



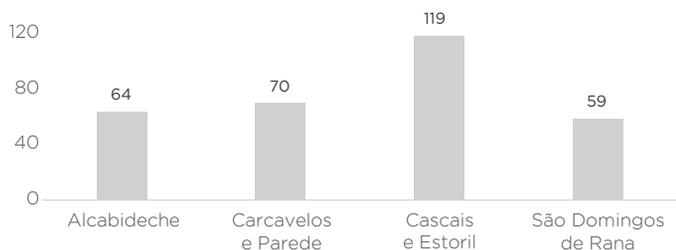
## 2. Como se distribuem os equipamentos coletivos de âmbito social no território concelhio?

Em 2016, a **especialização da oferta** apresentava uma clara concentração de equipamentos na faixa litoral onde se concentrava 60% da oferta concelhia (destacava-se a União de Freguesias Cascais e Estoril, com 38% da oferta). A esta concentração da oferta não corresponde uma equivalente concentração da população, já que em 2011 as duas freguesias do litoral representavam apenas 52% do total da população residente.

**A maior parte dos equipamentos sociais localiza-se na faixa litoral do território concelhio**

### Localização dos equipamentos sociais por freguesia (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



A propósito da menor oferta de equipamentos nas freguesias do interior do concelho, é curioso registar o seguinte excerto sobre a instalação do Centro de Alcabideche:

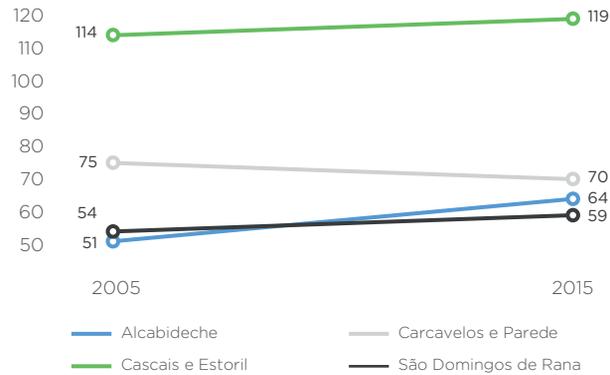
*"(...) o período inicial de funcionamento do Centro é classificado como tendo sido "muito difícil", situação só alterada em 1972 através da celebração de um primeiro acordo de cooperação com o Instituto da Família e da Ação Social, o qual terá então reforçado a capacidade financeira da instituição, permitindo-lhe estruturar, expandir e melhorar os serviços prestados à comunidade."*

(Pacheco, 2018: 199)

Porém, a análise da dinâmica evolutiva (2005-2016) da oferta de equipamentos sociais no concelho revela uma maior variação positiva nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana (25% e 9% respetivamente), refletindo o maior crescimento populacional destas freguesias.

### Equipamentos sociais por freguesia (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



As freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana registaram o maior crescimento da oferta de equipamentos coletivos de âmbito social na última década

Importa realçar que, desde finais da década de 70, estas dinâmicas demográficas no interior do concelho haviam mobilizado a ação local no sentido de encontrar soluções que pudessem dar resposta às necessidades reais mais prementes da população, nomeadamente através da

*“construção de creches, jardins-de-infância e estruturas de apoio ao tempo livre das crianças e, por outro, de lares dirigidos à terceira idade, a localizar prioritariamente nas freguesias do interior, onde o ritmo de crescimento demográfico e o défice estrutural deste tipo de respostas tornara ainda mais premente a necessidade de tais equipamentos.”*

(Pacheco, 2018: 233)

### 3. Que tipo de equipamentos coletivos de âmbito social predominam no concelho?

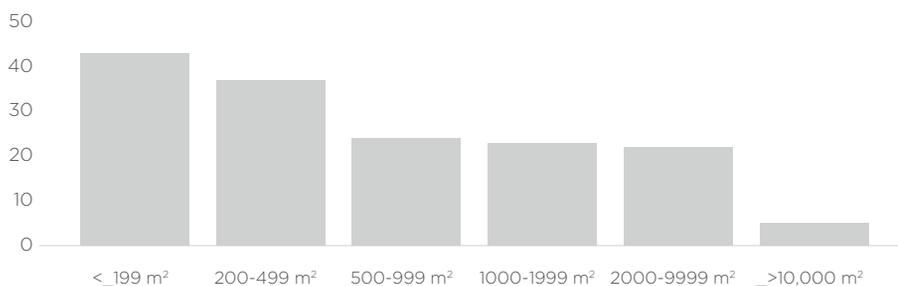
Se a distribuição dos equipamentos sociais no território revelava uma maior concentração nas freguesias do litoral, a análise dos equipamentos, de acordo com a sua **dimensão**, evidenciava padrões de localização diferenciados: uma dispersão equilibrada dos equipamentos de pequena dimensão (até 199 m<sup>2</sup>) pelo território concelhio e uma concentração dos equipamentos de média e grande dimensão (entre 200 e 999 m<sup>2</sup>) nas UF de Carcavelos e Parede e de Cascais e Estoril.

Em termos globais, predominavam no concelho os equipamentos de pequena e média dimensão, representando mais de 50% da totalidade dos equipamentos para os quais foi possível recolher informação sobre a respetiva dimensão (154 do total de 313 equipamentos identificados no concelho em 2016).

**Mais de metade dos equipamentos coletivos de âmbito social existentes são de pequena/média dimensão**

#### Total de equipamentos, de acordo com a respetiva área útil (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016

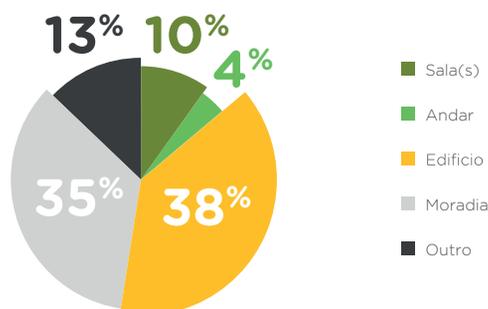


## 4. Quais as condições físicas de funcionamento dos equipamentos coletivos de âmbito social?

Na generalidade das situações, os **equipamentos sociais** encontravam-se **instalados** em edifícios (38%) ou em moradias/vivendas (35%), com as demais tipologias de instalações a assumirem uma reduzida expressão, o que poderá refletir as necessidades de espaço que caracterizam estes equipamentos.

#### Equipamentos sociais segundo o tipo de instalações (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



**A maioria dos equipamentos funciona em estruturas físicas adaptadas para o efeito embora os equipamentos construídos de raiz para este fim estejam em franca expansão**

Na categoria “outros” destacava-se, sobretudo, a ocupação de lojas (21 equipamentos de um total de 40), ainda que existissem equipamentos a funcionar em pré-fabricados (4), anexos (3) ou contentores (1).

Relativamente à **tipologia de construção** dos equipamentos, constata-se que a maioria era composta por estruturas físicas adaptadas para o efeito (54%). Embora os equipamentos construídos de raiz para este fim apenas representem, em 2016, menos de metade do total de equipamentos, na última década o seu peso relativo aumentou significativamente (de 35%, em 2005, para 44%, em 2016).

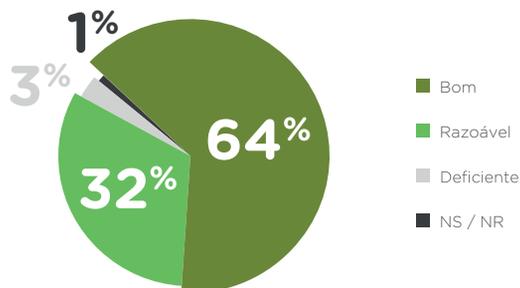
Em 2016, predominavam equipamentos classificados com “bom” **estado de conservação** (64%), de acordo com a perceção das próprias entidades gestoras. Um total de 10 equipamentos (5%) foi avaliado como estando em “deficiente” estado de conservação, correspondendo exclusivamente a equipamentos geridos por entidades sem fins lucrativos.

De facto, a avaliação do estado de conservação variava em função da natureza jurídica da entidade, com as entidades privadas CFL a apresentarem uma perceção mais favorável do que as entidades privadas SFL (84% e 58% no caso das privadas, respetivamente, e 56% nas públicas).

Verificava-se, ainda, a existência de uma correlação direta entre o estado de conservação e o ano de construção dos equipamentos, ou seja, as estruturas físicas em bom estado de conservação eram tanto mais numerosas quanto mais recente era o ano de construção dos equipamentos.

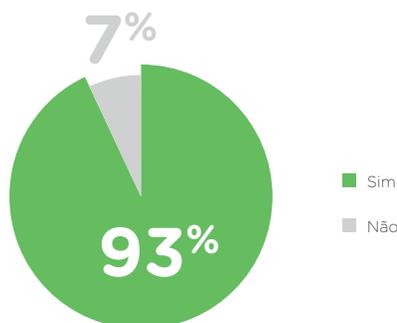
### Equipamentos sociais segundo o estado de conservação das instalações (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



### Equipamentos sociais em condições operacionais (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



Em consonância com o estado de conservação, a maioria das entidades inquiridas considera que os seus equipamentos reúnem as condições adequadas para prestar os respetivos serviços/respostas sociais.

Também a apreciação das **condições de segurança** colocava em evidência a boa situação dos equipamentos, assim como uma evolução muito favorável desde a elaboração da Carta Social anterior, destacando-se a existência generalizada de extintores (95%), simbologia de evacuação (89%), saídas de emergência (85%) e sistema de deteção de incêndios (78%).

Verificava-se, porém, a persistência de equipamentos que não dispunham de condições de segurança consideradas essenciais: 15% não dispunha de saídas de emergência, 11% não dispunha de simbologia de evacuação e 5% referia não ter extintores.

A avaliação das **condições de conforto** revelou-se bastante satisfatória, com melhorias significativas, na generalidade das situações, entre 2005 e 2015, nomeadamente: em 2016, 98% dos equipamentos apresentava iluminação e ventilação natural, 51% tinha climatização artificial e 53% gás da rede.

Menos favorável é o panorama evidenciado no que se refere às **condições de acesso** aos equipamentos, em particular relativamente à possibilidade (ou não) de os mesmos serem utilizados por pessoas com mobilidade condicionada ou com outro tipo de incapacidade física. Estes constrangimentos são evidentes na generalidade dos equipamentos e surgem de forma transversal aos domínios de intervenção (exceto no caso das pessoas sem-abrigo), conforme ilustra o gráfico abaixo.

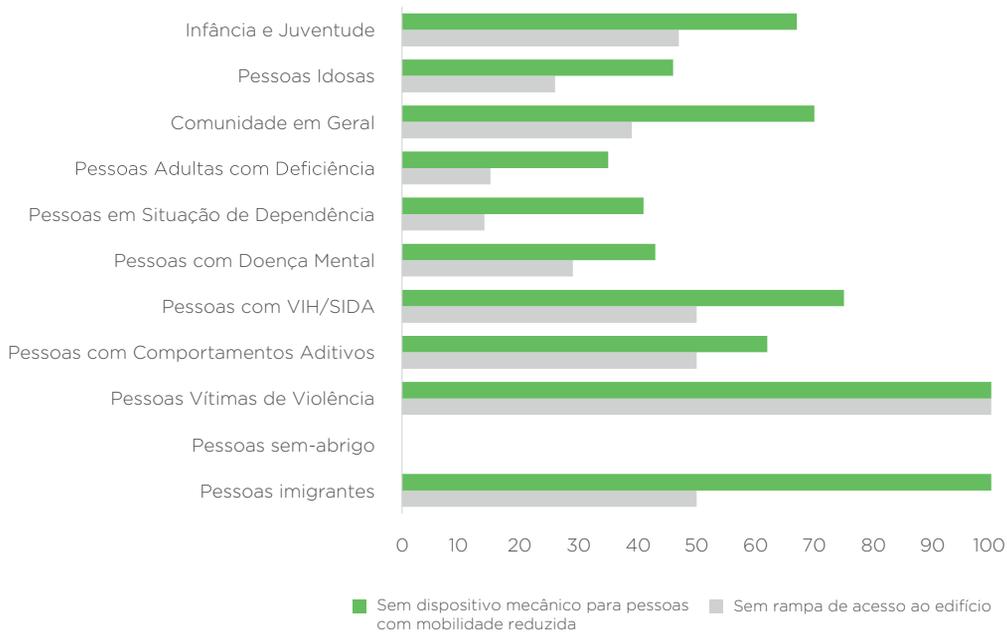
A generalidade dos equipamentos sociais encontra-se em bom estado de conservação e com condições adequadas para a prestação dos respetivos serviços

Melhores condições de segurança e conforto proporcionadas pelos equipamentos sociais ao longo da última década

## Persistem barreiras arquitetónicas de acesso aos equipamentos

### Limitações de acesso aos equipamentos por domínios de intervenção dos equipamentos sociais (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



## 5. Como se caracteriza a oferta de serviços nos equipamentos sociais do concelho?

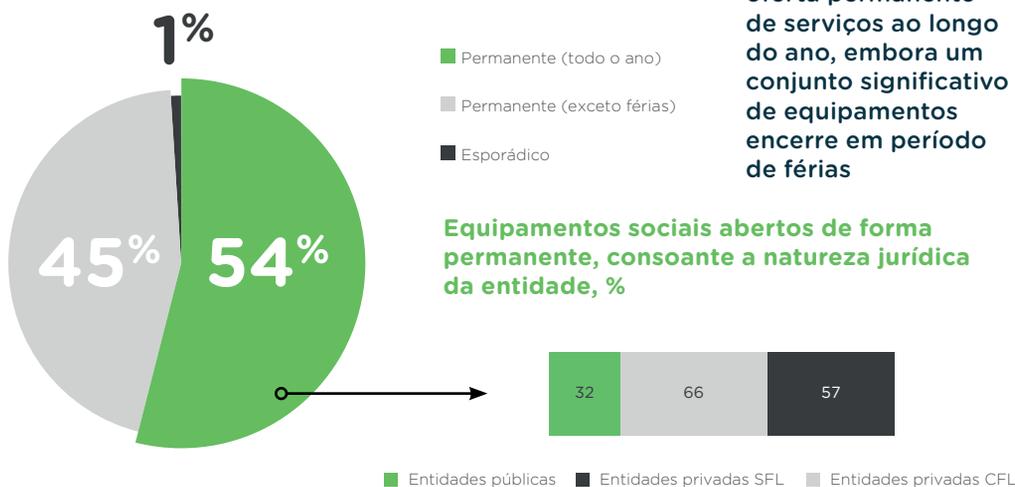
### A oferta de serviços proporcionada pelos equipamentos coletivos de âmbito social é alargada e diversificada

Existia, em 2016, uma **oferta** significativa de **equipamentos** coletivos de âmbito social no concelho, abrangendo um leque diversificado de atividades, com um crescimento na última década de cerca de 7%. A maioria destes equipamentos funcionava em instalações próprias (44%) e a quase totalidade funcionava em instalações definitivas (97%).

A maioria dos equipamentos sociais (54%) tinha um **período de funcionamento** permanente, não encerrando em qualquer período do ano (45% encerrava nos períodos de férias e 1% apresentava um funcionamento esporádico), possibilitando assim a existência de uma oferta permanente às necessidades dos indivíduos e das famílias.

### Período de funcionamento dos equipamentos sociais (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



Mais de metade dos equipamentos proporciona uma oferta permanente de serviços ao longo do ano, embora um conjunto significativo de equipamentos encerre em período de férias

Eram, sobretudo, os equipamentos geridos por entidades públicas que encerravam para férias (68%), por oposição aos equipamentos geridos por entidades privadas com fins lucrativos que registavam menores interrupções de resposta (34% encerrava para férias) ou por entidades privadas sem fins lucrativos (41% encerrava para férias).

Para além das atividades que são desenvolvidas no contexto das respostas sociais que constituem a oferta regular dos equipamentos, existe um conjunto (reduzido) de equipamentos que disponibiliza **espaços para fins exteriores à sua própria atividade**. Esta prática era mais evidente entre as entidades sem fins lucrativos (públicas e privadas).

Alguns dos equipamentos sociais disponibilizam os seus espaços para o desenvolvimento de atividades exteriores ao seu funcionamento regular

### Existência de equipamentos sociais com espaços disponíveis para outros fins, segundo a natureza das entidades gestoras (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



Esta polivalência de espaços destinada a outros fins poderá traduzir-se numa procura de rentabilização do próprio equipamento ou na sua disponibilização em contexto de partilha de recursos comunitários. A tipologia dos espaços disponíveis para outros fins inclui auditórios, salas de formação, espaços desportivos ou polivalentes (exteriores ou não) e ludobibliotecas.

## 6. Como são financiados os equipamentos sociais do concelho?

**A utilização de fundos públicos tem sido crucial na construção dos equipamentos coletivos de âmbito social no concelho de Cascais**

*“(...) o período do pós-guerra seria marcado por duas grandes tendências em matéria de assistência: a de aumento das estruturas do Estado no domínio social, sobretudo a partir da legislação de 1919 que, entre outros aspetos, instituiu o sistema de seguros obrigatórios; e a de reforço do financiamento às instituições sociais de natureza privada, de forma a garantir uma solvência financeira que lhes permitisse responder minimamente às necessidades das populações.”*

(Pacheco, 2018: 135)

A utilização de **fundos públicos** para apoiar as atividades das instituições sociais no concelho de Cascais encontra-se bem patente ao longo da história da intervenção social no território. A existência, em 2016, de um conjunto significativo de equipamentos coletivos de âmbito social (313), no concelho de Cascais, é também ela possível, em grande medida, pela disponibilização de fundos de natureza pública que apoiaram a construção destes equipamentos ao longo dos anos.

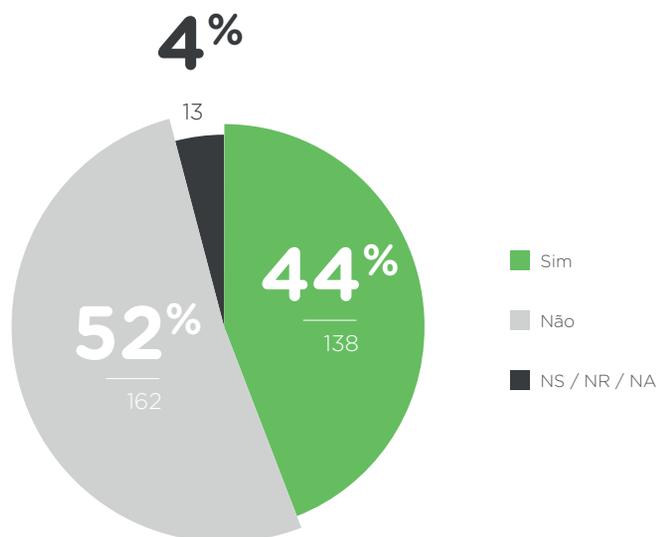
Importa assinalar que a utilização de fundos públicos para a construção de equipamentos no concelho de Cascais tem registado uma relevância crescente nos anos mais recentes: se entre os equipamentos construídos até ao ano 2000, os fundos públicos apoiaram mais de 1/3 dessas estruturas físicas (35%),

nos equipamentos construídos após 2001, o financiamento público apoiou a construção de metade desses equipamentos (50%).

A relevância dos fundos públicos na construção dos equipamentos assumiu diferentes graus de importância em função da natureza jurídica da entidade gestora dos equipamentos, assumindo naturalmente uma dimensão nevrálgica para as entidades públicas. Por outro lado, apenas 18% das entidades privadas sem fins lucrativos considerou ser esse apoio de importância “total” para a construção dos respetivos equipamentos.

### Equipamentos sociais construídos com apoio de fundos públicos (Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



O financiamento público continua, assim, a assumir um papel relevante no domínio social, particularmente, no que se refere ao financiamento da construção de equipamentos sociais geridos por entidades públicas e por entidades privadas sem fins lucrativos, assinalando-se uma intervenção mais circunscrita ou mesmo residual do financiamento público nos equipamentos geridos por entidades privadas com fins lucrativos.

**Metade dos equipamentos construídos no concelho após 2001 contaram com investimento de fundos de natureza pública, com particular destaque para os equipamentos geridos pelas entidades públicas e pelas entidades privadas sem fins lucrativos**

## 7. Como se perspectiva a possibilidade de investimentos futuros nos equipamentos sociais do concelho?

A existência de **constrangimentos financeiros afeta 3 em cada 4 entidades gestoras de equipamentos**

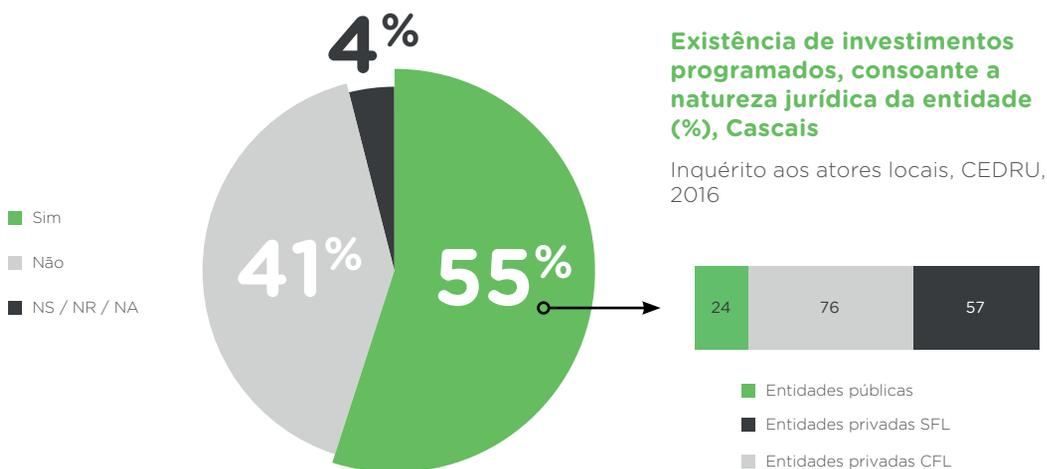
Apesar dos **constrangimentos financeiros mais de metade das entidades - com destaque para as privadas CFL - previa a possibilidade de investimento nos respetivos equipamentos no horizonte temporal 2016-2018**

A grande maioria das entidades que, em 2016, geria equipamentos e respostas sociais no concelho de Cascais identificava a existência de **constrangimentos financeiros** (referidos por 73% das entidades), que se traduziam sobretudo em dificuldades de financiamento, quer ao nível da diminuição do financiamento público, quer da fraca diversificação de fontes de financiamento.

Neste contexto não será de estranhar a existência de alguma retração das **perspetivas de investimento** por parte das entidades gestoras, considerando o horizonte temporal 2016-2018, com fortes assimetrias entre os diferentes tipos de entidades.

### Existência de investimentos programados nos equipamentos sociais a curto prazo (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



A maior parte dos investimentos programados a curto prazo nos equipamentos sociais refere-se sobretudo a renovação e remodelação das instalações (referida por 69%) e a aquisição de equipamento (referido por 61%). Já a ampliação das instalações apenas é referida como provável em 16% dos equipamentos.

# III.

## Rede Social

<b>A.</b>	<b>ATORES DA REDE SOCIAL</b>	<b>44</b>
1.	O que é a Rede Social?	44
2.	Quem são, atualmente, as entidades que compõem a Rede Social de Cascais?	45
3.	Quais os grupos populacionais abrangidos pela intervenção da Rede Social de Cascais?	47
4.	Em que domínios atuam as entidades que integram a Rede Social de Cascais?	49
5.	Qual a finalidade da intervenção desenvolvida pelas entidades da Rede Social de Cascais?	51
6.	Quais as estratégias e fontes de financiamento a que recorrem as entidades da Rede Social de Cascais?	53
7.	Quais os principais constrangimentos financeiros sentidos pelas entidades da Rede Social de Cascais?	55
8.	Quais os impactos dos constrangimentos financeiros na sustentabilidade das entidades da Rede Social de Cascais?	57
<b>B.</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS REDES DE PARCERIA</b>	<b>59</b>
1.	Quais são atualmente as redes de parceria em funcionamento no concelho de Cascais?	59
2.	Quais os grupos populacionais e áreas de atuação abrangidas pela intervenção das redes de parceria existentes?	61
3.	Como se financiam as redes de parceria existentes no concelho de Cascais?	63
4.	Quais os recursos disponibilizados pelas entidades e os benefícios resultantes da sua participação nas redes de parceria?	65
5.	Quais os fatores-chave que caracterizam o desempenho das redes de parceria no território concelhio?	66
	a. Linhas de orientação estratégica – entendimentos partilhados	67
	b. Coordenação, responsabilização e partilha – equilíbrios necessários	69
	c. Metodologias de planeamento e avaliação e processos de tomada de decisão: potencial para evoluir	70
	d. Ação e resultados – continuidade e mudança	71
6.	Quais as principais ameaças e oportunidades com que se deparam as parcerias no território concelhio?	72

## A. ATORES DA REDE SOCIAL

### 1. O que é a Rede Social?

*A operacionalização da Rede Social em Portugal iniciou-se com o lançamento de um programa piloto dinamizado a partir de Dezembro de 1999 em 41 concelhos do território continental (...) Cascais foi um dos concelhos que integrou este ambicioso projeto-piloto, acompanhado, na área da Grande Lisboa, pelos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira. A experiência de intervenção local de base territorial (...) bem como a existência de práticas de trabalho que recorriam já a instrumentos de planeamento territorial, deixavam Cascais bem posicionado para integrar a linha da frente de um programa que se propunha alterar significativamente a forma como se desenrolava a intervenção no domínio social. Para além desta circunstância, Cascais era ainda um concelho que há já várias décadas se distinguia pela existência de um tecido associativo especialmente numeroso, circunstância que, revestindo-se de inegável valor, não deixava também de se constituir como um desafio à formação de uma visão integrada dos problemas e ao desenvolvimento de uma cobertura concelhia desejavelmente racional e equitativa em termos de respostas.*

(Pacheco, 2018: 243-244)

A **Rede Social\*** é uma **estrutura de governança local** que agrega os atores do setor social e, através de abordagens concertadas e colaborativas, responde às necessidades e problemas sociais com soluções mais eficazes, contribuindo para combater a pobreza e a exclusão social ao nível local.

A Rede Social é **composta por entidades** privadas e públicas que atuam no concelho e aderem voluntariamente.

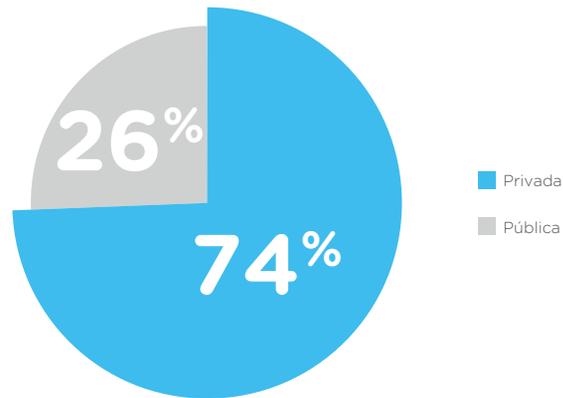
\* A Rede Social surge através da Resolução do Conselho de Ministros de 18 de Novembro de 1997, regulamentada pelo DL 115/2006 de 14 de Junho.



As entidades privadas sem fins lucrativos representavam mais de 70% do de entidades da Rede Socialuniverso

### Composição da Rede Social, segundo a natureza jurídica das entidades (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



*“(...) uma das premissas essenciais das Redes Sociais assentava na constituição de parcerias locais, livremente estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com o objetivo de fomentar a cultura do trabalho em rede e a concertação de esforços.”*

(Pacheco, 2018: 243)

O CLAS integrava uma única entidade privada com fins lucrativos

Do conjunto de 83 entidades inquiridas, 72,3% (60 entidades) assume uma **natureza** de âmbito privado sem fins lucrativos, enquanto aproximadamente um quarto das instituições pertence ao sector público (26%). Em 2016, o CLAS da Rede Social de Cascais integrava apenas uma entidade privada com fins lucrativos.

Em 2016, o **âmbito territorial de atuação** dos atores sociais da Rede Social decalcava o padrão identificado para as entidades que geriam serviços, equipamentos e respostas sociais no concelho, acentuando-se agora a presença de uma intervenção ao nível concelhio (64%). A presença de atores sociais com um âmbito de intervenção de nível nacional e internacional mantém-se expressivo (24%).

A capacidade da Rede Social ser uma plataforma promotora da responsabilidade partilhada para prossecução da coesão social em Cascais, favorecida pela amplitude e diversidade de atores está, porém, condicionada pela reduzida representatividade das entidades privadas com fins lucrativos no CLAS.

### 3. Quais os grupos populacionais abrangidos pela intervenção da Rede Social de Cascais?

As atividades desenvolvidas pelos atores da Rede Social abrangem um leque alargado de **grupos sociais**, incluindo alguns grupos populacionais mais vulneráveis.

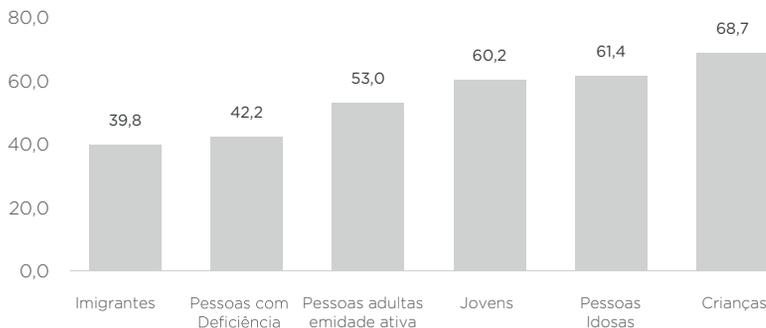
Os resultados obtidos permitem verificar que 72% dos atores sociais inquiridos desenvolvem uma intervenção transversal a diferentes grupos, salientando-se que 63% destas entidades abrangem quatro ou mais grupos vulneráveis.

Porém, a natureza jurídica influencia o enfoque da intervenção desenvolvida com os diferentes grupos sociais.

**Em 2016, a atividade desenvolvida pelos atores sociais que integram a Rede Social abrange de forma transversal diferentes grupos populacionais, incluindo grupos mais vulneráveis ao risco social**

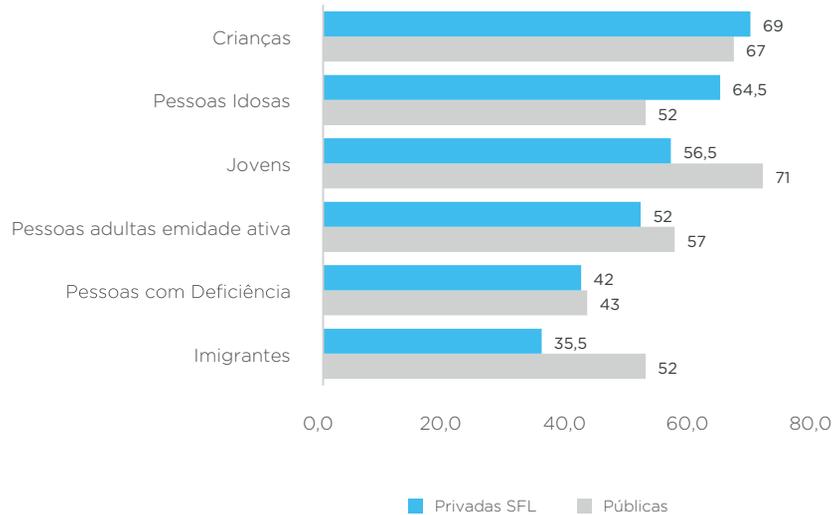
#### Atores sociais por enfoque da intervenção, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### Atores sociais por enfoque da intervenção, segundo a natureza jurídica da respetiva entidade (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



#### As entidades públicas assumem maior relevo na intervenção dirigida a jovens e a população imigrante

O setor particular sem fins lucrativos assume maior destaque nas respostas direcionadas a pessoas idosas e também nas valências destinadas à primeira infância, enquanto o setor público assegura uma parte significativa das respostas educativas vocacionadas para os jovens através dos agrupamentos escolares. O setor público destaca-se ainda no apoio à população imigrante.

Para além da intervenção direcionada para estes públicos, existe ainda um conjunto de atores sociais (17 entidades) que apoia outros grupos populacionais, nomeadamente a população em geral ou outras categorias de população vulnerável ao risco social, nomeadamente, as vítimas de crime, as vítimas de violência doméstica, as pessoas indiciadas ou condenadas em processos-crime, pessoas com comportamentos aditivos ou dependências de substâncias psicoativas, as pessoas infetadas pelo VIH e/ou Hepatite B e/ou C e as populações de risco e/ou mais vulneráveis a estas infeções.

Esta abrangência de públicos e de uma presença simultânea no território de respostas mais abrangentes e outras mais específicas era já visível na década de 90 do século XX.

*Ao nível do tecido associativo, a década de 90 seria, uma vez mais, marcada pela diversificação e multiplicação de estruturas, mas também pela consolidação das existentes, a maior parte das quais, de caráter abrangente ou específico, geria já equipamentos e assegurava várias valências, contribuindo para diminuir progressivamente as assimetrias existentes entre as freguesias do litoral e as do interior em termos de cobertura de utentes e respostas sociais.*

(Pacheco, 2018: 241)

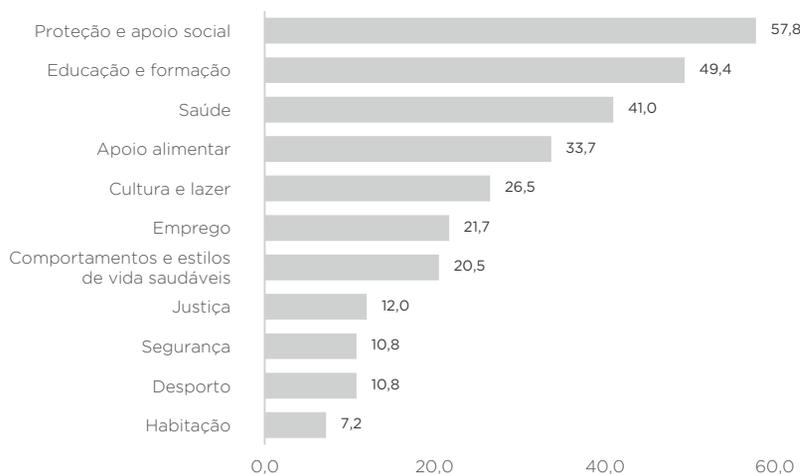
## 4. Em que domínios atuam as entidades que integram a Rede Social de Cascais?

A intervenção dos atores da rede social em diferentes áreas de vida – de natureza material e não material – visa promover o bem-estar e o exercício da cidadania, abrangendo um conjunto alargado de **domínios**.

**Em 2016, a intervenção dos atores da rede social abrange um conjunto alargado de domínios**

### Intervenção dos atores sociais por área de vida (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**A proteção e apoio social, a educação e formação e a saúde são as áreas de maior concentração de atividade dos atores sociais no território concelhio**

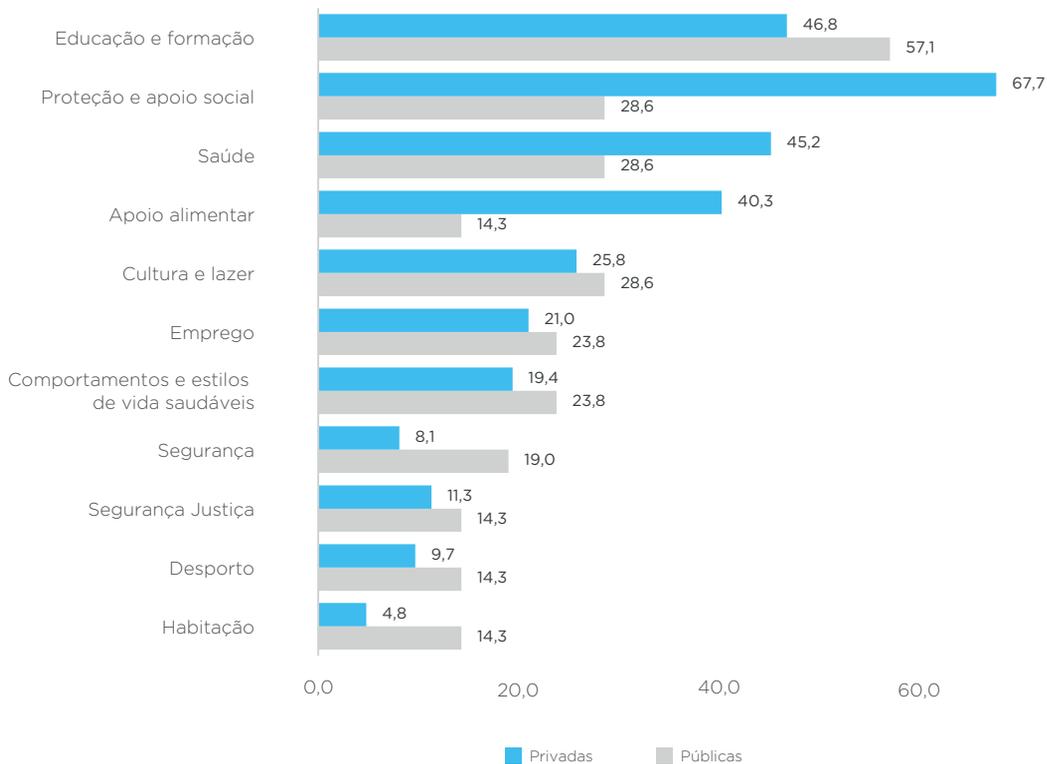
**As entidades privadas SFL assumem maior importância relativa apenas nos domínios da proteção e apoio social, saúde e apoio alimentar**

A proteção e apoio social, a educação e formação e a saúde são áreas onde atuam um maior número de entidades da Rede Social, contrariamente aos domínios da habitação, desporto, segurança e justiça, onde intervêm um número mais reduzido de entidades.

A natureza jurídica da entidade exerce uma influência decisiva na maior ou menor presença de atores sociais nas diferentes áreas de vida consideradas. Sendo que as entidades privadas sem fins lucrativos assumem um maior peso relativo nas áreas da proteção e apoio social, saúde e apoio alimentar.

**Intervenção dos atores sociais por área de vida, segundo a natureza jurídica da entidade (%), Cascais**

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



## 5. Qual a finalidade da intervenção desenvolvida pelas entidades da Rede Social de Cascais?

A.5

A ação dos atores da rede social foi analisada a partir de uma tipologia que agrega os grandes **tipos de intervenção**:

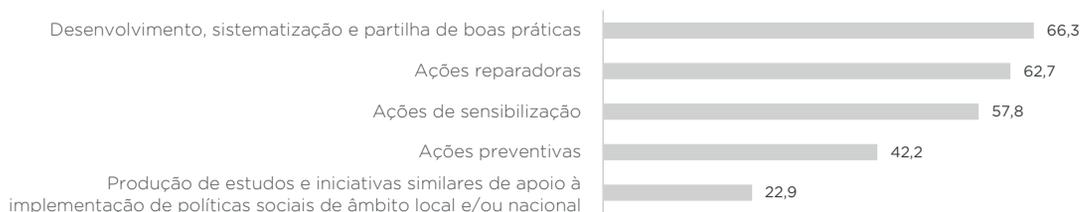
- *Ações preventivas* (desenvolvimento de competências escolares e profissionais, prevenção da violência doméstica, planeamento familiar, etc)
- *Ações reparadoras* (apoio alimentar a famílias carenciadas, ações de combate ao insucesso escolar, ações de (re) integração profissional para desempregados, etc,)
- *Ações de sensibilização* (sensibilização para a interculturalidade e intergeracionalidade)
- *Desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas*
- *Produção de estudos e iniciativas similares de apoio à implementação de políticas sociais de âmbito local e/ou nacional*

**Os atores da Rede Social revelam uma capacidade de intervenção ampla e diversificada ao nível da promoção do desenvolvimento social**

A intervenção dos atores da rede social, que se caracteriza por um leque abrangente de áreas de vida, focaliza-se maioritariamente em três grandes tipos de intervenção consideradas como importantes ou muito importantes: *desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas, ações reparadoras e ações de sensibilização*.

### Atores sociais segundo a tipologia de ações desenvolvidas, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



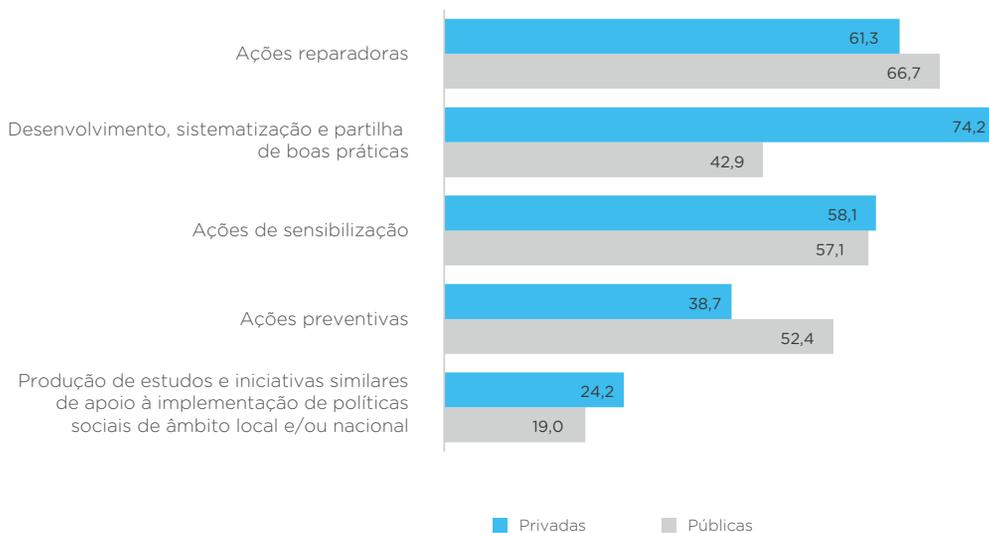
**Predomínio de ações focalizadas maioritariamente em três grandes domínios: desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas, ações reparadoras e ações de sensibilização.**

Porém, mais de metade dos atores inquiridos desenvolve ações em todas as tipologias de ações consideradas, sendo a produção de estudos e iniciativas similares de apoio à implementação de políticas sociais de âmbito local e/ou nacional considerada de relevância limitada para a missão de cerca de 40% dos atores sociais

As *ações reparadoras* são consideradas por cerca de metade das instituições como muito importantes, assumindo uma importância idêntica para os diferentes tipos de atores. Já as *ações preventivas* – consideradas muito importantes por cerca de uma em cada três entidades – surgem com maior peso relativo para as entidades de natureza pública.

### Atores sociais segundo a tipologia de ações desenvolvidas, por natureza jurídica (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**A produção de estudos e iniciativas de apoio à implementação de políticas sociais de âmbito local e/ou nacional é considerada de relevância limitada.**

O *desenvolvimento, sistematização e partilha de boas práticas* – considerado importante ou muito importante pela maioria dos atores sociais – surge com particular destaque para a ação das entidades privadas. A pouca relevância da *produção de estudos e iniciativas que possam fundamentar a formulação de políticas* poderá apontar para uma maior necessidade de auto-reflexão sobre a importância de uma maior integração entre práticas de intervenção e desenvolvimento de políticas.

## 6. Quais as estratégias e fontes de financiamento a que recorrem as entidades da Rede Social de Cascais?

A.6

A sustentabilidade das organizações e a suficiência dos recursos disponíveis para atuar no domínio da pobreza e exclusão social constituem um desafio particularmente relevante para as entidades do terceiro setor que desempenham um papel crucial no âmbito da coesão social.

O recurso a diferentes fontes de receita como garantia de sustentabilidade surge como uma estratégia comum à maioria das instituições da Rede Social.

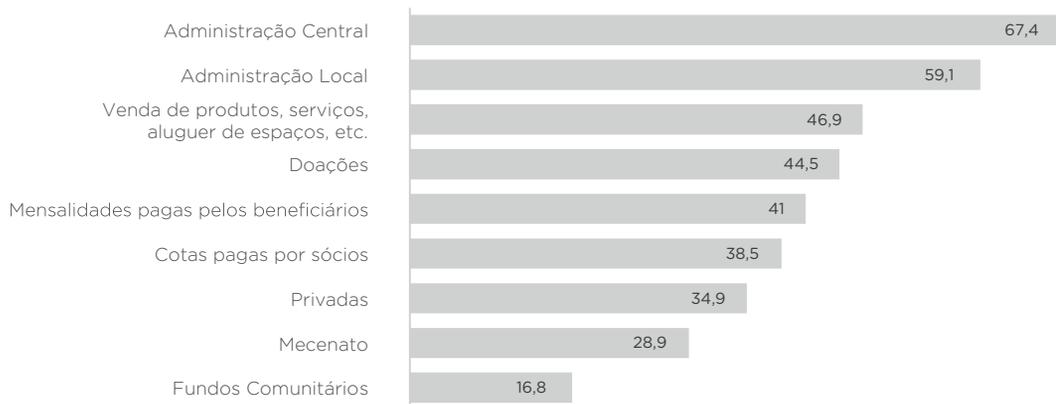
Porém, a análise das **fontes de financiamento** confirma a importância decisiva do contributo do Estado para a sustentabilidade dos atores sociais privados.

**Os atores da Rede Social recorrem, em geral, a estratégias de diversificação das receitas**

**Para além das fontes de financiamento públicas é possível identificar ainda seis fontes privadas de receitas**

### Atores sociais segundo as fontes de financiamento, no ano de 2015, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



O apoio do financiamento público sobressai no conjunto das receitas das entidades da Rede Social, com particular destaque para as instituições privadas sem fins lucrativos.

Os fundos da Administração Central e da Administração Local abrangem, respetivamente, 69% e 64,5% do total das instituições privadas sem fins lucrativos.

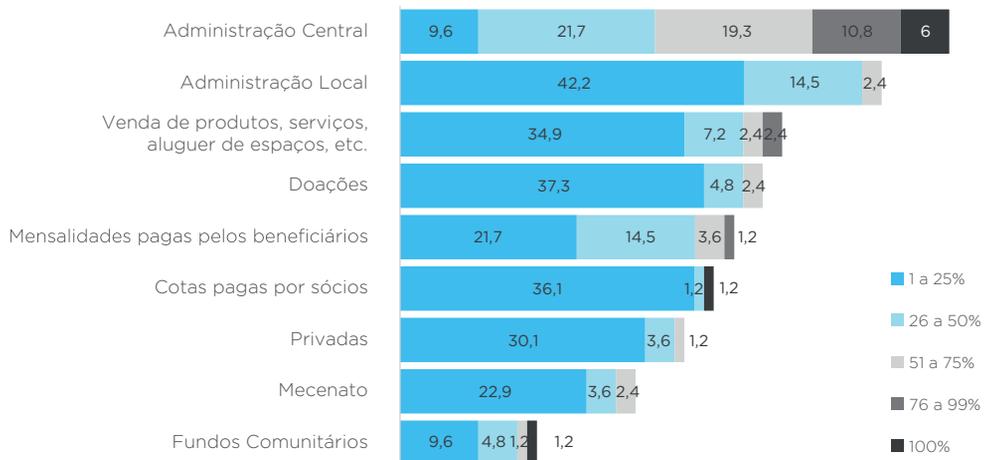
### O contributo do Estado (Administração Local e Central) para a sustentabilidade dos atores sociais assume uma importância decisiva

Mais de metade destas instituições usufruíram ainda de doações, mensalidades pagas pelos beneficiários, venda de produtos, serviços, aluguer de espaços, etc e cotas pagas por sócios.

A desagregação dos fundos de financiamento pelo seu respetivo peso no funcionamento e sustentabilidade das entidades revela um panorama mais completo da importância real destas diferentes fontes de financiamento.

#### Entidades segundo as fontes de receita que financiaram o funcionamento no ano de 2015, por proporção do total (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### As fontes privadas representaram apenas 1/4 das receitas institucionais

De facto e apesar da diversificação das fontes de financiamento, verifica-se que, no cômputo geral, as fontes privadas representaram apenas 1/4 das receitas institucionais, considerando-se residual o número de organizações para quem estas alternativas corresponderam a mais de metade das receitas.

Numa época de retração da despesa pública, a comparticipação financeira por parte do Estado (central e local) continua a representar uma proporção significativa dos proveitos totais das entidades da Rede Social.

## 7. Quais os principais constrangimentos financeiros sentidos pelos pelas entidades da Rede Social de Cascais?

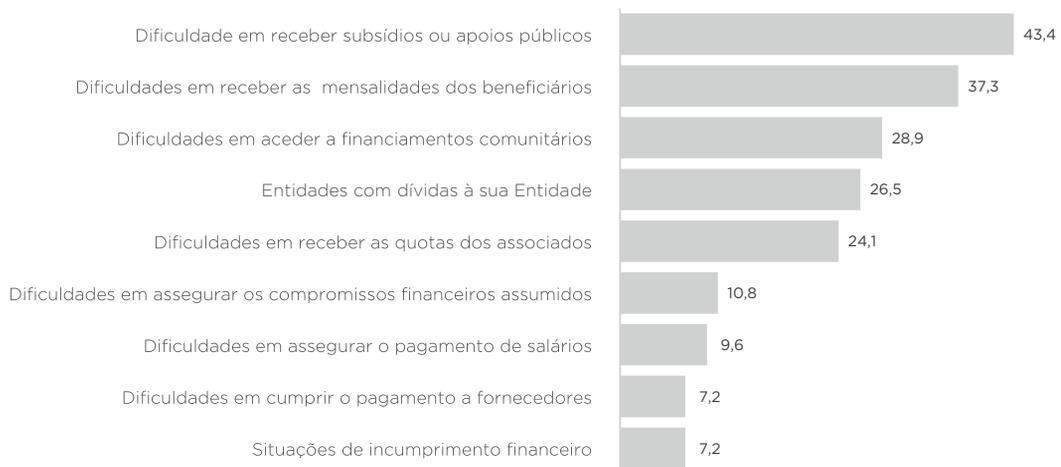
A.7

Numa época de recente crise financeira, a retração da despesa pública tem sido amplamente sentida no concelho de Cascais, sendo que os atores sociais salientam a restrição dos apoios financeiros do Estado como um dos principais obstáculos à sustentabilidade da sua instituição.

**A restrição dos apoios financeiros do Estado constituiu um dos principais constrangimentos sentidos pelos atores sociais entre 2013-2015**

### Atores sociais que enfrentaram nos últimos 3 anos problemas de natureza financeira, Segundo o tipo de problema (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



No que diz respeito aos problemas de natureza financeira com que as entidades da Rede Social se depararam nos últimos 3 anos, verifica-se que foi reduzido o número de entidades (10 e todas de natureza jurídica privada) que estiveram em situação de incumprimento financeiro (7,2%), bem como as que sentiram dificuldades em assegurar o pagamento de salários (9,6%), os compromissos financeiros assumidos (10,8%) e em cumprir o pagamento a fornecedores (7,2%).

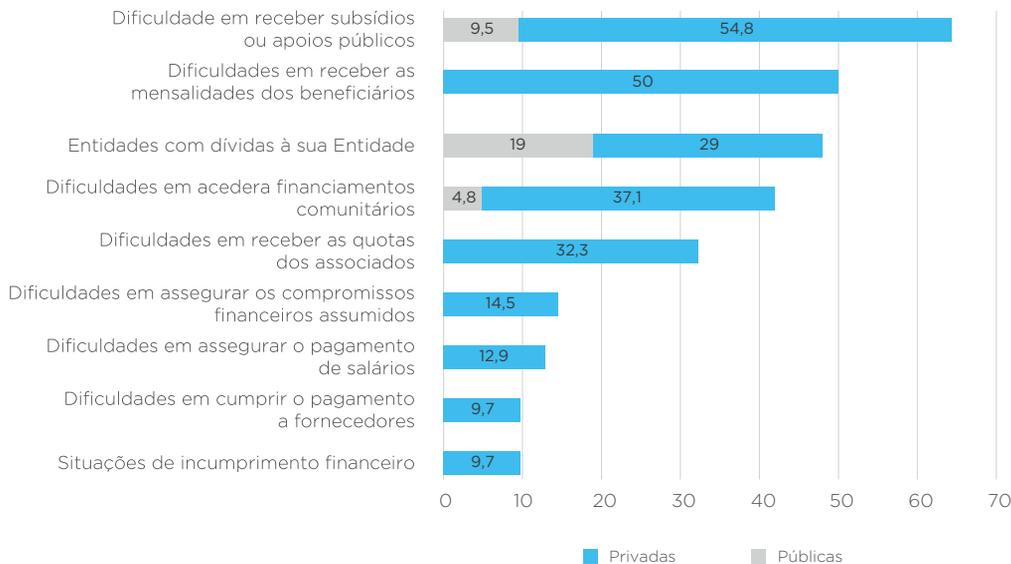
**Apenas um número muito reduzido de entidades esteve em situação de incumprimento financeiro ou teve dificuldades em assegurar o pagamento de salários**

**Os atores da Rede Social de natureza privada foram os que sentiram maiores estrangulamentos financeiros durante este período, sobretudo devido a dívidas à sua instituição.**

Mais significativa é a percentagem de atores da Rede Social que teve outras entidades com dívidas à sua instituição (22 instituições), bem como o número de organizações de natureza privada que teve dificuldades, quer em receber as quotas dos seus associados (32,3%), quer em receber as mensalidades dos beneficiários (50%). Importa lembrar que estas últimas constituem a fonte de financiamento privada com maior impacto nas receitas dos atores sociais do setor privado.

### Atores sociais que enfrentaram nos últimos 3 anos problemas de natureza financeira segundo o tipo de problema, por natureza jurídica da entidade (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



Torna-se claro que, nos últimos três anos, foram os atores sociais de natureza privada que sentiram maiores constrangimentos financeiros. Apesar das dificuldades em garantir o cumprimento das obrigações contratuais serem referidas por um número residual de instituições, são várias as organizações que se depararam com dificuldades, quer seja para aceder a subsídios públicos e fundos comunitários, quer para obter receitas advindas de fontes de financiamento privadas, nomeadamente quotas de associados e mensalidades de beneficiários.

## 8. Quais os impactos dos constrangimentos financeiros na sustentabilidade das entidades da Rede Social de Cascais?

A.8

Apesar da existência de obstáculos significativos à **sustentabilidade financeira dos atores da Rede Social** de Cascais, a viabilidade e funcionamento destas entidades não se encontra ameaçada, o que revela a sua resiliência e capacidade de adaptação a contextos adversos.

### Obstáculos muito ou totalmente relevantes à sustentabilidade financeira dos atores sociais (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016

**Os elevados custos fixos de operação, as restrições no acesso a apoios financeiros do Estado e a escassez de recursos financeiros próprios são os principais obstáculos à sustentabilidade financeira dos atores sociais.**



A sustentabilidade financeira dos atores da Rede Social é afetada, sobretudo, pela existência de custos fixos elevados num contexto de restrição ou mesmo supressão dos apoios financeiros do Estado. Esta retração nos apoios públicos havia, aliás, sido identificada como um dos principais constrangimentos financeiros.

A complexidade e multiplicidade dos problemas sociais que se fazem sentir no território concelhio exigem uma intervenção consistente e de qualidade que apenas é possível com os

**Apesar dos constrangimentos a viabilidade e funcionamento destas entidades não está ameaçada, o que revela a sua resiliência e capacidade de adaptação em contextos adversos**

recursos financeiros e humanos adequados. Estes últimos não parecem constituir, porém, um obstáculo à sustentabilidade dos atores sociais.

Pese embora as dificuldades financeiras sentidas pelas organizações, sobretudo pelas instituições que integram a economia social, a sua continuidade não parece estar posta em causa, segundo a sua autoavaliação. De facto, 86,7% dos inquiridos consideram totalmente provável que a sua instituição exista daqui a 3 anos, enquanto 3,6% avaliam a sua continuidade como muito provável.

A longevidade das instituições do concelho de Cascais e a sua resiliência a condições adversas não parece constituir uma presença incomum na história do concelho.

*(...) para além dos relatos jornalísticos coevos que davam conta da existência de “montes de pobres em triste fadário pelas ruas”, uma análise de dados como os das despesas da Misericórdia de Cascais com o fornecimento de medicamentos a pobres poderá, de facto, confirmar um aumento de necessidades neste período: em agosto de 1933 a verba despendida fora de 1.950\$00, o que traduzia um aumento de cerca de 150 por cento face a idêntica despesa realizada no mês de novembro de 1930 (em que tinham sido despendidos 779\$50). A própria Misericórdia, não obstante os crescentes apoios estatais, atravessaria dificuldades: em 1933 o jornal O Estoril referia que, face às dificuldades económicas das “classes menos abastadas”, a instituição vira agravarem-se assustadoramente as suas despesas, sem correspondente compensação de receitas.*

(Pacheco, 2018: 152)

## B. Avaliação das redes de parceria

B.1

### 1. Quais são atualmente as redes de parceria em funcionamento no concelho de Cascais?

*“Já em Democracia, identifica-se a existência em Cascais de diversas experiências de trabalho intersetorial e de várias redes interinstitucionais formadas para fomentar uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais, consubstanciadas em estruturas como a Comissão para a Pessoa com Deficiência do Concelho de Cascais (criada em 1988) ou a Comissão de Proteção de Menores (criada em 1992) as quais forneciam experiência e abriam caminho ao desenvolvimento de redes mais abrangentes.”*

(Pacheco, 2018: 245)

A Rede Social de Cascais constitui-se como o chapéu das parcerias de base local e

*“assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social”*

(Pacheco, 2018)

Em 2018 existiam 22 **redes de parcerias** vocacionadas para a luta contra a pobreza e exclusão social e para a promoção da coesão económica, social e territorial no âmbito da Rede Social de Cascais

Em 2016, foram inquiridas 74 entidades e recolhidos 351 inquéritos entre as entidades parceiras. Cada uma dessas entidades participava em média em cerca de 5 redes de parceria



- Comissão Social da Freguesia de Alcabideche
- Comissão Social da Freguesia Carcavelos Parede
- Comissão Social da Freguesia Cascais Estoril
- Comissão Social da Freguesia de S. Domingos de Rana
- Rede de Intervenção da Galiza (RIG)
- Rede de Intervenção da Torre (RIT)
- Rede de Organizações da Adroana, Cruz Vermelha e Alcoitão (RODA)
- Comissão Proteção Crianças e Jovens (CPCJ)
- Plataforma das Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens de Cascais
- Plataforma de Qualificação “Crescer Melhor em Cascais”
- Comissão para a Pessoa com Deficiência (CPD)
- Plataforma Representativa das Comunidades Imigrantes de Cascais
- Grupo de Empregabilidade Territorial (GEMTE)
- Núcleo Local de Inserção (NLI)
- Plataforma de Recursos de Apoio na Privação Material (PRAPM)
- Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde
- Plataforma Saúde na Escola
- Fórum Municipal contra a Violência Doméstica (FMCVD)
- Rede de Intervenção com as Pessoas Sem Abrigo
- Plataforma Envelhecer Melhor em Cascais
- Plataforma de Qualificação dos Centros de Convívio e Espaços Sénior

## 2. Quais os grupos populacionais e áreas de atuação abrangidas pela intervenção das redes de parceria existentes?

B.2

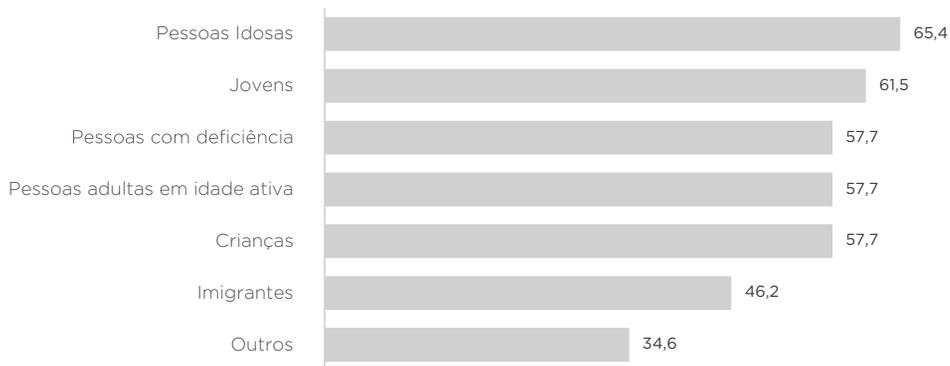
As parcerias criadas no âmbito da intervenção social atuam de forma transversal e abrangem um leque alargado de **grupos sociais**, incluindo alguns grupos populacionais mais vulneráveis.

Em 2016, os públicos abrangidos por um maior número de parcerias eram as pessoas idosas (65,4%) e a população jovem (61,5%). As pessoas adultas em idade ativa, as pessoas com deficiência e as crianças eram abrangidas por mais de metade das parcerias existentes (todas com 57,7%). Com menor representatividade surge a intervenção dirigida a imigrantes (46,2%) e a outros grupos populacionais, nomeadamente pessoas com doença mental (4 parcerias), pessoas em situação de privação material (2 parcerias) e vítimas de violência doméstica (1 parceria)

**As pessoas adultas em idade ativa, as pessoas com deficiência e as crianças eram os grupos populacionais mais frequentemente abrangidos pela ação das parcerias existentes**

### Parcerias existentes no território por enfoque da intervenção, (%) Cascais

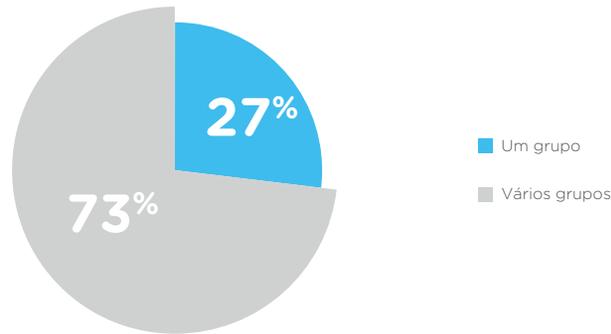
Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



Cerca de 3 em cada 4 parcerias direciona a sua atuação para mais do que um grupo. Apenas 7 parcerias focam a sua intervenção num único grupo: três estruturas de parceria dirigidas a pessoas idosas, duas a pessoas em situação de privação material, uma dirigida a crianças e outra dirigida a população imigrante.

### Número de parcerias segundo os públicos abrangidos, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



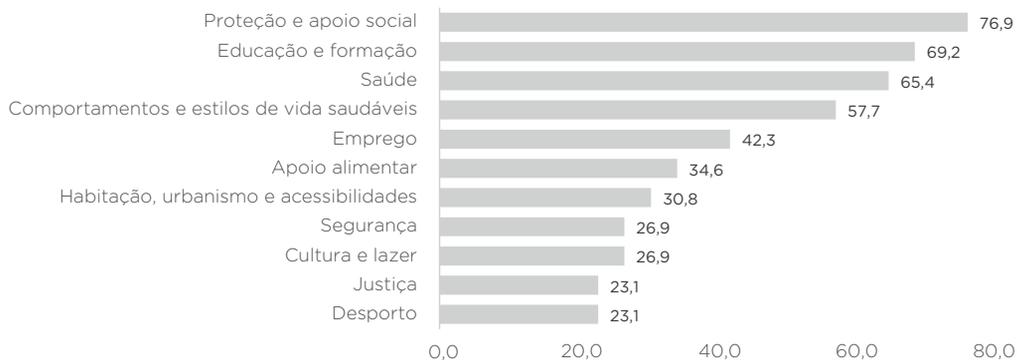
As redes de parceria evidenciam uma **cobertura total das áreas de vida fundamentais para a promoção da coesão social, com particular destaque para a proteção e apoio social, a educação e formação, a saúde e os comportamentos e estilos de vida saudáveis**

Transversal é também a abrangência da intervenção desenvolvida pelas redes de parceria, relativamente às **áreas de atividade** a que se dedicam.

Em 2016, as parcerias existentes evidenciam uma cobertura total das áreas de vida fundamentais para a promoção da coesão social. Esta transversalidade reflete a multidimensionalidade e complexidade dos problemas sociais existentes, bem como a importância do desenvolvimento de modelos de ação colaborativos e participativos, potenciadores de respostas adequadas.

### Áreas de atividade desenvolvidas pelas entidades parceiras, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016

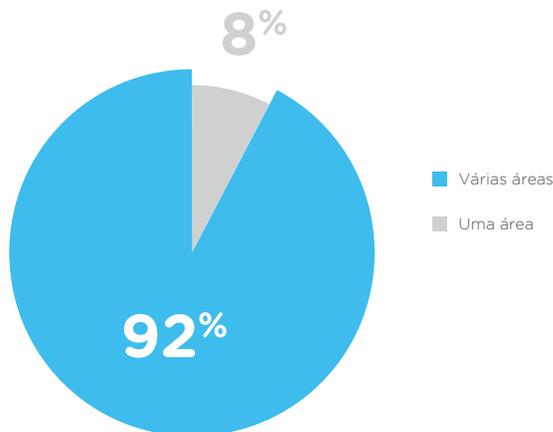


A proteção e apoio social, a educação e formação, a saúde e os comportamentos e estilos de vida saudáveis são as áreas onde atuam um maior número de parcerias, confirmando aliás os resultados obtidos relativamente às áreas de atividade mais comuns entre os atores da Rede Social. Com menor representatividade surgem as áreas do desporto, justiça, cultura e lazer, segurança e habitação, urbanismo e acessibilidades.

A quase totalidade das plataformas de parceiros no concelho de Cascais atua em diferentes áreas de atividade em simultâneo. De facto, apenas duas estruturas de parceria têm uma única área de atuação, respetivamente na área da educação e formação e no domínio da proteção e ação social.

### Áreas de atividade desenvolvidas pelos parceiros, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



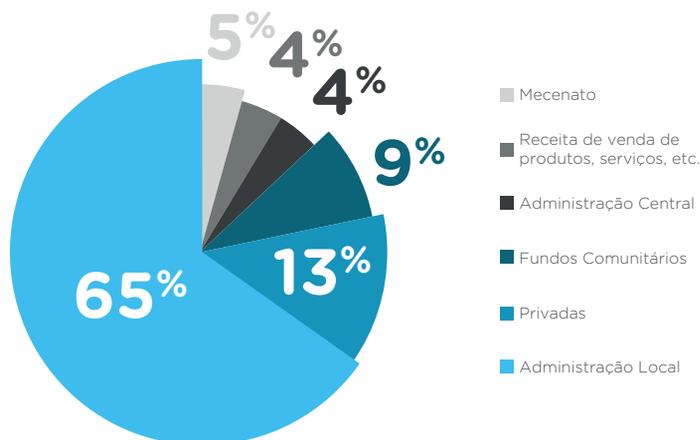
### 3. Como se financiam as redes de parceria existentes no concelho de Cascais?

A análise da **sustentabilidade das estruturas de parceria** existentes no concelho de Cascais demonstram, de forma clara, a importância do apoio do financiamento público, muito particularmente das receitas provenientes da Administração Local.

O facto de, em 2016, a esmagadora maioria das estruturas de parceria ser liderada por entidades públicas influencia, inevitavelmente, as fontes de financiamento destas plataformas: cerca de 80% são financiadas, exclusivamente, por dinheiros públicos, verificando-se que a autarquia contribui para a sustentabilidade de mais de metade das parcerias existentes.

### Redes de parceria financiadas de acordo com respetivas fontes de financiamento, (Nº), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**Em 2016, a sustentabilidade da maior parte das redes de parceria existentes no concelho é assegurada pelo financiamento da Administração Local.**

**O financiamento público local é importante não apenas pelo número de parcerias que abrange, mas também pelo peso do seu contributo.**

O apoio financeiro da Administração Local para a sustentabilidade das redes de parceria existentes no território é evidente não apenas pelo número de parcerias apoiadas, mas também pelo peso desse contributo.

A Administração Local financia 30,8% das parcerias na sua totalidade e cobre mais de metade das despesas de 34,6%, sendo que em 26,9% dos casos tem uma comparticipação quer cobre entre 76% e 99% dos custos.

As entidades privadas contribuem para o financiamento de 3 redes de parceria, embora o seu contributo tenha um peso relativamente reduzido, representando apenas 1% a 25% dos respetivos custos.

A Administração Central tem um papel claramente menos relevante, financiando uma única rede de parceria com uma comparticipação que representa entre 26% a 50% dos seus custos.

## 4. Quais os recursos disponibilizados pelas entidades e os benefícios resultantes da sua participação nas redes de parceria?

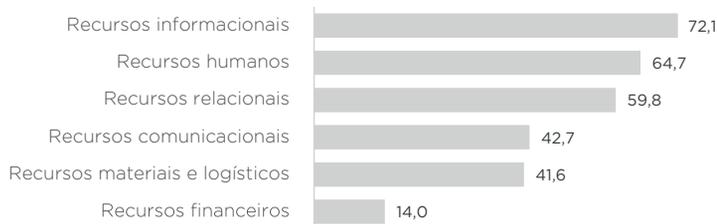
B.4

Os **recursos institucionais alocados às parcerias** concorrem para a prossecução dos objetivos comuns pelos quais todos os parceiros assumiram uma responsabilidade partilhada. A rentabilização e otimização dos recursos existentes no território permite aumentar a eficiência e a qualidade das respostas prestadas e minimizar a duplicação de esforços.

Em 2016, a **disponibilização de recursos informacionais e de recursos humanos constituía o principal contributo das entidades parceiras para a prossecução dos objetivos comuns das redes de parceria locais**

### Recursos disponibilizados à rede de parceria, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



Em 2016, as entidades parceiras nas diferentes redes de parceria locais privilegiaram sobretudo a alocação de recursos informacionais (72,1%), humanos (64,7%) e relacionais (59,8%). Os recursos comunicacionais (42,7%), os recursos materiais e logísticos (41,6%) e os recursos financeiros (14%) são afetos por menos de metade das instituições distinguindo-se, em particular, o reduzido número de entidades que disponibilizam contributos financeiros diretos para a sustentabilidade das redes de parceria.

**A alocação de recursos financeiros diretos ao funcionamento das parcerias é uma prática muito pouco frequente entre as entidades parceiras**

Os benefícios que as entidades obtêm por participar nas redes de parceria parecem corresponder, em grande medida, aos recursos que são alocados. A troca de informação e de experiências, os recursos relacionais e a possibilidade de ter uma visão mais ampla sobre o território ou a área de intervenção constituem os principais benefícios identificados pelas entidades parceiras.

### Benefícios obtidos com a participação na rede de parceria, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



Em 2016, as entidades que participavam nas redes de parceria locais destacavam sobretudo a existência de ganhos informacionais, relacionais, comunicacionais, a par de benefícios obtidos com a partilha de experiências e boas práticas. Tendo em atenção o potencial estratégico das redes de parceria no planeamento e desenvolvimento da intervenção social local poderia esperar-se um maior impacto ao nível da qualificação da ação da entidade e do desenvolvimento e criação de novas respostas (referidas ambas por menos de metade das entidades parceiras).

## 5. Quais os fatores-chave que caracterizam o desempenho das redes de parceria no território concelhio?

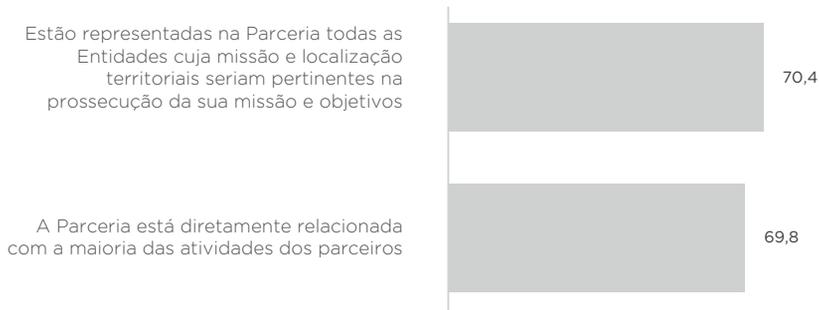
Em 2016, as parcerias existentes no concelho de Cascais no âmbito da Rede Social organizam-se mediante a experiência e o enfoque dos diferentes atores sociais que nelas participam.

De acordo com a maior parte das entidades parceiras das redes locais existe uma **representação** abrangente de todas as entidades cuja missão e localização territoriais são pertinentes na prossecução da missão e objetivos da rede de parceria.

Simultaneamente, verifica-se existir uma correlação direta da parceria com a maioria das atividades dos parceiros (reconhecida por 69,8% das entidades). Parece encontrarem-se, assim, reunidos dois fatores críticos a um desempenho eficaz das redes de parceria locais.

### Existência de elementos-base ao desempenho eficaz das redes de parceria, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



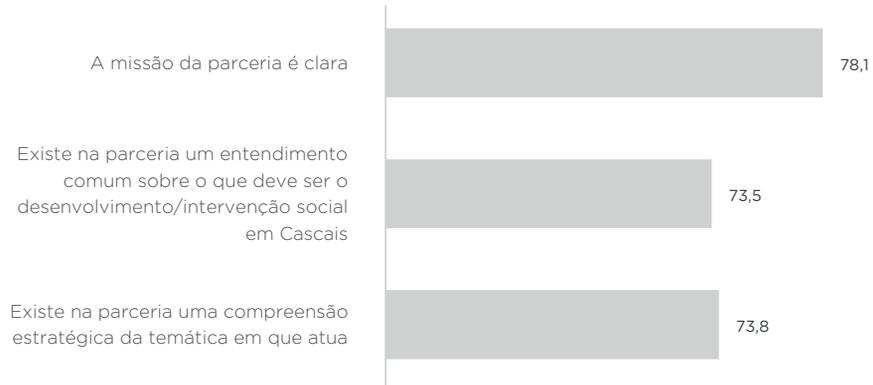
### a) Linhas de orientação estratégica - entendimentos partilhados

A existência de **linhas de orientação estratégica** que permitam uma ação concertada em torno de objetivos comuns é essencial para a assunção de uma responsabilidade partilhada com vista à promoção da coesão social no território concelhio.

Em 2016, o desempenho das redes de parceria locais ao nível da incorporação de um entendimento estratégico partilhado sobre os objetivos comuns da intervenção no concelho e sobre a sua intervenção específica nesse contexto apresenta resultados claramente positivos, mas também alguns fatores críticos com pior desempenho.

### Fatores críticos com melhor desempenho ao nível do desenvolvimento de linhas de orientação estratégica, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### Fatores críticos com pior desempenho ao nível do desenvolvimento de linhas de orientação estratégica, (%); Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**Em 2016, existia no contexto das redes de parceria um entendimento comum sobre o que deve ser o desenvolvimento e intervenção social no território concelhio**

Cerca de 3 em cada 4 entidades parceiras concorda que as missões das parcerias são claras (78,1%), que existe na parceria um entendimento comum sobre o que deve ser o desenvolvimento e intervenção social em Cascais (73,5%) e que existe uma compreensão estratégica da temática em que atuam (73,8%). Porém, são menos os parceiros que consideram que a estratégia de atuação da parceria incorpora, de forma clara e inequívoca, os objetivos de desenvolvimento económico do concelho (54,4%) aferindo-se uma discrepância entre os objetivos de desenvolvimento social e os objetivos de desenvolvimento económico.

## b) Coordenação, responsabilização e partilha – equilíbrios necessários

A existência de entendimentos partilhados sobre o que deve ser o desenvolvimento e a intervenção social no território concelhio não significa necessariamente uma assunção equilibrada de responsabilidades, compromissos e implicação de todos os parceiros nas ações desenvolvidas pelas redes de parceria locais.

De facto, embora se verifique uma apreciação muito positiva relativamente à **coordenação da parceria** e ao papel que desempenha, as expectativas relativamente à **responsabilização** e ao **desempenho equilibrado** entre os diferentes parceiros são claramente menos positivas.

**A responsabilização e o envolvimento das entidades parceiras revela a existência de desequilíbrios, exigindo um reforço de uma participação mais equitativa e partilhada**

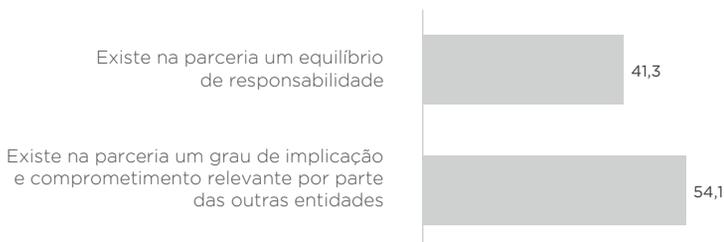
### Fatores críticos com melhor desempenho ao nível da coordenação, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### Fatores críticos com pior desempenho ao nível da responsabilização e partilha de responsabilidades, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**As coordenações das redes de parceria assumem o seu papel de forma responsável, proporcionando uma colaboração ativa das entidades parceiras**

A existência de uma distribuição desigual de responsabilidades e de um grau de comprometimento e implicação não equitativo entre parceiros afeta a capacidade de participação dos atores nas atividades da rede de parceria, bem como os benefícios potenciais dessa participação no funcionamento interno da rede, mas também nas próprias dinâmicas organizacionais das entidades parceiras.

A **participação** simultânea em múltiplas redes de parceria existentes no concelho poderá de alguma forma contribuir para este pior desempenho das entidades ao nível da assunção de responsabilidades e de comprometimento no trabalho comum.

### **c) Metodologias de planeamento e avaliação e processos de tomada de decisão: potencial para evoluir**

**Os resultados da ação desenvolvida pelas redes de parceria revela a necessidade de um reforço das componentes de avaliação e inovação, bem como um maior envolvimento dos destinatários finais nos processos de tomada de decisão**

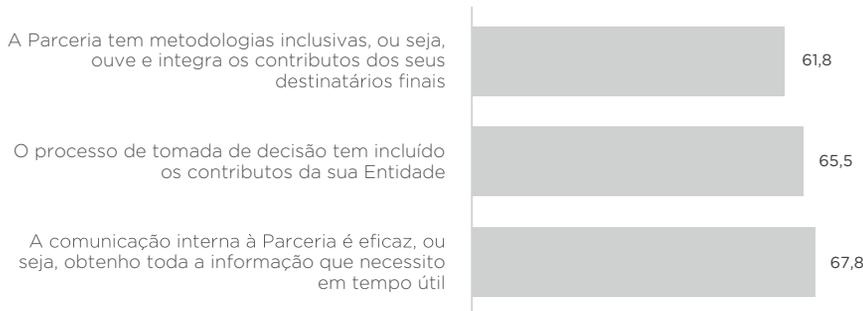
Mais de metade das entidades parceiras (69%) reconheceu que o trabalho da parceria é **planeado, monitorizado e avaliado**. Porém, a análise individual das redes existentes revela que, em muitos casos, estes processos não se encontram devidamente estruturados, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de todos os instrumentos de planeamento relevantes à sua ação. Predominam, com frequência, mecanismos de avaliação informais.

Menos conseguida parece ser a adoção de processos e metodologias de trabalho com um retorno positivo ao nível do potencial de formação, aprendizagem ou incorporação nas dinâmicas internas das entidades parceiras: apenas 60% das entidades concorda que a parceria utiliza este tipo de processos e metodologias.

A análise do **processo de tomada de decisão** no contexto das parcerias existentes no concelho pode estruturar-se em torno de três dimensões fundamentais: o acesso a informação necessária e atempada à tomada de decisão, a integração dos contributos individuais das entidades parceiras no processo de decisão e a adoção de metodologias que permitam a integração dos contributos dos seus destinatários finais. Qualquer destes fatores regista um nível de concordância superior a 60%, verificando-se contudo que subsistem maiores dificuldades nos processos de auscultação e empoderamento dos beneficiários finais, com vista à sua efetiva participação nos processos de tomada de decisão.

### Entidades que reconhecem existir, na parceria, dimensões estruturantes dos processos de decisão, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### d) Ação e resultados - continuidade e mudança

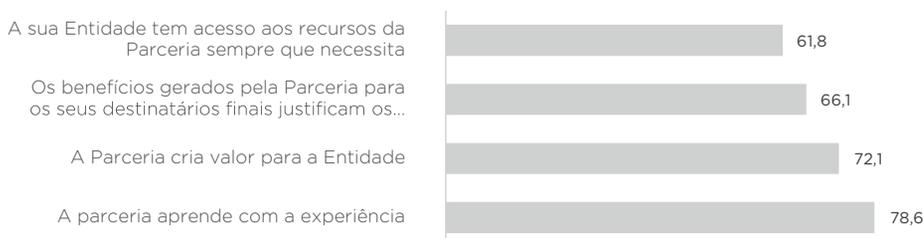
A constituição de parcerias permite adequar as respostas às necessidades, aproveitar as oportunidades de ação, capitalizar experiências, conhecimentos e capital social, maximizar sinergias e otimizar recursos.

Ao nível da **avaliação global da ação das estruturas de parceria** existentes no território concelhio verifica-se a existência de resultados claramente positivos a dois níveis: nos processos de aprendizagem decorrentes da experiência adquirida no contexto da parceria, a parceria cria valor para as entidades participantes. Também positiva é a perceção relativa aos benefícios decorrentes da ação da parceria para os seus destinatários finais, o que justifica os compromissos financeiros e de tempo assumidos pelos parceiros.

**A continuidade futura das redes de parceria constitui uma importante expectativa para a quase totalidade das entidades parceiras**

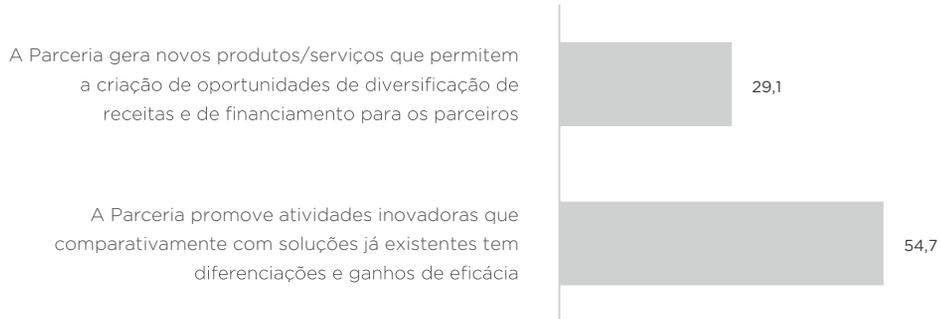
### Fatores críticos com melhor desempenho ao nível dos resultados da ação desenvolvida,(%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



### Fatores críticos com pior desempenho ao nível dos resultados da ação desenvolvida, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



A geração de inovação e de ganhos de eficácia decorrentes da ação da parceria, bem como a capacidade de estas redes potenciarem oportunidades de diversificação de receitas e de financiamento para as entidades parceiras são duas áreas onde se verifica um pior desempenho. No primeiro caso, pouco mais de metade (54,7%) das entidades reconhece este potencial de inovação das redes; no que se refere ao contributo das parcerias para um reforço das estratégias de sustentabilidade das entidades parceiras são menos de 1 em cada 3 que reconhece a existência deste contributo.

Finalmente, importa realçar que mais de 85% das entidades parceiras defende a continuidade da parceria no futuro.

## 6. Quais as principais ameaças e oportunidades com que se deparam as redes de parceria no território concelhio?

A identificação de uma participação pouco equitativa das entidades parceiras no desempenho da ação das redes de parceria parece refletir-se diretamente no reconhecimento de que a desigualdade ao nível da responsabilidade partilhada se constitui como a principal **ameaça com que a parceria se depara.**

Estas desigualdades são identificadas por quase metade das entidades inquiridas, contrariamente a outro tipo de bloqueios mencionados que nunca chegam a atingir valores relevantes (a insuficiência dos recursos financeiros – que surge como a segunda ameaça identificada – é referida por menos de 15% das entidades).

De qualquer forma, e apesar da dispersão de bloqueios identificados, convirá talvez refletir sobre o facto das entidades inquiridas identificarem como ameaças um conjunto alargado de fatores que decorrem mais do funcionamento interno das redes, do que da existência de ameaças provenientes do exterior. Alguns exemplos dessas “ameaças internas” situam-se ao nível das metodologias e estratégias utilizadas pelas redes e da comunicação entre parceiros. De forma muito pontual são ainda mencionadas as dificuldades de articulação, o fraco envolvimento dos beneficiários ou a inexistente ou reduzida capacidade de produzir inovação.

Ao nível das ameaças externas, as entidades parceiras mencionam sobretudo a já referida insuficiência de recursos financeiros, a complexidade/agravamento das situações sociais e, de forma muito residual, bloqueios ao nível das políticas públicas, os impactos da crise económica ou a existência de burocracia.

A insuficiência ou desadequação das respostas existentes é igualmente mencionada por um conjunto reduzido de entidades, podendo ser simultaneamente uma ameaça de natureza interna ou externa à rede de parceiros.

Para as instituições inquiridas as principais oportunidades com que as parcerias se deparam referem-se à sua capacidade de mobilizar as instituições existentes no território para o trabalho em rede e para a partilha de informação, troca de experiências e boas práticas.

Foi possível identificar um conjunto alargado de oportunidades que foram agregadas em 17 categorias principais.

**Em 2016, as redes de parceria existentes no concelho enfrentavam sobretudo ameaças de natureza interna, destacando-se a existência de claras desigualdades na partilha de responsabilidades entre as diferentes entidades parceiras**

## Oportunidades com que a parceria se depara, (%), Cascais

Inquérito aos membros da Rede Social, CEDRU, 2016



**Apesar da existência de desequilíbrios, verifica-se uma elevada capacidade das parcerias em mobilizar as instituições existentes no território para o trabalho em rede e para a partilha de informação, troca de experiências e boas práticas.**

A capacidade de mobilização das entidades parceiras para o trabalho em rede e a partilha de informação, troca de experiências e boas práticas surgem, de forma clara, como as principais oportunidades identificadas pelas entidades inquiridas.

Os resultados produzidos pela dinâmica do trabalho em rede são ainda identificáveis na referência feita por alguns parceiros à rentabilização e otimização dos recursos existentes (8,4%) e ao maior conhecimento da realidade local (7,9%). Menos presentes parecem estar oportunidades concretas de obter resultados práticos da ação desenvolvida pela rede de parceiros, nomeadamente no que se refere ao impacto da parceria nos beneficiários e ou no município, na qualificação dos recursos humanos ou na produção de recursos concretos.

# IV.

## Contributos para a Coesão Social

1.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões tangíveis)	77
	a. Um acesso equitativo e não discriminatório	78
	b. Uma intervenção que reconhece a diversidade e respeita a dignidade	78
	c. Respeitar a autonomia das pessoas beneficiárias, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal	79
	d. Os limites de uma participação baseada numa efetiva partilha de poder	80
2.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões intangíveis)	81
	a. Um elevado grau de satisfação com as intervenções/respostas	81
	b. Uma melhor perceção sobre os problemas e sobre a ação necessária	82
	c. Promover a cooperação e o sentido de responsabilidade - uma tarefa inacabada	83
	d. Um reforço da confiança em si próprio/a e nas instituições	84
	e. Promover a solidariedade - da perceção das pessoas beneficiárias às práticas institucionais	85
3.	Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível das áreas de vida?	85
	a. Educação de crianças e jovens: um acesso incrementado com evidentes ganhos ao nível das competências pessoais e sociais	85
	b. Educação de adultos: um maior conhecimento e motivação para o trabalho, com ganhos efetivos no acesso a formação profissional ou programas de formação para pessoas adultas	88
	c. Emprego: prioridade na promoção do conhecimento e de competências no domínio do emprego	90

d. Rendimentos: promover o acesso aos apoios existentes num contexto de rendimentos insuficientes	93
e. Alimentação e consumo: promover um acesso digno aos bens alimentares, contribuindo para um melhoria nos hábitos alimentares - limites da intervenção	96
f. Saúde: promover o direito à saúde e o acesso aos cuidados	98
g. Habitação: mudanças globalmente pouco expressivas ao nível da habitação	100
h. Urbanismo: um maior sentimento de pertença à comunidade e um alargamento das relações sociais	102
i. Acessibilidades: promover o conhecimento dos recursos e dos mecanismos facilitadores da mobilidade	104
j. Cultura e lazer: impactos moderados na promoção do direito à cultura e ao lazer	105
k. Informação e comunicação: promover o desenvolvimento de competências para uma defesa ativa de direitos	107
l. Participação cidadania: mudanças pouco expressivas ao nível de uma participação cidadã	108

A coesão social, tal como definida pelo Conselho da Europa na sua abordagem concetual e adotada como referência no presente estudo, diz respeito à capacidade da sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando as polarizações. Este é um processo dinâmico, em constante progresso, no qual diversos atores sociais interagem, sendo fundamental compreender em que medida são bem-sucedidos na promoção de resultados ao nível do bem-estar.

(CEDRU, 2018:12)

A análise dos contributos da ação dos atores sociais locais para a coesão social privilegiou a perspetiva das pessoas beneficiárias de um conjunto diversificado de intervenções/respostas sociais (30 estudos de caso vide “Abordagem Conceptual e Metodológica do DSC”) e visou conhecer os impactos das intervenções/respostas sociais no bem-estar dos seus beneficiários:

- ao nível de dimensões tangíveis do bem-estar (equidade, dignidade e reconhecimento, autonomia e desenvolvimento pessoal, participação e envolvimento)
- ao nível das dimensões intangíveis desse bem-estar (satisfação com as intervenções, percepções, valores, confiança e solidariedade)
- nas áreas de vida que são fundamentais para a coesão social (emprego, rendimento, habitação, urbanismo e acessibilidades, saúde, consumo e alimentação, educação, informação e comunicação, cultura e lazer, e participação e cidadania)

Esta avaliação de impacto foi efetuada a partir de um sistema de 337 indicadores, meso e micro, que permitiram o estudo de pormenor sobre cada resposta/intervenção e, simultaneamente, a análise dos resultados agregados para a globalidade das respostas/intervenções e sua interpretação em torno das dimensões de análise de bem estar.

## 1. Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões tangíveis)

### a) Um acesso equitativo e não discriminatório

A avaliação do desempenho das respostas/intervenções sociais ao nível do seu impacto em **dimensões tangíveis do bem-estar das pessoas** beneficiárias inclui aspetos como a promoção da equidade, o respeito pela dignidade e o reconhecimento da diversidade, a promoção da autonomia e desenvolvimento pessoal e a promoção do envolvimento e da participação das pessoas beneficiárias na implementação das respostas/intervenções sociais.

Em termos globais, o acesso às respostas/intervenções sociais é avaliado muito positivamente ao nível da **equidade**. A grande maioria das pessoas beneficiárias auscultadas (95%) não se sente discriminada no acesso às respostas/intervenções, nem no contacto com as mesmas. Entre todas as pessoas beneficiárias, apenas 1%, ou menos, se sentiram discriminadas quanto à sua etnia, género, condição socioeconómica ou outra razão não especificada.

*“Era um miúdo que só fazia porcaria (...) e com o Projeto EDUCA eles começaram a puxar por nós (...) Pa mim foi muito bom! Se não fossem eles a esta hora não estaria a trabalhar, estaria à toa no Bairro (...)”*

(Rómulo, 18 anos, cantoneiro e mediador da CMC, fez parte do Projeto EDUCA)

Também o acesso à informação sobre direitos e deveres é amplamente reconhecido: 94% das pessoas inquiridas recebeu informação sobre os seus direitos e 96% reconheceu ter obtido informação sobre os seus deveres – o que espelha uma abordagem equitativa por parte das organizações face aos diferentes públicos que beneficiam dos seus serviços e apoios.

### b) Uma intervenção que reconhece a diversidade e respeita a dignidade

O Contributo das respostas/intervenções estudadas para a **dignidade e reconhecimento da diversidade** revela-se igualmente muito positivo.

A quase totalidade das pessoas inquiridas (99%) reconheceram que, ao longo do processo de intervenção, conseguiram comunicar e ser entendidos pelas técnicas ou técnicos, assim como têm conseguido compreender o que lhes é transmitido. Por outro lado, apenas 2% considera que a sua cultura e/ou necessidades especiais não têm sido tidas em conta pelas organizações na definição das atividades que lhes dizem respeito e/ou em que participam.

Muito positiva é também a avaliação relativamente à forma como as pessoas beneficiárias sentem que foram abordadas (97% afirma ter havido uma abordagem humana), e como foram informadas previamente sobre as regras e formas de funcionamento das respostas/intervenções (97%) e sobre a identidade, competências e responsabilidades da pessoa da equipa técnica responsável pelo seu atendimento (95%).

*“Porque antigamente havia pessoas que faziam o saco e punham coisas que muitas pessoas não gostam. Não estão habituadas. (...) E hoje em dia a gente vai à mercearia, a gente escolhe aquilo que a gente come e que a gente gosta.”*

(Adelaide, 44 anos, desempregada, recebe RSI e é beneficiária de BACF numa Mercearia Social)

É, porém, no acesso a dados pessoais que se regista uma maior necessidade de introduzir melhoramentos na intervenção desenvolvida: 28% das pessoas inquiridas afirmou não ter tido conhecimento sobre a possibilidade de consultarem os dados constantes do seu processo individual. Porém, a partilha de informação de dados pessoais parece respeitar, na maior parte dos casos, a salvaguarda dos direitos das pessoas beneficiárias: 93% afirmou que deu o seu consentimento para a partilha de informação sobre o seu processo sempre que existiu necessidade de articulação com outras entidades.

### **c) Respeitar a autonomia das pessoas beneficiárias, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal**

Em termos globais, é possível verificar que as respostas/intervenções sociais estudadas têm promovido e respeitado a **autonomia** das pessoas beneficiárias e contribuído para o seu **desenvolvimento pessoal**, sob as mais diversas formas.

**Considerando as dimensões tangíveis do bem-estar, a ação dos atores sociais contribui de forma muito positiva para a promoção da equidade e da não discriminação e da diversidade e respeito pela dignidade das pessoas beneficiárias.**

Mais de 90% das pessoas inquiridas afirma:

- conhecer e compreender os objetivos da resposta/intervenção;
- ter recebido informação suficiente para tomar decisões informadas sobre as atividades;
- sentir que a sua vontade foi considerada nas ações desenvolvidas;
- ter compreendido os procedimentos administrativos no âmbito do seu processo;
- sentir-se habilitadas a, no futuro, recorrer de forma autónoma aos serviços e/ou benefícios sociais a que teve acesso.

*“(...) sempre reuniram as condições ótimas para a minha educação, para a minha convivência (...) íamos à escola lá fora, fazíamos atividades lá fora (...). Eu acho que os apartamentos nos ajudam a todos os níveis. Preparam-nos monetariamente, dão-nos competências de independência, autonomia.”*

(Sofia, mestranda, viveu 11 anos num centro de acolhimento permanente e 5 anos num apartamento de autonomização)

O aspeto mais negativo da avaliação a este nível decorre do facto de mais de metade das pessoas inquiridas (52%) ter afirmado que não teve qualquer responsabilidade na identificação dos recursos mais relevantes para a resolução dos seus problemas/necessidades. Todavia, deve-se considerar que a natureza do apoio ou intervenção nem sempre exige um processo de identificação de outros recursos, o que pode estar na base deste resultado menos positivo.

#### d) Os limites de uma participação baseada numa efetiva partilha de poder

Numa análise comparativa, das quatro dimensões do bem-estar, a **participação e envolvimento** é a que revela resultados mais fracos no processo de implementação das respostas/intervenções estudadas, dado que menos de 50% das pessoas beneficiárias consideraram ter sido envolvidas na preparação ou execução das mesmas. Este fraco envolvimento é particularmente relevante entre as mulheres e as pessoas

imigrantes (41% respetivamente), comparativamente com os/as jovens (81%) e com as pessoas com deficiência (59%).

No total de pessoas beneficiárias inquiridas, 44% não foram informadas sobre a possibilidade de fazerem sugestões/reclamações. Entre aquelas que o fizeram, 22% não receberam qualquer resposta. Porém, 83% das pessoas inquiridas sentiram-se à-vontade para discordar da opinião do pessoal técnico e apresentar as suas sugestões.

Verifica-se assim que para uma percentagem significativa de pessoas beneficiárias, a ação das organizações parece dar espaço para que as suas opiniões sejam ouvidas (reclamações/sugestões), mas não cria os mecanismos necessários para que essa voz se torne num instrumento de mudança efetiva das práticas desenvolvidas ao nível da intervenção.

O processo de implementação das respostas/intervenções sociais revela défices na promoção do envolvimento e participação das pessoas beneficiárias no planeamento das atividades e nos processos de tomada de decisões, sugerindo a necessidade de um reforço das estratégias de envolvimento das pessoas beneficiárias.

## 2. Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível do bem-estar das pessoas beneficiárias? (dimensões intangíveis)

### a) Um elevado grau de satisfação com as intervenções/respostas

O desempenho das respostas/intervenções sociais ao nível do seu impacto em **dimensões intangíveis do bem-estar** das pessoas beneficiárias pode condicionar fortemente o alcance dos resultados obtidos, bem como a durabilidade das mudanças.

Em termos globais, verifica-se um elevado **grau de satisfação** das pessoas beneficiárias **relativamente às intervenções/respostas desenvolvidas**. O grau de satisfação foi medido relativamente a um conjunto alargado de indicadores que ilustram a enorme diversidade de ações/atividades desenvolvidas pelos estudos de caso realizados.

Uma análise transversal aos estudos de caso evidencia um elevado grau de satisfação com as atividades (87%), com a periodicidade ou frequência das atividades (84%), com o horário das atividades (89%), com os resultados obtidos (80%), com a qualidade da intervenção/ação (95%), com o estado

Considerando as **dimensões intangíveis do bem-estar**, verifica-se um **elevado grau de satisfação** das pessoas beneficiárias **relativamente às intervenções/respostas desenvolvidas e uma maior confiança nas instituições**.

de conservação e limpeza das instalações e/ou equipamentos (92%), com a segurança do espaço onde decorrem as atividades (90%) e com a acessibilidade do espaço (96%).

*“(...) Qualquer problema que eu tenho, eu venho aqui (Gabinete de Atendimento da Câmara de Cascais). (...) Às vezes é para transporte, para ir para hospital. (...) Outra coisa que precisei é de psicóloga, tenho apoio aqui. E esse apoio do dia-a-dia. Eles aqui é como se fossem a nossa mãe, qualquer coisa que acontece venho logo a correr aqui. Eu sei que aqui vou encontrar um apoio.”*

(Elisa, 60 anos, reformada, apresenta problemas de saúde, é utente de um Gabinete de Atendimento Municipal)

Os menores níveis de satisfação (27%) registaram-se ao nível do tempo de espera entre o pedido e a atribuição de habitação e da quantidade de créditos (para alimentos) que recebem mensalmente como forma de apoio social.

## b) Uma melhor perceção sobre os problemas e sobre a ação necessária

**Regista-se igualmente uma melhor perceção das pessoas beneficiárias sobre os problemas e sobre a ação necessária para os resolver, bem como uma maior consciencialização da existência de outras pessoas com problemas idênticos.**

O desempenho das respostas/intervenções sociais parece estar a gerar mudanças mais significativas sob dois aspetos: mais de 3 em cada 4 pessoas beneficiárias inquiridas aumentaram o **conhecimento** sobre as áreas/problema e 80% passaram a **perceber** melhor o que é necessário fazer para ultrapassar os problemas/necessidades.

*“Consegui compreender a doença, consegui lidar com o meu marido porque eu gritava. E comecei a sentir-me melhor. A autoestima subiu um bocadinho. (...) Sabem o que é a demência e vão-nos ajudando a compreender, a dar dicas, falam de uma maneira que a gente se sente bem.”*

(Júlia, 59 anos, desempregada, ao marido foi diagnosticada uma doença tipo alzheimer, frequenta o Gabinete Cuidar Melhor da Alzheimer Portugal)

Sobre o entendimento face ao funcionamento dos serviços e o papel das respostas/ intervenções, a mudança promovida é menos expressiva. Não obstante, é uma mudança significativa tendo 56% das pessoas inquiridas passado a compreender o papel das respostas/intervenções na resolução do problema e 31% aumentaram o entendimento sobre o funcionamento da rede de serviços sociais.

### c) Promover a cooperação e o sentido de responsabilidade - uma tarefa inacabada

Neste domínio, avaliou-se, junto das pessoas beneficiárias, a mudança gerada sob três aspetos principais: (i) o aumento do **conhecimento e aceitação de outros grupos sociais e culturas**; (ii) o aumento da **participação em atividades com outros membros/grupos da comunidade**; e (iii) o **sentido de responsabilidade** face aos espaços e recursos comuns.

*“(...) Saio da escola, venho ao ATL, vou ao treino (Rugby) (...). Fico com melhor comportamento. As notas aumentam porque vou à sala de estudo e estudo sempre com a coordenadora. (...) Fico a conviver com novas pessoas e com os meus amigos. Faço cerâmica e também cozinho às vezes com a Carmo que nos ensina a fazer pratos novos e a comer melhor.”*

(Mateus, estudante, aluno da Escolinha de Rugby da Galiza)

Embora os resultados tenham sido globalmente positivos, existe uma margem evidente para melhorar o impacto das intervenções/respostas sociais neste domínio. Em termos concretos, verificou-se que 34% das pessoas inquiridas aumentaram o conhecimento e aceitação de outros grupos sociais e culturais, 16% reconheceram uma mudança parcial a este nível e 49% não reconheceram qualquer mudança.

No que respeita à participação, 43% aumentaram a participação em atividades com outros membros/grupos na comunidade, sendo menor a percentagem pessoas beneficiárias para quem não existiu qualquer mudança neste aspeto (37%).

### d) Um reforço da confiança em si próprio/a e nas instituições

Neste domínio, avaliou-se a confiança sob três perspetivas: (i) a confiança em si mesmo/a; (ii) a confiança nas outras pessoas; e (iii) a confiança institucional.

Os resultados foram particularmente significativos quer ao nível da **confiança pessoal**, quer da **confiança nas instituições**: 90%

das pessoas inquiridas aumentaram totalmente ou parcialmente a confiança que tinham nas instituições e 90% das pessoas inquiridas reforçaram total ou parcialmente a sua autoestima. A mudança gerada sob os restantes aspetos da confiança pessoal avaliados também é expressiva, tendo mais de metade das pessoas beneficiárias ficado mais motivadas face à resolução dos seus problemas enquanto que, quase metade, ficaram mais capacitadas para tomar a iniciativa na resolução dos seus problemas e/ou aumentaram as suas competências pessoais e/ou sociais (nomeadamente de comunicação e resolução de conflitos).

*“Conseguir compreender a doença, conseguir lidar com o meu marido porque eu gritava. E comecei a sentir-me melhor. A autoestima subiu um bocadinho.”*

(Júlia, 59 anos, desempregada, ao marido foi diagnosticada uma doença tipo alzheimer, frequenta o Gabinete Cuidar Melhor da Alzheimer Portugal)

*“(…) Qualquer problema que eu tenho, eu venho aqui (…). Eu sei que aqui vou encontrar um apoio.”*

(Elisa, 60 anos, reformada, apresenta problemas de saúde, é utente de um Gabinete de Atendimento Municipal)

**Menos conseguidos são os impactos ao nível da confiança nas outras pessoas, no nível de aceitação mútuo e na disponibilidade para ser mais solidário/a.**

A **confiança nas outras pessoas** registou níveis de mudança positiva mais modestos, embora não deixem de ser relevantes: cerca de metade (49%) tiveram ganhos de integração/convivência ou reforçaram o sentimento de pertença nas suas comunidades/territórios; 36% sentem-se mais aceites pela comunidade e pelas outras pessoas e 31% aumentaram a sua aceitação pelas outras pessoas. Existe, porém, uma percentagem significativa de pessoas inquiridas que afirma não ter registado qualquer mudança nestes dois últimos aspetos (50% e 59% respetivamente).

*“(…) Eu hoje conheço muita malta que eu não conhecia, ganhei confiança com eles e eles também ganharam confiança comigo e quando preciso eles me dão e quando eles precisam eu também lhes dou.”*

(Adulto, 48 anos, casado, 5 filhos, vive no Bº da Adroana e tem uma Horta Comunitária)

### **e) Promover a solidariedade - da perceção das pessoas beneficiárias às práticas institucionais**

A geração de mudança ao nível da **promoção da solidariedade** não foi um resultado evidente da intervenção desenvolvida junto das pessoas beneficiárias.

Mais de metade das pessoas inquiridas (55%) considerou que a resposta/intervenção não teve qualquer contributo para se sentirem mais solidárias e disponíveis para ajudar outras pessoas/grupos; 54% afirma não ter sentido qualquer impacto ao nível de melhoria nas relações familiares e na capacidade de cuidar de pessoas com necessidades especiais; menos de uma em cada três pessoas (31%) afirmaram que a resposta/intervenção contribuiu para que passassem a valorizar mais as suas relações pessoais.

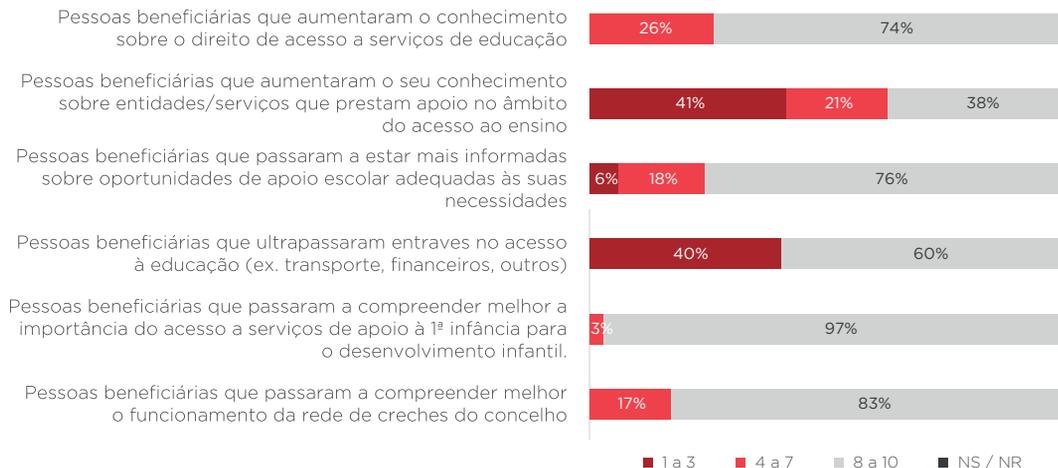
Porém, um elevado número de pessoas inquiridas (70%) afirmou ter sentido um forte contributo ao nível de uma consciencialização de que existem outras pessoas a viver problemas idênticos aos delas.

## **3. Quais os impactos das respostas/intervenções sociais ao nível das áreas de vida?**

### **a) Educação de crianças e jovens: um acesso incrementado com evidentes ganhos ao nível das competências pessoais e sociais**

Em 2017, foram auscultadas 279 pessoas beneficiárias diretas e indiretas (encarregados de educação/tutores) da intervenção desenvolvida na área da educação escolar e pré-escolar, relativa a respostas/intervenções complementares ao sistema público de ensino. Em termos globais, registou-se um aumento de competências pessoais e sociais, bem como um maior acesso aos recursos educativos existentes.

### Mudanças sentidas ao nível da educação – Contributos para a Equidade (2017)



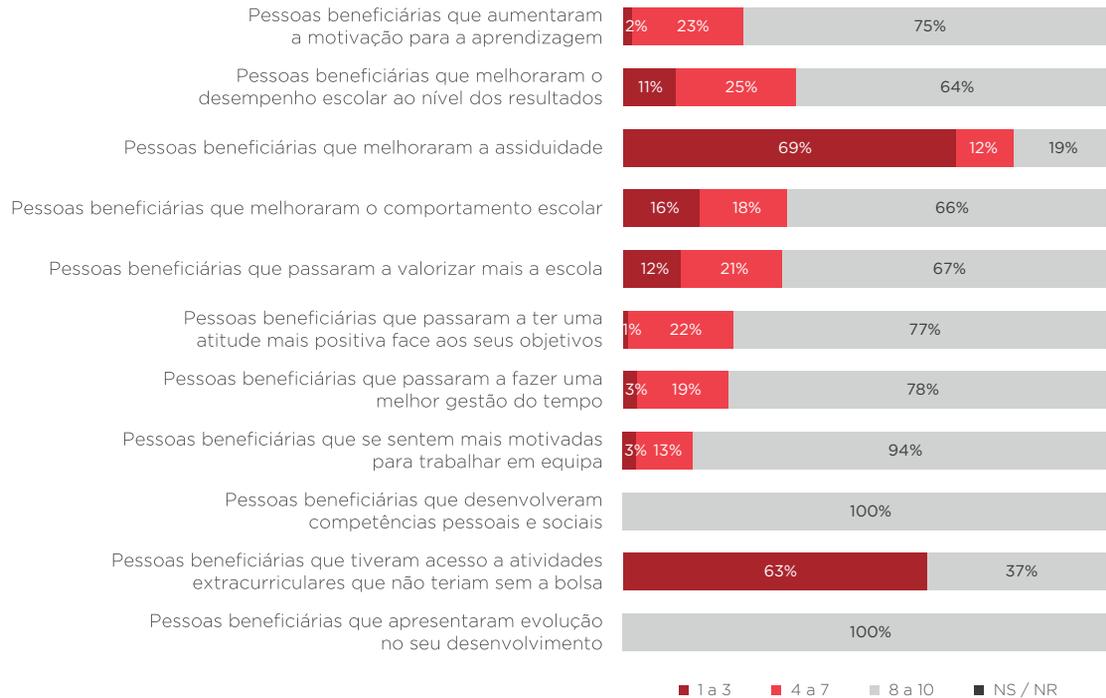
(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

**Em termos globais, as intervenções no domínio da educação de crianças e jovens registaram mudanças em termos de aumento de competências pessoais e sociais, bem como um maior acesso aos recursos educativos existentes.**

Na dimensão da **equidade**, a grande maioria das pessoas inquiridas aponta mudanças significativas ao nível de: um maior conhecimento sobre a importância do acesso a serviços de apoio à 1ª infância (97%); uma melhor compreensão do funcionamento da rede de creches do concelho (83%); um maior conhecimento sobre direito de acesso a serviços de educação (74%); mais informação sobre oportunidades de apoio escolar (76%). Mais de metade (60%) das pessoas inquiridas referiram igualmente o contributo da intervenção para ultrapassar entraves no acesso à escola.

Ao nível da **dignidade**, a intervenção desenvolvida está a dar um contributo muito positivo para garantir o acesso efetivo a estabelecimentos de educação pré-escolar ou à escola, com 80% das pessoas inquiridas a reconhecer terem as crianças e jovens passado a ter acesso à escola como resultado das respostas/intervenções existentes nesta área.

## Mudanças sentidas ao nível da educação - Contributos para a Autonomia (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

A intervenção desenvolvida tem permitido ganhos relevantes ao nível da promoção da autonomia das pessoas beneficiárias, nomeadamente em melhorias na evolução no seu desenvolvimento (100%), na motivação para trabalhar em equipa (94%), no desenvolvimento de uma atitude mais positiva face aos seus objetivos (77%), na gestão do tempo (78%), e na motivação para a aprendizagem (75%). De realçar ainda que 66% melhoraram o comportamento na escola e 67% passaram a valorizar mais a escola. Com exceção da assiduidade, todos os aspetos avaliados apresentam um grau de mudança expressivo.

**A promoção de mudanças positivas em termos de dignidade, equidade e autonomia são visíveis através de melhorias significativas em diferentes aspetos, ao nível da educação.**

*“Fico com melhor comportamento. As notas aumentam porque vou à sala de estudo e estudo sempre, com a coordenadora. (...) Fico a conviver com novas pessoas e com os meus amigos. Faço cerâmica e também cozinho às vezes com a Carmo que nos ensina a fazer pratos novos e a comer melhor.”*

(Mateus, estudante, aluno da Escolinha de Rugby da Galiza)

No caso das respostas vocacionadas para o acesso ao ensino pré-escolar, todas as pessoas inquiridas identificaram mudança no desenvolvimento e aquisição de competências. Ao avaliar a situação dos seus educandos e das suas educandas, 100% das pessoas encarregadas de educação afirmaram que as crianças desenvolveram competências pessoais e sociais, e 37% tiveram acesso a atividades extracurriculares o que não teria sido possível sem a resposta/ intervenção a que tiveram acesso.

## b) Educação de pessoas adultas: Um maior conhecimento e motivação para o trabalho, com ganhos efetivos no acesso a formação profissional ou programas de formação para pessoas adultas

**Em termos globais, as intervenções no domínio da educação de pessoas adultas registaram um aumento: do acesso a informação sobre oportunidades de educação e/ou formação profissional, do acesso efetivo a programas de ensino adequados e ao nível das expectativas e da motivação para o trabalho.**

A aprendizagem e a educação de pessoas adultas constitui um domínio de intervenção crucial com impactos a diversos níveis. Em 2017, foram auscultadas 579 pessoas beneficiárias da intervenção desenvolvida nesses domínios. Em termos globais, registou-se um aumento de conhecimento sobre o oportunidades de acesso a educação para pessoas adultas e/ou formação profissional, um aumento efetivo de acesso a programas de ensino adequados e um aumento ao nível das expectativas e da motivação para o trabalho.

### Mudanças sentidas ao nível da educação para pessoas adultas – Contributos para a Equidade (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

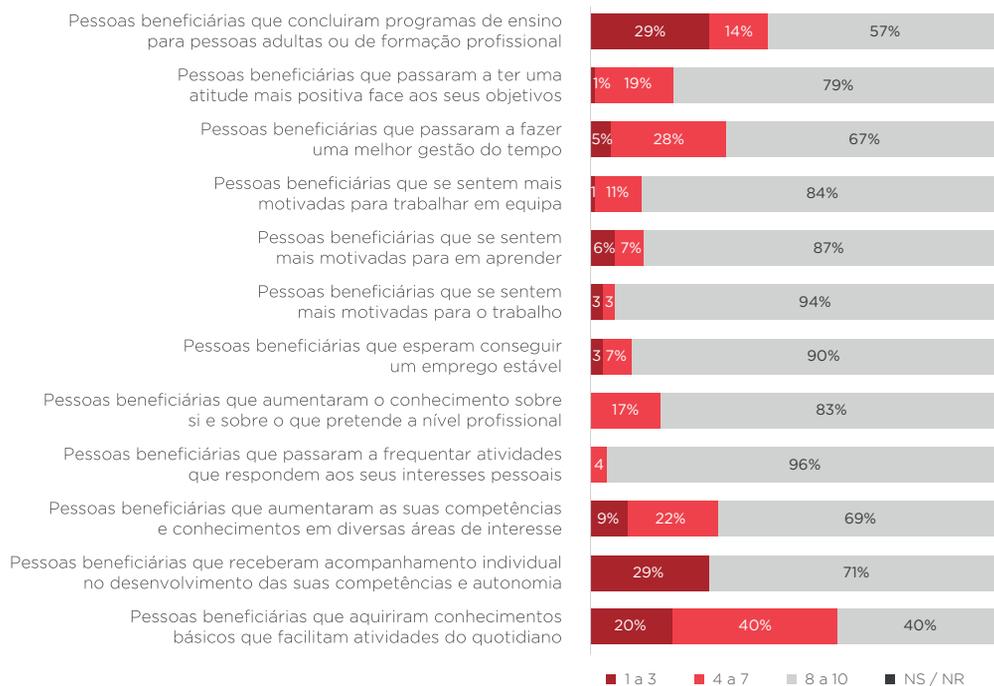
Na dimensão da **equidade**, as principais mudanças situam-se ao nível do acesso a informação sobre oportunidades de educação (67%). Menos são aquelas que reconhecem mudanças positivas ao nível de um maior conhecimento sobre entidades e serviços de apoio no âmbito do acesso ao ensino (49%) e apenas uma em cada quatro pessoas reconhece ter a intervenção desenvolvida ajudado a ultrapassar entraves concretos no acesso a oportunidades de educação.

Cerca de 88% das pessoas inquiridas reconheceram ganhos de **dignidade e reconhecimento** no acesso à educação, uma vez que ingressaram em programas de formação para pessoas adultas ou formação profissional. Porém, 12% não ingressaram em qualquer programa de ensino adequado para pessoas adultas.

Uma vez mais, a intervenção desenvolvida parece gerar mudanças muito positivas ao nível da promoção da **autonomia**, sobretudo no que se refere à aquisição de competências pessoais e sociais, neste caso junto de pessoas adultas.

**A promoção de mudanças positivas são particularmente relevantes ao nível da promoção da dignidade através do acesso efetivo a programas de educação e formação adequados.**

### Mudanças sentidas ao nível da educação para pessoas adultas - Contributos para a Autonomia, (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

**Os impactos da intervenção no desenvolvimento da autonomia das pessoas beneficiárias traduzem-se sobretudo em melhorias evidentes ao nível da aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.**

Com efeito, verifica-se que 79% das pessoas inquiridas passaram a ter uma atitude mais positiva face aos seus objetivos, 67% passaram a fazer uma melhor gestão do tempo, 84% sentem-se mais motivadas para trabalhar em equipa, 87% sentem-se mais motivadas em aprender e 71% desenvolveram competências de autonomia.

Em suma, as respostas/intervenções têm sido promotoras de mudanças muito significativas na aquisição e desenvolvimento de competências tendo ainda contribuído para mudanças relevantes ao nível das expectativas: para cerca de 90% das pessoas inquiridas existe a expectativa de obter um emprego depois da formação, 83% passaram a ter um projeto profissional definido e 69% aumentaram o seu conhecimento nas suas áreas de interesse.

*“Ganhei pronuncia um bocadinho, eu quando comecei a trabalhar aqui, para assinar tinha que pôr o dedo, depois já conseguia um bocadinho e agora consigo todo. Para mim mudou muito. (...) Eu gosto de aprender para saber alguma coisa. (...) (Teve importantes ganhos de autonomia) coisas que ninguém sabe.”*

(Arlete, 59 anos, guineense a residir em Portugal há 11 anos. Chegou sem saber falar português e sem nunca ter frequentado a escola, frequenta o projeto de Literacia)

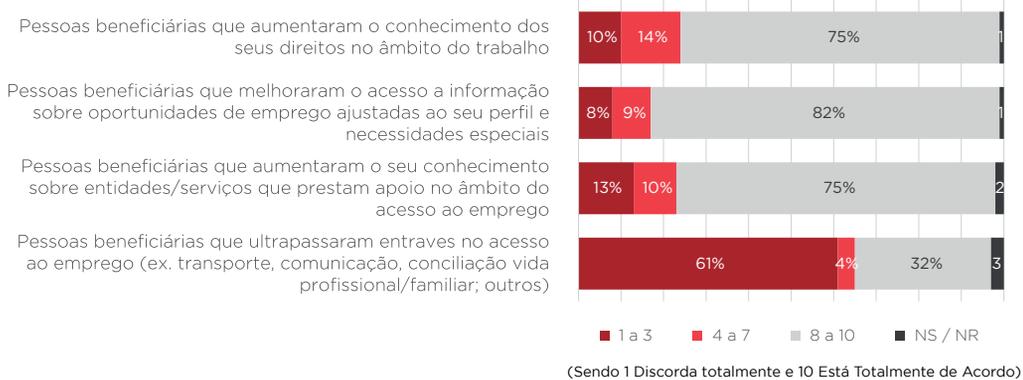
### **c) Emprego: prioridade na promoção de conhecimento e de competências no domínio do emprego**

Em 2017, um conjunto alargado de pessoas beneficiárias (430) de respostas/intervenções locais na **área do emprego** valorizaram sobretudo as mudanças sentidas ao nível do acesso a informação sobre direitos e oportunidades de emprego e ao nível de melhorias nas suas condições de empregabilidade.

Se a mudança sentida ao nível do acesso à informação e ao conhecimento sobre direitos e oportunidades no âmbito do emprego é um fator potenciador de equidade, a avaliação positiva ao nível da melhoria das condições de empregabilidade pode contribuir de forma direta para uma maior autonomia das pessoas beneficiárias.

Neste sentido, a natureza das mudanças sentidas pelas pessoas beneficiárias no domínio do emprego ilustra diferentes níveis de contributos para o seu bem-estar, nomeadamente: contributos ao nível da equidade, da dignidade e da autonomia.

### Mudanças sentidas ao nível do emprego - Contributos para a Equidade (2017)



Na dimensão da **equidade**, 82% dos inquiridos melhoraram o acesso à informação sobre oportunidades de emprego e 75% aumentaram o conhecimento sobre direitos no âmbito do trabalho e sobre entidades/serviços que prestam apoio em matéria de acesso ao emprego. A ação das organizações parece, assim, dar um contributo relevante na promoção de condições que facilitam a equidade no acesso ao emprego.

*“(...) Se não fossem eles a esta hora não estaria a trabalhar”*

(Rómulo, 18 anos, cantoneiro e mediador da CMC, fez parte do Projeto EDUCA)

Menos conseguida é a capacidade de promover mudança em aspetos de natureza prática que constituem entraves efetivos a uma maior equidade no acesso ao emprego, como é o caso das condições de transporte e da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal/familiar.

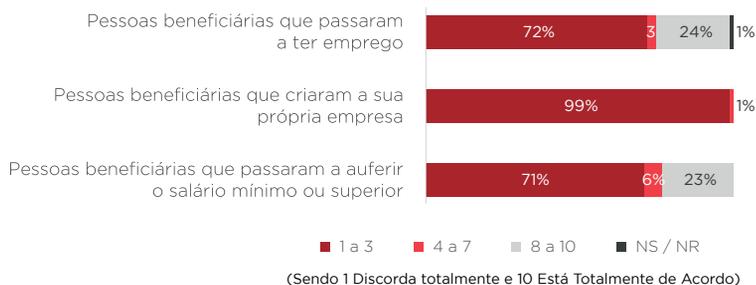
Na dimensão da **dignidade**, avaliada com base no acesso efetivo a emprego e na melhoria das condições de trabalho, as pessoas beneficiárias reportam ganhos pouco significativos para o seu bem-estar.

**A intervenção no domínio do emprego promoveu mudanças positivas em termos de equidade e autonomia que são visíveis ao nível da informação sobre oportunidades de emprego, conhecimento dos direitos, aumento das competências socioprofissionais e de maior autonomia na procura de emprego.**

O acesso efetivo ao mercado de trabalho e a condições de trabalho dignas, quer em termos de rendimento, quer de estabilidade laboral, são os aspetos menos conseguidos das mudanças sentidas, com impactos relevantes ao nível da dignidade e da autonomia.

Para a maioria das pessoas beneficiárias não existiu qualquer alteração na sua situação, quer ao nível do acesso a emprego ou de criação da sua própria empresa, quer de melhoria ao nível das remunerações auferidas.

### Mudanças sentidas ao nível do emprego - Contributos para a Dignidade (2017)



Importa recordar que sendo estas dimensões essenciais para o bem-estar das pessoas beneficiárias das respostas/intervenções locais, a existência de fatores externos não controláveis pelos atores sociais locais poderá condicionar fortemente o resultado da intervenção social ao nível local.

Finalmente, ao nível da **autonomia**, os resultados obtidos apontam para uma maior complexidade em termos das mudanças sentidas pelas pessoas beneficiárias em resultado da intervenção desenvolvida.

### Mudanças sentidas ao nível do emprego - Contributos para a Autonomia (2017)



No que respeita a melhorias nas condições de emprego (rendimento e/ou vínculo contratual) e à frequência de programas de capacitação socioprofissional apenas 21% das pessoas inquiridas apontam para a existência de mudanças significativas. Para 72% não existiram mudanças a este nível.

Melhorias significativas registam-se, porém, na capacidade das pessoas beneficiárias em resolver autonomamente situações que lhes permite um mais fácil acesso a oportunidades de emprego (ex. elaboração de CV e carta de apresentação, preparação de entrevistas, etc.), bem como no aumento das suas competências socioprofissionais.

Em suma, a intervenção desenvolvida parece gerar mudanças significativas ao nível da empregabilidade das pessoas beneficiárias, aumentando a sua autonomia na procura de trabalho, mas continuam a verificar-se obstáculos significativos na concretização das expectativas geradas ao nível de uma melhoria efetiva dos rendimentos e da estabilidade no mercado de trabalho, elementos essenciais para uma autonomia real.

**Em 2017 as principais mudanças reportadas pelas pessoas beneficiárias em resultado da intervenção desenvolvida no domínio do emprego situaram-se ao nível das condições de empregabilidade e do acesso à informação e ao conhecimento.**

#### **d) Rendimentos: promover o acesso aos apoios existentes num contexto de rendimentos insuficientes**

Em 2017, as pessoas beneficiárias inquiridas (309) identificaram mudanças relevantes na possibilidade de passarem a ter acesso a algum tipo de rendimento em consequência da intervenção desenvolvida. Porém, este acesso não resultou, para a maior parte das pessoas beneficiárias, em ganhos significativos na satisfação das suas necessidades básicas.

**A intervenção desenvolvida no domínio do rendimento em termos de equidade permitiu mudanças positivas no acesso a direitos e consequente acesso a algum tipo de rendimento.**

#### **Mudanças sentidas ao nível do rendimento - Contributos para a Equidade (2017)**

Pessoas beneficiárias que aumentaram o seu conhecimento sobre os seus direitos em matéria de acesso a subsídios pecuniários



Pessoas beneficiárias que aumentaram o seu conhecimento sobre entidades/serviços que prestam apoio no âmbito do acesso a rendimento



■ 1 a 3 ■ 4 a 7 ■ 8 a 10 ■ NS / NR

(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

Na dimensão da **dignidade**, avaliada com base no acesso efetivo a algum tipo de rendimento e aos impactos ao nível do rendimento disponível e da satisfação das necessidades básicas, a principal mudança regista-se ao nível do acesso e menos aos impactos desse acesso no bem-estar efetivo das pessoas beneficiárias.

### Mudanças sentidas ao nível do rendimento – Contributos para a Dignidade (2017)



**A promoção de mudanças positivas em termos de dignidade e autonomia é um aspeto menos conseguido da intervenção desenvolvida, nomeadamente pela insuficiência dos rendimentos disponíveis dos agregados.**

A intervenção desenvolvida ao nível da promoção do conhecimento dos direitos, bem como das respostas existentes parece aqui traduzir-se numa mudança positiva no acesso a algum tipo de rendimento para mais de metade das pessoas beneficiárias.

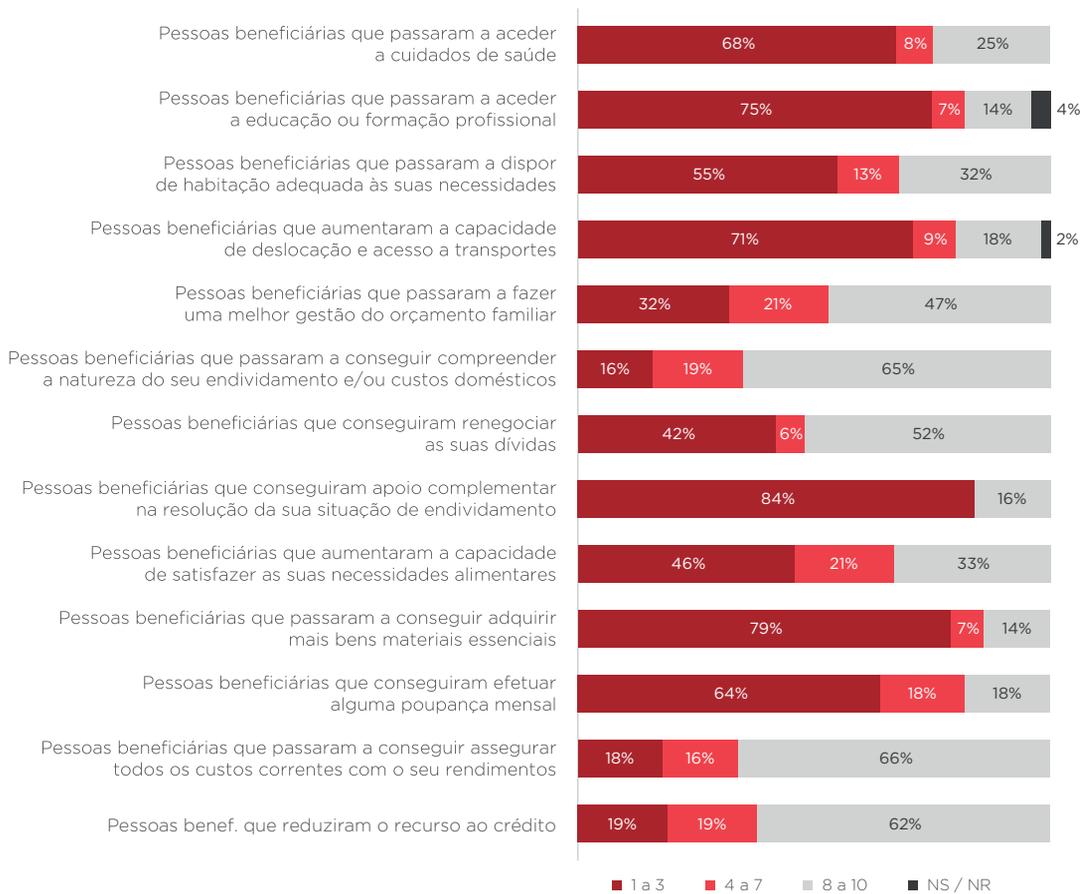
Porém, uma vez conseguido efetivar esse acesso, os impactos dos montantes auferidos ao nível da melhoria do rendimento disponível e da conseqüente possibilidade de fazer face às necessidades básicas das pessoas beneficiárias e respetivas famílias parece ser claramente insuficiente. Essas limitações tornam-se evidentes na análise dos impactos da intervenção desenvolvida ao nível da promoção da autonomia das pessoas beneficiárias.

De facto, no que respeita à **autonomia**, os resultados obtidos evidenciam a baixa autonomia financeira dos agregados traduzida pelo número significativo de pessoas beneficiárias que reportam poucas mudanças em diferentes áreas de satisfação das necessidades básicas.

Na dimensão da **dignidade**, avaliada com base no acesso efetivo a algum tipo de rendimento e aos impactos ao nível do rendimento disponível e da satisfação das necessidades básicas, a principal mudança regista-se ao nível do acesso e menos aos impactos desse acesso no bem-estar efetivo das pessoas beneficiárias.

**A baixa autonomia financeira resulta num acesso limitado a dimensões essenciais da satisfação de necessidades básicas, pese embora se registem mudanças relevantes na capacidade dos agregados na gestão dos (poucos) recursos disponíveis e no recurso ao crédito e renegociação de dívidas.**

### Mudanças sentidas ao nível do rendimento - Contributos para a Dignidade (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

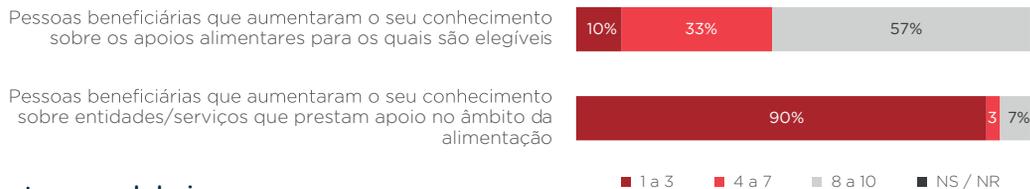
A intervenção desenvolvida parece gerar mudanças relevantes ao nível da gestão dos rendimentos do agregado (gestão do orçamento e pagamento dos custos correntes), da redução do recurso ao crédito, e da capacidade de renegociar dívidas existentes.

Porém, a intervenção das respostas sociais locais não parece impactar de forma positiva sobre a insuficiência dos rendimentos auferidos, o que resulta na ausência de mudanças ao nível da satisfação das necessidades alimentares, da aquisição de bens materiais básicos, da mobilidade, do acesso à educação/formação, saúde ou habitação adequada.

### e) Alimentação e consumo: Promover um acesso digno aos bens alimentares, contribuindo para uma melhoria nos hábitos alimentares - limites da intervenção

As respostas de apoio alimentar existentes no concelho foram avaliadas através da inquirição a um total de 121 pessoas beneficiárias que, em 2017, eram apoiadas por respostas/intervenções neste domínio.

#### Mudanças sentidas ao nível da alimentação - Contributos para a Equidade (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

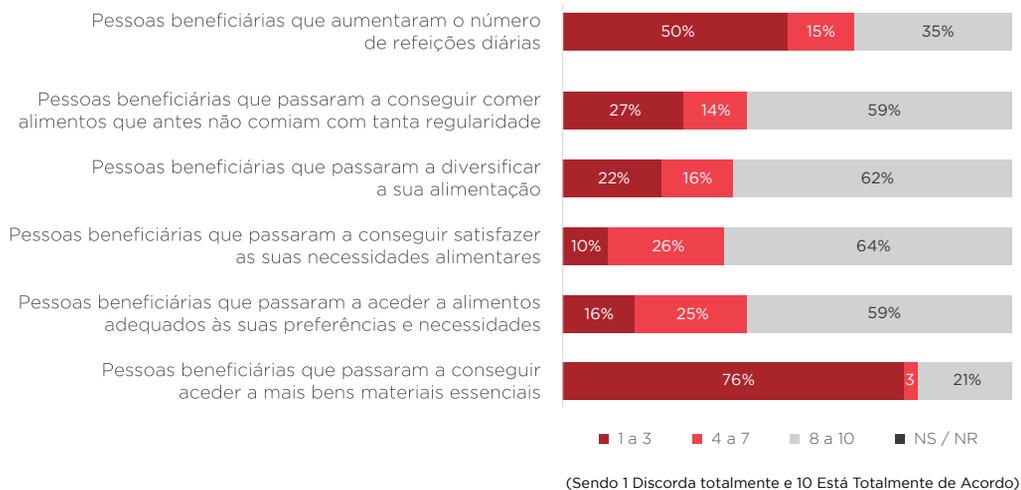
**Em termos globais, no domínio da alimentação, o contributo da intervenção para promoção de mudanças positivas junto das pessoas beneficiárias é mais limitado, comparativamente com outras áreas do bem-estar.**

Contrariamente ao verificado nas outras áreas do bem-estar, verifica-se um impacto reduzido da dimensão a **equidade** junto das pessoas beneficiárias ao nível do conhecimento sobre respostas existentes que prestam apoio no âmbito da alimentação (para 90% não existiu qualquer mudança a este nível). Pouco mais de metade (57%) afirma ter havido ganhos de conhecimento sobre a sua elegibilidade relativamente aos apoios alimentares.

Na dimensão da **dignidade**, avaliada com base no acesso efetivo e adequado a bens alimentares, importa salientar que 64% das pessoas inquiridas passaram a conseguir satisfazer as suas necessidades alimentares, 62% passaram a diversificar a sua alimentação e 59% afirma ter passado a aceder a alimentos mais adequados às suas preferências e necessidades e a comer alimentos que antes não comia com tanta regularidade. Porém, apenas 21% passaram a conseguir aceder a mais bens materiais essenciais, o que aponta para a eventual existência de necessidades não respondidas.

**Os impactos da intervenção desenvolvida ao nível das respostas de apoio alimentar traduzem ganhos positivos na promoção da dignidade sobretudo ao nível da satisfação das necessidades alimentares, da diversificação da dieta e do acesso a alimentos adequados às preferências e necessidades das pessoas beneficiárias.**

### Mudanças sentidas ao nível da alimentação - Contributos para a Dignidade (2017)

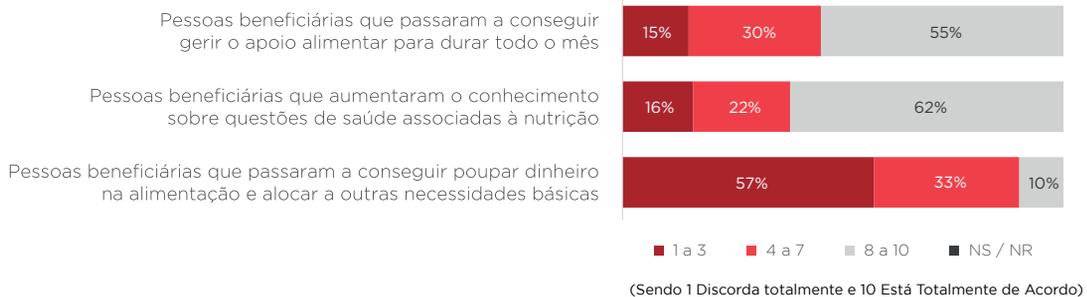


As intervenções sociais neste domínio parecem conseguir dar um contributo positivo - embora limitado - em garantir melhores condições para assegurar as necessidades alimentares das famílias. Trata-se, porém, de uma intervenção centrada na atribuição de apoio alimentar direto, ou seja, com um impacto mais limitado ao nível da promoção da autonomia das pessoas beneficiárias. Ainda assim, é possível identificar alguns ganhos positivos a este nível.

*“Gosto mais porque a gente entra lá e é como se fosse a um supermercado. E há carne. No saco era muito raro termos carne ou peixe e agora de vez em quando a gente tem.”*

(Adelaide, 44 anos, desempregada, recebe RSI e é beneficiária de BACF numa Mercearia Social)

### Mudanças sentidas ao nível da alimentação - Contributos para a Autonomia 2017



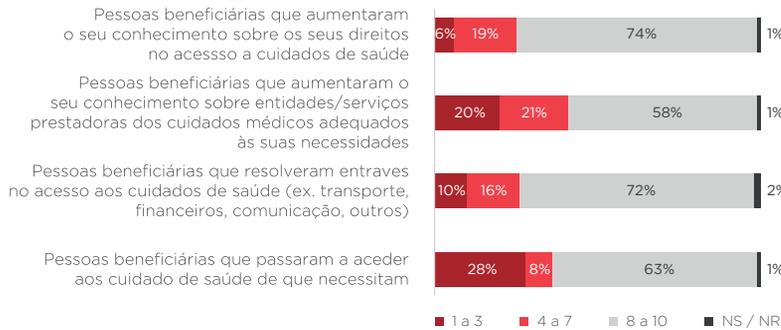
**O potencial de promoção da equidade e autonomia das pessoas beneficiárias associado a este tipo de intervenções regista resultados menos positivos.**

As mudanças sentidas na componente formativa associada às questões de saúde (62%) surgem como os ganhos mais significativos ao nível da **autonomia**. Por outro lado, para mais de metade das pessoas beneficiárias, não se verifica a concretização do potencial de poupança gerado pelo acesso direto a bens alimentares (57%). Já o facto de 55% das pessoas inquiridas afirmar ter conseguido passar a gerir o apoio alimentar para durar todo o mês não indica necessariamente ganhos de autonomia, podendo eventualmente indiciar o recurso a estratégias de gestão da privação por parte das pessoas beneficiárias com impacto direto no seu nível de bem-estar.

### f) Saúde: promover o direito à saúde e o acesso aos cuidados

O acesso aos serviços de saúde e o impacto da intervenção neste domínio assentou na auscultação de um total de 330 pessoas beneficiárias que, em 2017, eram apoiadas por respostas/intervenções neste domínio.

### Mudanças sentidas ao nível da alimentação - Contributos para a Equidade, 2017



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

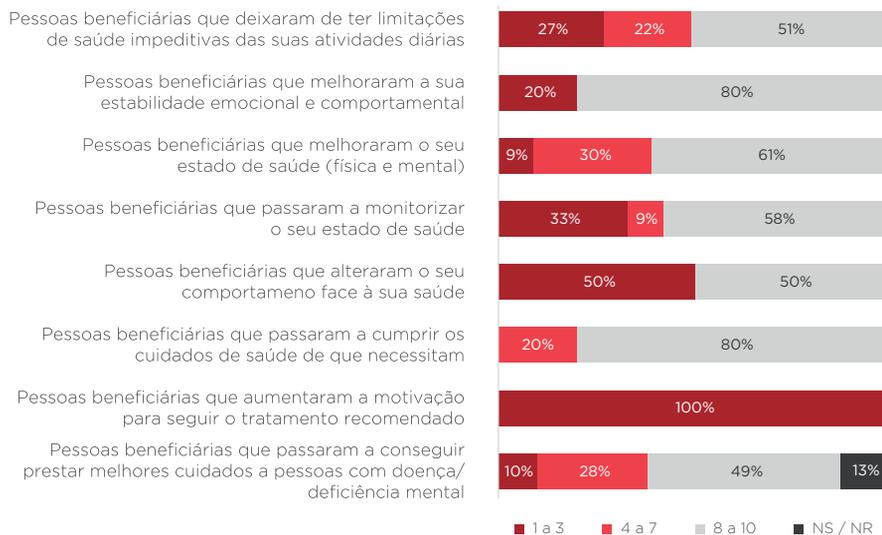
A mudança gerada na dimensão da **equidade** é bastante expressiva em todos os aspetos analisados, sobretudo ao nível dos ganhos de conhecimento sobre direitos (74%) e na resolução de entraves no acesso a cuidados de saúde (72%).

Um conjunto alargado de pessoas beneficiárias de respostas/intervenções na área da saúde reportam igualmente ganhos ao nível do reforço da **autonomia**.

Os resultados da avaliação do contributo das respostas/intervenções locais para o bem-estar das pessoas beneficiárias no domínio da saúde são globalmente **positivos**.

Os impactos ao nível de uma melhor **equidade** resultam sobretudo de ganhos em conhecimento e da resolução de entraves no acesso aos cuidados de saúde.

### Mudanças sentidas ao nível da saúde - Contributos para a Autonomia, 2017



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

**A promoção da autonomia das pessoas beneficiárias associada às intervenções na área da saúde é particularmente evidente em termos da adoção de uma atitude mais preventiva por parte das pessoas beneficiárias.**

Os ganhos de **autonomia** que poderão resultar da intervenção desenvolvida são particularmente evidentes no que se refere a uma atitude mais preventiva nesta área do bem-estar. Estes impactos são visíveis a vários níveis, nomeadamente: na maior motivação para cumprir tratamentos (100%) e cuidados de saúde necessários (80%); numa melhoria da estabilidade emocional e comportamental (80%); numa melhoria do estado de saúde física e mental (61%); e, na adoção de uma atitude de auto-monitorização do estado de saúde (58%).

Importa ainda salientar que mais de metade das pessoas beneficiárias conseguiram ultrapassar limitações de saúde que impediam a realização de atividades diárias (51%) e que quase metade (49%) passaram a conseguir prestar melhores cuidados numa área complexa como é a do cuidado a pessoas com doença/deficiência mental.

*“Conseguí compreender a doença, consegui lidar com o meu marido porque eu gritava. E comecei a sentir-me melhor. A autoestima subiu um bocadinho. Porque era isso que eu precisava, dizer que estava a fazer as coisas certas. Para mim nunca era demais o que eu fazia e a psicóloga... eles estão vocacionados mesmo para isto. Sabem o que é a demência e vão-nos ajudando a compreender, a dar dicas, falam de uma maneira que a gente se sente bem.”*

(Júlia, 59 anos, desempregada, ao marido foi diagnosticada uma doença tipo alzheimer, frequenta o Gabinete Cuidar Melhor da Alzheimer Portugal)

### **g) Habitação: mudanças globalmente pouco expressivas ao nível da habitação**

A avaliação do impacto da intervenção ao nível da promoção do acesso a uma habitação adequada e condigna assentou na auscultação, em 2017, de um total de 241 pessoas beneficiárias.

## Mudanças sentidas ao nível da habitação - Contributos para a Equidade (2017)



Mais de metade das pessoas beneficiárias reporta a inexistência de mudança em aspetos essenciais ao nível das condições de habitabilidade, ao nível de um melhor conhecimento sobre entidades/serviços que apoiam no acesso à habitação e também da resolução de entraves no acesso a habitação adequada. Os ganhos mais positivos em termos de **equidade** registaram-se ao nível de um melhor conhecimento sobre os seus direitos no acesso a habitação adequada.

A análise dos indicadores relativos aos potenciais ganhos de **autonomia** resultantes da intervenção neste domínio revelam uma ainda menor expressão de mudança. No entanto, importa não subestimar a importância dos impactos positivos reportados, tendo em atenção o facto de se tratar de uma dimensão que influencia diretamente as condições globais do bem-estar individual e familiar.

*“Por exemplo, em termos familiares mudou muito, por exemplo, irmão, irmã, tio, tia, agora dizem, «vou a tua casa», e eu fico contente. Vamos conviver, vamos conversar, se quiserem podem dormir. E eu fico feliz. Porque não tinha condições, tinha vergonha de ela entrar e ver a situação em que eu estava. Mas agora estou feliz.”*

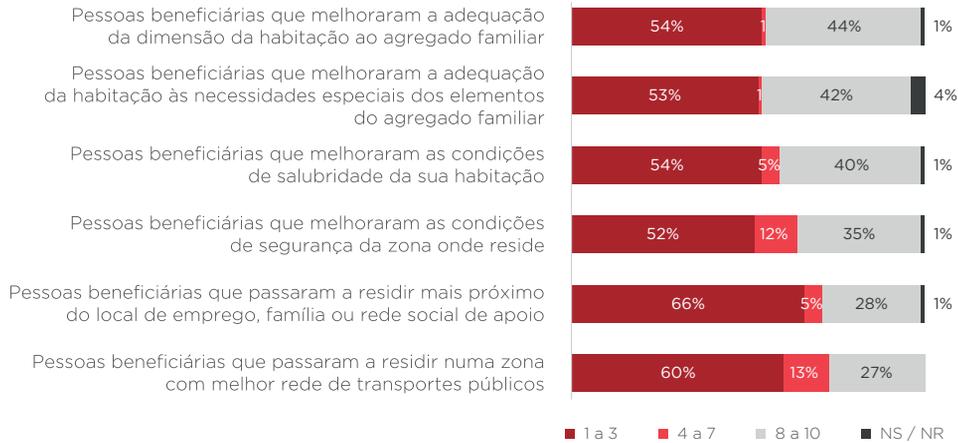
(Maria, 47 anos, foi vítima de violência doméstica, atualmente vive com 2 filhos numa casa de habitação social atribuída pela Câmara através do Programa de Habitação Social)

Em 2017, as **mudanças geradas pelas respostas/intervenções no domínio da habitação foram globalmente pouco expressivas, pese embora o impacto das melhorias conseguidas para as pessoas beneficiárias e respetivos agregados.**

**Os ganhos mais positivos registaram-se no domínio da equidade ao nível de um melhor conhecimento sobre os direitos no acesso a habitação.**

**Na promoção da autonomia, as mudanças positivas, reportadas por cerca de duas em cada cinco pessoas inquiridas, incidiram na melhoria das condições de habitabilidade.**

### Mudanças sentidas ao nível da habitação - Contributos para a Autonomia (2017)



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

**As mudanças menos conseguidas situaram-se ao nível da segurança da zona de residência e do acesso a transportes públicos.**

Os impactos positivos nas diferentes dimensões consideradas traduzem um grau de mudança limitada, sobretudo ao nível do acesso a transportes públicos, proximidade de redes de apoio e de condições de segurança. Mais significativa parece ser a mudança gerada ao nível da adequação da dimensão da habitação em termos gerais (44%), dessa adequação atendendo às necessidades especiais do agregado (42%) e das condições de salubridade (40%).

### h) Urbanismo: um maior sentimento de pertença à comunidade e um alargamento das relações sociais

O impacto das respostas/intervenções sociais neste domínio podem (ou não) contribuir para a qualidade de vida das pessoas beneficiárias. Em 2017, foram auscultadas 210 pessoas beneficiárias.

As principais mudanças registadas situam-se ao nível do aumento quer do conhecimento das oportunidades de participação em ações de valorização e qualificação do espaço público (**equidade**), quer do sentimento de pertença à comunidade onde estão inseridas (**dignidade**). No entanto, é na dimensão da **autonomia** que se observa o aspeto que mais se salienta em termos de mudança alcançada com 65% das pessoas inquiridas a aumentarem a sua rede de relações sociais.

### Mudanças sentidas ao nível do urbanismo - Contributos para a Equidade, 2017

Pessoas beneficiárias que aumentaram o seu conhecimento sobre entidades/serviços que promovem a valorização e qualificação do espaço público



Pessoas beneficiárias que aumentaram o conhecimento das oportunidades de participação em ações de valorização e qualificação do espaço público



■ 1 a 3 ■ 4 a 7 ■ 8 a 10 ■ NS / NR

(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

### Mudanças sentidas ao nível do urbanismo - Contributos para a Dignidade, 2017

Pessoas beneficiárias que passaram a aceitar melhor outros grupos da comunidade (ex. grupos etários, grupos culturais, outros)



Pessoas beneficiárias que aumentaram o seu sentimento de pertença na comunidade onde estão inseridas



■ 1 a 3 ■ 4 a 7 ■ 8 a 10 ■ NS / NR

(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

*“Antes de vir para Portugal era agricultor. É um trabalho que eu gosto (...) Mas a única alternativa que a gente tinha era trabalhar na construção civil. (...) Eu quando saio do trabalho, para não ficar em casa, venho aqui à horta, vou regar, vou arranjar as plantas. Ao domingo estou aqui e ao Sábado a mesma coisa. Para mim é mesmo importante porque é uma coisa que eu gosto (...) e está a dar-me um benefício porque estou a poupar. (...) Eu hoje conheço muita malta que eu não conhecia, ganhei confiança com eles e eles também ganharam confiança comigo e quando preciso eles me dão e quando eles precisam eu também lhes dou.”*

(Adulto, 48 anos, casado, 5 filhos, vive no Bº da Adroana, tem uma Horta Comunitária)

**No domínio do urbanismo, destacam-se os ganhos de promoção da dignidade ao nível do alargamento das redes sociais das pessoas beneficiárias e de autonomia traduzidos num maior sentimento de pertença à comunidade onde estão inseridas.**

De forma menos expressiva, ao nível da **autonomia**, 33% dos inquiridos reconheceram ganhos materiais ou imateriais pela participação em processos de valorização e qualificação do espaço e para 33% das pessoas inquiridas aumentou o sentimento de segurança no território onde estão inseridas.

Embora nesta área de vida a mudança promovida de forma transversal seja relevante, em muitos dos aspetos avaliados não chega aos 50% das pessoas inquiridas.

### **i) Acessibilidades: promover o conhecimento dos recursos e dos mecanismos facilitadores da mobilidade**

**Na área das acessibilidades as respostas/intervenções sociais estão a gerar mudança principalmente no conhecimento sobre respostas disponíveis no âmbito dos transportes adaptados e na resolução de entraves no acesso a mecanismos facilitadores da mobilidade das pessoas beneficiárias.**

A promoção da acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida assume um papel central para a coesão social e para garantir condições de bem-estar e de participação na vida da comunidade. Um total de 16 pessoas com mobilidade reduzida beneficiárias foram auscultadas em 2017.

No que respeita à **equidade**, a mudança mais relevante relaciona-se com a resolução de entraves no acesso a mecanismos facilitadores da mobilidade das pessoas beneficiárias, ou seja, grande parte destas pessoas passaram a conseguir deslocar-se e satisfazer necessidades importantes. Os resultados revelam ainda que mais de metade das pessoas inquiridas aumentaram o conhecimento sobre respostas disponíveis no âmbito dos transportes adaptados, mas apenas 5 pessoas aumentaram o conhecimento sobre entidades/serviços que apoiam no âmbito da mobilidade.

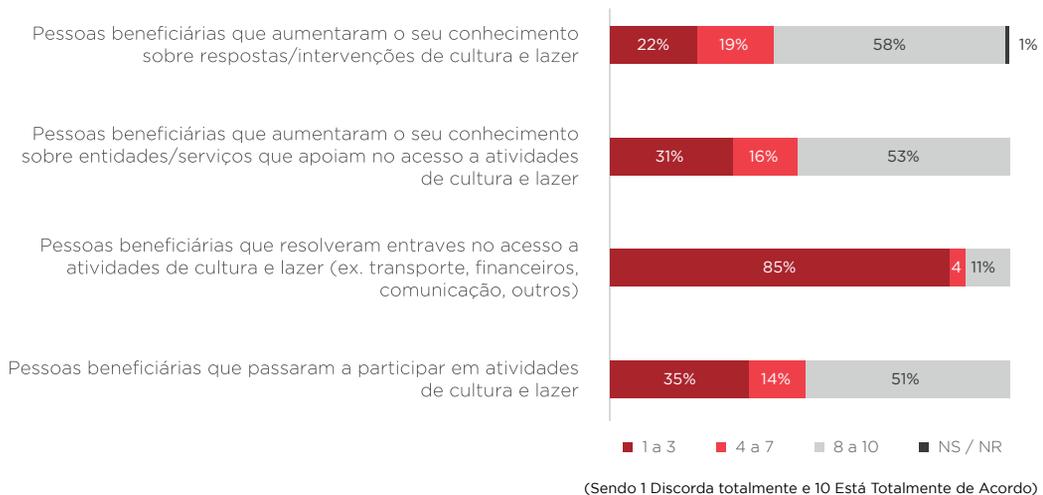
Os ganhos de **autonomia** estão diretamente ligados às necessidades específicas de cada pessoa beneficiária, tendo-se registado mudanças mais expressivas no acesso a serviços de saúde ou terapêuticos e no acesso a atividades de cultura e lazer (reportadas por 7 das 16 pessoas inquiridas). Importa ainda referir que oito das 16 pessoas inquiridas referiram ter passado a dispor de condições de acesso a transportes públicos.

## j) Cultura e lazer: impactos moderados na promoção do direito à cultura e ao lazer

A intervenção desenvolvida nesta área do acesso e participação em atividades de cultura e lazer resultou em ganhos diferenciados para o conjunto de pessoas beneficiárias (190) que, em 2017, eram apoiadas por respostas/ intervenções neste domínio.

Em 2017, registaram-se **impactos positivos** ao nível do acesso e participação das pessoas beneficiárias em atividades de cultura e lazer.

### Mudanças sentidas ao nível da cultura e lazer – Contributos para a Equidade, 2017



As mudanças resultantes das respostas/intervenções são reconhecidas pela maior parte das pessoas beneficiárias (entre 51% e 58%), quer em termos de ganhos de conhecimento sobre oportunidades de acesso a atividades de cultura e lazer, quer de participação efetiva nessas atividades. Porém, a possibilidade de ultrapassar entraves no acesso a atividades de cultura e lazer apenas foi referida por um conjunto reduzido de pessoas inquiridas (11%).

**Essas mudanças são moderadas na promoção da equidade ao nível de ganhos em termos de conhecimento sobre oportunidades de participação e efetivo acesso a atividades de cultura e lazer.**

A análise dos indicadores relativos aos potenciais ganhos de **autonomia** resultantes da intervenção neste domínio são reveladores de ganhos significativos ao nível da motivação acrescida para uma maior participação, bem como do alargamento das redes sociais das pessoas beneficiárias.

### Mudanças sentidas ao nível da cultura e lazer - Contributos para a Autonomia, 2017



(Sendo 1 Discorda totalmente e 10 Está Totalmente de Acordo)

**Os melhores resultados são alcançados na promoção da autonomia ao nível do alargamento das redes sociais das pessoas beneficiárias e do aumento da sua motivação para participar em atividades de cultura e lazer.**

Os ganhos de autonomia são particularmente evidentes na maior motivação para participar em diferentes atividades de cultura e lazer, o que parece refletir-se numa perceção muito favorável sobre utilização do tempo livre e, aspeto particularmente interessante, na ampliação da rede de amizades, o que poderá contribuir para um maior bem-estar das pessoas beneficiárias.

*“(...) Estou a aprender inglês, meti-me na viola e estou aqui nos cantares e as coisas estão-se a concretizar. (...) Eu quero ter a cabeça a mexer. Vou a todas... eu adoro isto. É uma forma de me ocupar o tempo e de aprender. Ganhamos conhecimentos aqui e em passeios e excursões (...) Por isso, isto aqui é para mim uma mais valia.”*

(João, 68 anos, reformado, divorciado, frequenta uma Academia Sénior)

## k) Informação e comunicação: promover o desenvolvimento de competências para uma defesa ativa de direitos

A área de vida da informação e comunicação, foi avaliada em relação às respostas/intervenções que direta ou indiretamente poderiam gerar impacto a este nível. Neste âmbito foram auscultadas 342 pessoas que beneficiaram de respostas/intervenções que concorrem para esta área de vida.

Em termos de **equidade**, as principais mudanças registadas situam-se ao nível de um maior conhecimento sobre a existência de serviços para responder às suas necessidades e/ou para facilitar o acesso à informação (66%), sobre o conhecimento dos seus direitos e como os exercer (54%).

Apenas 32% das pessoas inquiridas referiram ter passado a dispor de condições de acesso a serviços públicos, contrastando com uma mudança relevante em termos de promoção da autodeterminação e do desenvolvimento pessoal, refletida num aumento da capacidade das pessoas beneficiárias na defesa dos seus direitos e interesses (64%).

As mudanças ao nível da promoção da **autonomia** revelam ganhos significativos ao nível de um aumento das suas competências pessoais e sociais (comunicação, planeamento, decisão, iniciativa, e mobilização de recursos).

*“Para mim uma das modificações que eu notei foi a forma de falar. Antes não tinha uma forma certa para comunicar com as pessoas mais velhas e isso... eu era vá... muito à toa. Mas comecei a ir às reuniões, comecei a adaptar-me mais e agora já consigo comunicar com uma pessoa mais velha como deve ser.”*

(Rómulo, 18 anos, cantoneiro e mediador da CMC, fez parte do Projeto EDUCA)

*“Ganhei pronuncia um bocadinho, eu quando comecei a trabalhar aqui, para assinar tinha que pôr o dedo, depois já conseguia um bocadinho e agora consigo todo. Para mim mudou muito. (...) Eu gosto de aprender para saber alguma coisa. (...) (Teve importantes ganhos de autonomia) coisas que ninguém sabe.”*

(Arlete, 59 anos, guineense a residir em Portugal há 11 anos. Chegou sem saber falar português e sem nunca ter frequentado a escola, frequenta o projeto de Literacia)

**Na área da informação e comunicação as respostas/intervenções sociais geraram mudanças na capacidade de as pessoas beneficiárias defenderem os seus interesses (dimensão da dignidade) e no desenvolvimento de competências pessoais e sociais (dimensão da autonomia).**

## I) Participação e cidadania: mudanças pouco expressivas ao nível de uma participação cidadã

**Em termos globais, as respostas/intervenções sociais não geraram mudanças expressivas ao nível de uma maior participação das pessoas beneficiárias, sendo esta a área em que o grau de mudança gerado foi menor.**

**As principais mudanças surgem claramente associadas ao âmbito de atuação da organização e/ou atividades onde se inserem as pessoas beneficiárias.**

Em termos globais, as respostas/intervenções sociais não geraram mudanças expressivas na grande maioria dos aspetos avaliados. Esta foi a dimensão em que o grau de mudança gerado foi menor.

A promoção da participação e da cidadania surge claramente associada ao âmbito de atuação da organização e/ou atividades onde se inserem as pessoas beneficiárias e, de forma muito incipiente, em atividades que extravasam esse contexto, como é o caso de participação em ações públicas, em associações (de bairro, locais ou outras).

Foi possível constatar alguma mudança ao nível de uma participação pontual em ações organizadas em espaços/contextos de maior proximidade do quotidiano das pessoas beneficiárias (ex. exposições ou encontros na escola, festividades ou ações de solidariedade na comunidade).

*“(...) Estou a aprender inglês, meti-me na viola e estou aqui nos cantares e as coisas estão-se a concretizar. (...) Eu quero ter a cabeça a mexer. Vou a todas... eu adoro isto. É uma forma de me ocupar o tempo e de aprender. Ganhamos conhecimentos aqui e em passeios e excursões (...) Por isso, isto aqui é para mim uma mais valia.”*

(João, 68 anos, reformado, divorciado, frequenta uma Academia Sénior)

Embora a promoção da participação e cidadania não seja o fim principal das respostas /intervenções analisadas, a participação é uma forma das pessoas aumentarem o seu sentimento de pertença, a sua capacidade de se organizar e de defender os seus direitos, a sua autodeterminação e também de promover a responsabilidade partilhada na promoção do bem-estar – aspetos fundamentais para a coesão social.

